

FRANCISCO FAUSTO MATTO GROSSO PEREIRA

**CORONELISMO, PODER E DESENVOLVIMENTO
EM AQUIDAUANA/MS
(1945 – 1965)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO**

**CAMPO GRANDE - MS
2013**

FRANCISCO FAUSTO MATTO GROSSO PEREIRA

**CORONELISMO, PODER E DESENVOLVIMENTO
EM AQUIDAUANA/MS
(1945 – 1965)**

Dissertação apresentada à Banca de Exame Geral de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação do Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: CORONELISMO, PODER E DESENVOLVIMENTO EM AQUIDAUANA/MS (1945 – 1965).

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local: sistemas produtivos, inovação, governança.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 14/11/2012

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dra Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco

*À minha esposa Maria Augusta e aos meus
filhos Guilherme, Beatriz e Silvia, que
tiveram compreensão com as minhas
inadimplências.*

*A todos aqueles que se dedicam ao desafio
de democratizar o conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores do Mestrado, aos colegas que me permitiram uma enriquecedora convivência e às pessoas com quais tive a oportunidade de travar agradáveis polêmicas.

Às pessoas que me concederam as entrevistas, sem as quais este trabalho não teria sido possível, principalmente àquelas às quais incomodei repetidas vezes,

Aos meus companheiros de trabalho, que me deram uma camarada cobertura, nos compromissos profissionais.

Agradeço aos professores da minha banca, doutores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Maria Augusta de Castilho, pelos cuidadosos trabalhos críticos e, especialmente, a minha orientadora, Prof^a Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que me desafiou o tempo todo, sendo uma grande responsável pelo que consegui produzir. Em relação a todos, agrego à minha antiga admiração a minha gratidão.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender a natureza do sistema de poder, as formas de dominação e a natureza do desenvolvimento no município de Aquidauana/MS, no período entre 1945 e 1965. Mediante método de abordagem do materialismo dialético, teve como foco principal as condições materiais em que a sociedade local construiu a vida social, política e cultural. A realidade foi analisada no seu movimento, com passado, presente e um permanente vir-a-ser. Passando-se pelos antecedentes, constatou-se que no momento da fundação e da estruturação inicial do povoado existiu um forte protagonismo endógeno, criando uma unidade em torno de um projeto fundador, que construiu uma identidade coletiva responsável por uma estrutura mais compartilhada de poder do que seria de se esperar no coronelismo clássico. Verificou-se a existência de um processo com fortes sinais do que se pode classificar, segundo se entende hoje, como “desenvolvimento local”, conduzido por uma estrutura de “poder local”. Já no período central da análise (1945 a 1965) constatou-se a existência de um sistema de coronelista, tal como tratado na análise clássica de Vitor Nunes Leal. Mas, ajustado a singularidades locais, esse coronelismo conviveu com o processo democrático institucionalizado, tendo que se basear muito mais na construção de relações de hegemonia política do que no uso direto ou potencial da força. Essas formas de dominação existentes, como se pôde verificar, privilegiavam a cooptação político-social dos grupos sociais subalternos. O processo de crescimento do município, nesse período, teve a característica de uma modernização conservadora.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo. Poder local. Desenvolvimento local. Aquidauana.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand the nature of the power system, the forms of domination and the nature of the development of Aquidauana-MS, from 1945 to 1965. Following the dialectical materialism approach, this study focused on the material conditions in which the local society built their social, political and cultural life. The reality was analysed in its movement towards the past, the present, and the continuing becoming. Investigating the antecedents, it is possible to state that at the moment of the village foundation, and during its initial organization there was a strong endogenic leadership, creating a consensus about the founder's project. This project led to a joint identity, which was responsible for a more sharing structure of power than it was expected from the classical "coronelismo". Moreover, the research showed a process with significant signs of what is classified nowadays as "local development", carried out by a "local power" structure. However, from 1945 to 1965, it was verified a "coronelista" system as it is treated by Vitor Nunes Leal in the classical analysis. But, this "coronelismo", adapted to the local singularities, had to deal with the institutionalized democratic process, and therefore had to rely much more on the construction of relationships of political hegemony than on the direct or potential use of the force. These existing forms of domination benefited the political and social co-optation of the subaltern groups. Thus, this study indicated that development process in this city had the characteristic of a conservative modernization.

KEY WORDS: "Coronelismo". Local power. Local development. Aquidauana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática da temporalidade do coronelismo, do clientelismo e do mandonismo segundo Carvalho (1997).....	29
Figura 2 - Distribuição dos resultados da eleição presidencial de 1945.....	53
Figura 3 - Resultados das eleições presidenciais de 1945 em Mato Grosso.....	53
Figura 4 - Representação dos períodos de mandatos dos senadores do Estado de Mato Grosso entre 1946 e 1966.....	54
Figura 5 - Número de representantes dos partidos políticos de Mato Grosso na Câmara Federal, eleitos entre 1945 e 1962.....	55
Figura 6 - Representação dos períodos de mandatos dos governadores do Estado de Mato Grosso e seus concorrentes entre 1947 e 1966..	55
Figura 7 - Número de representante dos partidos políticos de Mato Grosso na Assembleia Legislativa, eleitos entre 1945 e 1962.....	56
Figura 8 - Mandatos dos prefeitos de Aquidauana entre 1948 e 1967 e seus concorrentes.....	57
Figura 9 - Foto de página do processo relativo à greve dos ferroviários de outubro de 1919.....	90
Figura 10 - Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os censos de 1940 a 1980	130
Figura 11 - Rede urbana econômico-social da BAP-MS, na década de 50.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

ADEMAT – Ação Democrática Mato-grossense

BAP - Bacia do Alto Paraguai

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário)

MS - Mato Grosso do Sul

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
1.1 HIPÓTESE DE TRABALHO	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.3 MÉTODO DE PESQUISA E DE ABORDAGEM TEÓRICA	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA COLETA	19
1.4.1 Fontes secundárias	19
1.4.2 Fontes primárias	19
1.5 ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	20
2 SISTEMA CORONELISTA E SINGULARIDADES DE SUA MANIFESTAÇÃO EM AQUIDAUNA/MS	21
2.1 SISTEMA CORONELISTA: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	21
2.1.1 Concepção sistêmica do coronelismo	21
2.1.2 Interpretações e concepções complementares do sistema coronelista	27
2.2 SISTEMA CORONELISTA E SUA SINGULARIDADE NA FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE AQUIDAUANA	37
2.2.1 Sistema coronelista na Primeira República	39
2.2.2 Sistema coronelista no Estado Novo	45
2.2.3 A redemocratização de 1945 e o sistema coronelista de Aquidauana ajustado às novas condições	48
3 SISTEMA DE DOMINAÇÃO DO CORONELISMO EM AQUIDAUNA 1945-1965	72
3.1 O UNIVERSAL E O SINGULAR NO SISTEMA DE DOMINAÇÃO CORONELISTA	72
3.1.1 Teoria de Gramsci sobre hegemonia	72
3.1.2 Sistema de dominação coronelista	76
3.2 O FENÔMENO E A ESSÊNCIA DA DOMINAÇÃO CORONELISTA EM AQUIDAUNA	79
3.2.1 Coerção do coronelismo guerreiro em suas origens	79
3.2.2 Coerção coronelista em compatibilização à democracia política pós 1945	82
3.2.2.1 Controle da máquina pública e proximidade política com os centros de poder	83
3.2.2.2 Relacionamento direto e pessoal do coronel na sua legitimação junto às classes subalternas	84
3.2.2.3 Mediação político-social dos “intelectuais orgânicos”	85
3.3 O SISTEMA CORONELISTA DE CONTROLE IDEOLÓGICO EM AQUIDAUNA	86
3.3.1 Disputas e controle das instituições dos trabalhadores	86

3.3.2	Ação de controle da imprensa e meios de comunicação	92
3.3.3	Ação de controle da Paróquia	96
3.3.4	Ação de controle das escolas	98
3.4	MANDONISMO E CLIENTELISMO NO CORONELISMO AQUIDAUANENSE	100
4	PODER E DESENVOLVIMENTO EM AQUIDAUANA	103
4.1	PODER E PODER LOCAL	103
4.2	DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	110
4.2.1	Concepção de desenvolvimento na racionalidade moderna	110
4.2.2	Desenvolvimento local	111
4.3	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM AQUIDAUNA	118
4.3.1	O impulso fundador	118
4.3.2	O desenvolvimento entre 1945 e 1965	127
4.3.2.1	Novo contexto mundial e nacional	128
4.3.2.2	Mato Grosso no novo contexto da economia nacional e internacional	128
4.3.2.3	Desenvolvimento de Aquidauana no novo contexto regional, nacional e internacional.	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE - A	160

INTRODUÇÃO

History consists of a corpus of ascertained facts. The facts are available to the historian in documents, inscriptions and so on, [...]. The facts are really not at all like fish on the fishmonger's slab. They are like fish swimming about in a vast and sometimes inaccessible ocean; and what the historian catches will depend, partly on chance, but mainly on what part of the ocean he chooses to fish in and what tackle he chooses to use - these two factors being, of course, determined by the kind of fish he wants to catch (CARR, 2006).

O município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, se localiza na porta de entrada para o Pantanal, a Oeste do estado, região por longo tempo considerada um dos sertões longínquos do interior brasileiro.

A região pantaneira no final do Século XIX se conectava com o restante do país, capital da província e com o exterior, por intermédio dos rios da Bacia do Rio da Prata. A navegação até o Rio Paraguai no Porto de Corumbá era feita através dos rios Miranda e Aquidauana.

É nesse contexto que surge o povoado de Aquidauana. Ao contrário do processo espontâneo de surgimento dos povoados, característico desse interior do Brasil, Aquidauana teve uma origem singular. Resultou de um projeto concebido por iniciativa de seus fundadores, para cumprir uma função estratégica. Deveria se transformar no porto junto ao planalto, local salvo de inundações, de modo a viabilizar as relações comerciais dos produtos das fazendas do Baixo Pantanal com o mercado consumidor paulista, onde florescia a dinâmica economia capitalista da cafeicultura (NEVES, 2007).

Além de se ligar a esse novo polo capitalista dinâmico, Aquidauana, por sua localização privilegiada, serviria como subpolo comercial, a partir da qual as correntes comerciais irradiadas de Corumbá prosseguiriam por caminhos terrestres

que seguiam para Nioaque, Campo Grande, toda a Vacaria e até mesmo o sul de Goiás (QUEIROZ, 2008).

Em 15 de agosto de 1892, mediante subscrição financeira assumida por um grupo de cerca de 60 a 65 pessoas – entre elas duas mulheres –, em sua maioria fazendeiros da região, mas também contando com a participação de pessoas de outras camadas sociais, foi adquirida uma área destinada ao povoado. A assembleia feita nessa data e, durante a qual foram tomadas as decisões dessa compra, foi considerada o momento da fundação do povoado. De fato, essas 60 a 65 pessoas e nessas condições, no entendimento de Neves (2007), são consideradas as fundadoras do lugar, ainda que na versão da historiografia no local se considere apenas os cinco deles que fizeram parte da diretoria que coordenou a obra planejada. Portanto, esse povoado emergiu com forte componente endógeno, ou seja, representado pelo protagonismo das pessoas do local, fazendeiros e outros moradores.

Aquidauana logo se tornou uma cidade próspera, num dinamismo superior ao das cidades que lhe antecederam na região, como o foram Nioaque e Miranda. Sua força econômica brotava principalmente da importância da pecuária e do dinamismo de seu centro comercial, cuja influência atingia toda a região sudoeste de Mato Grosso.

A origem do povoado ocorreu no início de período republicano, quando se fortalecia novamente o sistema coronelista. Seu dinamismo foi reforçado pela chegada da ferrovia em 1914, que estreitava os laços das fazendas locais com os centros de consumo do país e do exterior.

Dados o contexto territorial e histórico em que surgiu Aquidauana, para a compreensão da embrionária “sociedade civil” ali estabelecida, exige-se perscrutar a natureza da hegemonia exercida pelos coronéis sobre as pessoas e sobre as organizações do lugar, assim como os mecanismos que os emponderaram nesse processo. Para isso, é necessária a compreensão das relações econômicas, políticas e administrativas que se estabeleciam entre as tais lideranças locais e os governos federal, estadual e municipal, dentro do contexto da “política dos coronéis”, contraface estadual da “política dos governadores” vigente à época.

A literatura clássica existente a respeito do sistema coronelista no Brasil aborda as pressões que esse sistema teria sofrido, originárias de práticas políticas de natureza industrial do chamado “Estado Novo” e especialmente do pós-guerra. Num outro viés, existem trabalhos recentes que versam a respeito de práticas coronelistas que se sustentaram durante o tempo que se sucedeu à “Velha República”.

Somente a investigação da realidade específica do município permitirá responder à questão da existência ou não do sistema coronelista em Aquidauana entre 1945 e 1965, bem como conhecer a forma singular da sua eventual existência, como se dava o exercício do poder e as implicações desse sobre o seu processo de desenvolvimento. Essa é a questão que norteará a realização deste trabalho de pesquisa.

Diante dessa questão o trabalho buscará compreender a natureza do sistema de poder existente, identificar as formas de dominação utilizadas e verificar a natureza do desenvolvimento ocorrida no município entre 1945 a 1965.

O texto do desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro se apresenta a metodologia da pesquisa. No segundo, são trabalhados os conceitos sobre o coronelismo e o contexto de estruturação desse sistema em Aquidauana. No terceiro são apresentadas e discutidas as formas de dominação dos coronéis aquidauanenses. No quarto capítulo, foram apresentadas as relações de poder existentes e sua correlação com o desenvolvimento local.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Formulando-se a **questão norteadora** desta pesquisa – teria existido em Aquidauana, entre 1945 e 1965, um sistema coronelista, qual teria sido a sua singularidade e sua forma de poder e quais as suas implicações sobre a natureza do desenvolvimento do município –, o objetivo desse capítulo foi delinear a hipótese e objetivos do trabalho, o método de abordagem e os procedimentos metodológicos da pesquisa.

1.1 HIPÓTESE DE TRABALHO

Parte-se do **pressuposto**, nesta pesquisa, de que o sistema de poder existente tinha natureza coronelista, adotava formas mandonistas e clientelistas, combinando o potencial uso da força com a cooptação político-social, disso decorrendo uma modernização conservadora, pois buscavam a estabilização das relações econômicas e sociais de dependência e dominação. Tal pressuposto conduziu às seguintes **hipóteses**:

- O contexto econômico-social existente no município e na região conferia forte poder aos coronéis proprietários de grandes extensões de terra.
- A estrutura político-eleitoral vigente no país era baseada em um sistema de relações de troca entre os interesses dos chefes políticos locais com os de outras esferas da política (estadual e federal).
- O poder dos coronéis, no período democrático entre 1945 e 1965, se baseava mais na construção de relações de dependência e de consenso do que no uso direto da força.

- O alcance do desenvolvimento ocorrido nesse período foi limitado pela natureza do poder dos coronéis.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O **objetivo geral** do trabalho foi compreender a natureza do sistema de poder, as formas de dominação utilizadas e seus efeitos no processo de desenvolvimento no município no período entre 1945 a 1965.

Os **objetivos específicos** foram estes:

- Pesquisar se o tipo de poder existente no município teve características do sistema coronelista e se manteve essa natureza entre 1945-1965.
- Verificar como se deu o sistema de dominação econômica, social e política dos supostos coronéis e a forma como ela se manifestou enquanto cultura nesse período.
- Levantar a natureza do poder local predominante em Aquidauana entre 1945 e 1965 e sua correlação com o desenvolvimento local.

1.3 MÉTODO DE PESQUISA E DE ABORDAGEM TEÓRICA

O método de pesquisa é hipotético-dedutivo, já que parte de uma questão e hipótese, para se proceder aos outros passos da pesquisa. Sua natureza é exploratória, pois além de dados documentais e bibliográficos, recorre a entrevistas em campo.

O método de abordagem tem como base o materialismo dialético. Isso implica entender a realidade a ser estudada com base nas condições da existência material da vida em sociedade e percebê-la em constante movimento, com passado, presente e futuro, ou seja, com história e um permanente vir-a-ser.

A origem desse método pode ser encontrada em Hegel (Séc. XIX) enquanto dialética idealista, ou seja, são as mudanças do espírito que provocam as mudanças na matéria. Para esse filósofo é o espírito (imaterial) que descobre o

universo, este considerado como “ideia” materializada, enquanto ambos são considerados movimento dialético em mudança perpétua.

A construção feita, posteriormente, por Marx (Séc. XIX), vai articular a dialética de Hegel com a concepção materialista, especialmente a formulada por Feuerbach (Séc. XIX), invertendo a relação entre o material e o imaterial, entre o universo e o pensamento e dando origem à dialética marxista.

Respondendo a críticas recebidas à primeira edição alemã de “O Capital”, obra publicada em 1867, Marx esclarece seu método:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente o método de exposição ao método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esses trabalhos, é que se pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. [...] Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – o que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas a sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 1980, p.16)

Participando da mesma polêmica que Marx, com relação à dialética hegeliana, Engels deixou na obra “Dialética da Natureza” uma crítica incompleta¹ às leis da dialética enunciadas por Hegel, reconhecendo-as como válidas, porém empobrecidas pela visão idealista do pensador.

[...] Reduzem-se elas principalmente a três: 1) A lei da transformação da quantidade em qualidade; 2) A lei da interpenetração dos contrários; 3) A lei da negação da negação. Essas leis foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, como simples leis do *pensamento* [...] O erro consiste em que tais leis são impostas à Natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas como lei do pensamento. (ENGELS, 1979, p.34)

Essas leis, referidas por Engels, podem ser explicitadas nos seguintes termos:

¹ No prefácio da obra de Engels, J. B. S. Haldane explica que o autor a escreveu por partes, deixando alguns capítulos incompletos devido às inúmeras demandas do trabalho político e intelectual sobre ele. Nesse período ele escrevia também o “Anti-Dühring”. No “Dialética da Natureza”, Engels identifica as três leis de Hegel, mas polemiza apenas quanto à primeira delas.

Lei da unidade e luta dos contrários: explica a fonte, as causas e as forças motrizes do desenvolvimento. Em toda a realidade material e social encontram-se elementos, forças, tendências e processos em intensa ação recíproca. Constituem uma unidade sistêmica, condicionam-se, mas, simultaneamente, excluem-se uns aos outros, atuam em sentido contrário, isto é, estão, por assim dizer, em “luta”, uns com os outros. Essa “luta” dos contrários impulsiona o desenvolvimento (KAHN e KOSSING, 1983).

Lei da passagem das transformações quantitativas em qualitativas: explica o mecanismo geral do movimento. No movimento de quaisquer sistemas materiais e sociais ocorrem permanentes transformações do tipo quantitativo. Essas transformações quantitativas produzem-se, contudo, no quadro e nos limites de uma dada qualidade. Só num ponto muito determinado é que as contínuas transformações quantitativas conduzem a uma súbita passagem para uma nova qualidade. A transformação gradual, em fase evolutiva do desenvolvimento, é então substituída pela transformação súbita, pela fase de salto no processo de desenvolvimento (KAHN e KOSSING, 1983).

Lei da negação da negação: explica a orientação geral do desenvolvimento, como o avançar do mais baixo ao mais elevado, e mostra a conexão interna dos estágios do desenvolvimento. Em toda realidade material e social o desenvolvimento aparece como negação da negação. Os ciclos de desenvolvimento não constituem, porém, um desenvolvimento superior, antes se assemelham a uma “espiral”² que, em certa medida, liga simultaneamente o desenvolvimento superior a um regresso ao ponto de partida do ciclo de desenvolvimento, porque determinadas características e propriedades do anterior grau de desenvolvimento reaparecem em nível de desenvolvimento mais elevado (KAHN e KOSSING, 1983).

² A referência geométrica mais adequada à explicação do autor seria uma “hélice”.

Como instrumento do método do conhecimento, essa dupla negação assume a seguinte forma: o ponto de partida é a tese, proposição positiva; essa proposição nega-se ou transforma-se na sua contrária – a proposição que nega a primeira é a antítese e constitui a segunda fase do processo; quando a segunda proposição, por sua vez é negada, obtém-se a terceira proposição ou síntese, que é a negação da síntese e antítese, mas por intermédio de uma proposição positiva superior – a obtida por meio da dupla negação (THALHEIMER, 1979).

Serão usadas, também, as categorias, tais como formuladas na dialética materialista, bem como a relação entre elas: o conteúdo e a forma, a causa e o efeito, a casualidade e a necessidade, a possibilidade e realidade, e, especialmente a relação entre o singular e o universal, a essência e o fenômeno, que terão especial interesse na análise que será desenvolvida. Por essa razão tais categorias são destacadas na sequência.

O **singular** é constituído pelas propriedades e ligações que são próprias apenas a uma formação material ou social dada (coisa, objeto, processo) e que não existem em outras formações materiais. O **universal** (ou geral) é constituído por propriedades e ligações que se repetem nas formações materiais ou sociais (coisa objeto, processo). Cada formação, possuindo propriedades e ligações singulares, representa essa ou aquela forma de existência, uma forma particular do seu movimento. É por isso que, em cada formação material ou social, ao lado do singular, do que não se repete, deve haver o que se repete, o que é próprio não apenas a ela, mas também a outras formações sociais (CHEPULITIN, 1982).

A **essência** é um conceito afim ao de conteúdo, mas não idêntico. O conteúdo é o conjunto de todos os elementos que formam um objeto, a essência é o aspecto principal, interno, relativamente estável do objeto. Ela significa o conjunto de todos os aspectos e ligações necessárias e internas, próprias do objeto, tomadas em sua interdependência natural. O **fenômeno** é a expressão externa e direta da essência, a forma em que esta se manifesta externamente, na superfície, mediante uma grande quantidade de desvios contingentes (CHEPULITIN, 1982).

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA COLETA

A coleta de dados foi feita em fontes de origem secundária e primária.

1.4.1 Fontes secundárias

Serviram de fonte de pesquisa de origem secundária, num primeiro momento, obras consideradas clássicas a respeito, que permitiram uma revisão teórica sobre o tema coronelismo. Teve destaque, nesse sentido, a obra de Vitor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”, publicado pela primeira vez em 1949. Na apresentação do livro de Vitor Nunes Leal, na edição de 1997, Barbosa Lima Sobrinho, assinalou a razão pela qual, desde o seu aparecimento, a obra passou a ser considerada um clássico da nossa literatura política:

[...] não é um aglomerado de impressões pessoais, mas uma análise profunda de realidades, que aprofundaram suas raízes na organização agrária, como produto espontâneo do latifúndio. (SOBRINHO *in* LEAL, 1997, p.15)

Essa obra é considerada como uma das primeiras análises rigorosamente “sistêmicas” da política brasileira, “uma análise que busca estabelecer interconexões relevantes para a compreensão do que de fato ocorre no processo político” (LAMOUNIER, 1997).

Num segundo momento, foram utilizadas várias outras obras em livros, documentos já catalogados, dissertações como fontes especializadas, artigos científicos, jornais que possibilitaram complementar a teoria e realizar uma contextualização histórica e territorial.

1.4.2 Fontes primárias

A escuta de pessoas que vivenciaram esse período em Aquidauana – por meio de entrevistas semiestruturadas – também foi de interesse da pesquisa. Para isso, partiu-se para uma amostra não probabilística de uma população previamente selecionada, constituída de pessoas acessíveis particularmente ou por comunicação

eletrônica, que detêm informações sobre as relações econômicas, sociais e políticas do município relativas ao período estudado.

Foram entrevistadas 20 pessoas, de diferentes inserções econômicas, sociais e políticas. As entrevistas foram gravadas eletronicamente e permitiram a leitura das citações usadas para a ilustração dos contextos vividos ou conhecidos por esses personagens. O roteiro usado para as entrevistas pode ser observado no **Anexo A** deste documento, embora tenha sido feito o aproveitamento de outras informações complementares surgidas fora do roteiro inicial. É importante salientar que a relação inicial dos entrevistados constava de 14 pessoas e a sua complementação foi feita mediante a necessidade percebida de obter novas informações demandadas pela lógica do desenvolvimento do trabalho. Também foram feitas reiteradas consultas, pela internet, a alguns dos entrevistados com objetivo, tanto de complementação das informações, como de checagem das interpretações das falas anteriormente recolhidas.

1.5 ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os dados obtidos na pesquisa, depois de organizados, confrontados e correlacionados entre si, foram submetidos a uma reflexão, de modo a se eleger e agrupar aqueles que respondem aos objetivos da pesquisa.

Partindo-se do pressuposto e hipóteses lançadas e de posse das informações coletadas em fontes secundárias, estas passaram a ser organizadas e analisadas à luz das teorias selecionadas e reveladas por meio das leis fundamentais do materialismo dialético apontadas no início desse capítulo, com apoio das narrativas dos entrevistados, com certa organicidade em cada capítulo.

Em coerência com o teor crítico próprio do método do materialismo dialético, procurou-se desvendar as contradições apresentadas na realidade, como manifestações das contradições e conflito de interesses entre classes, resgatando sua dimensão histórica e sua lógica interna na dinâmica da relação entre sujeitos como categorias histórico-concretas.

2 SISTEMA CORONELISTA E SINGULARIDADES DE SUA MANIFESTAÇÃO EM AQUIDAUNA/MS

O objetivo do presente capítulo foi apresentar o sistema coronelista no contexto histórico do território brasileiro e, nas singularidades do território de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, trazendo para essa reflexão as teorias e categorias conceituais já construídas a respeito, que contribuem para uma melhor compreensão desse sistema.

2.1 SISTEMA CORONELISTA: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

2.1.1 Concepção sistêmica do coronelismo

A crise do capitalismo industrial, deflagrada a partir de 1815 acelerou a desintegração do sistema colonial. A consolidação do Estado Nacional brasileiro, iniciado desde 1815 e homologado em 1822, segundo Rangel (1981), implicava na tarefa de construir a unidade social, econômica e territorial para assegurar o crescimento da economia de base local nos elos estabelecidos com a Inglaterra. Foi estabelecido para esse fim um poder imperial capaz de responder tanto aos interesses do capitalismo industrial inglês, como àqueles das elites rural, estas que encarnavam o poder econômico organizado na base produtiva do território nacional (RANGEL, 1981). A imposição do regime monarquista de tendência restauradora do absolutismo deu-se, principalmente, sob a representação política dos interesses das elites estabelecidas no Brasil – a tradicional classe dos senhores de escravos e a

classe comerciante progressista – com ideias iluministas e unitaristas do território nacional.

Pela Carta Magna de 1824, os municípios foram transformados em unidades básicas da administração. As Câmaras das cidades e vilas tornaram-se os únicos órgãos administrativos de representação popular. No intuito de acalmar os movimentos e manter a integridade territorial, o governo imperial buscou reduzir os contingentes milicianos, organizando uma nova forma de força militar de elite, a Guarda Nacional, em 1831, responsável por manter a repressão interna (SODRÉ, 1979). A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei durante a Regência, em agosto de 1831, com a missão servir à defesa das instituições, aí entendidas: “a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade da Nação”. Em 1850 a Guarda Nacional passou a ser subordinada ao Ministro da Justiça e aos Presidentes de Províncias. Os senhores de terra buscaram ampliar seus poderes de chefe de clã para de chefe local, disputando postos de importância junto à Guarda Nacional e os títulos nobiliárquicos.

A obra escrita sobre o coronelismo por Vitor Nunes Leal, em 1949, trouxe as principais referências a respeito do conceito desse termo, utilizado como conceito por ele no período referente à Primeira República. Esse conceito foi retomado por outros autores em estudos realizados em décadas posteriores. Leal (1997) não chegou a apresentar uma definição concisa do “coronelismo”, mas as principais determinantes do fenômeno, num complexo interativo que resultava, segundo ele, num “sistema coronelista”.

Com relação ao termo “coronelismo”, Leal (1997) encomendou ao historiador e filólogo Basílio de Magalhães um verbete que traduzisse o conteúdo histórico de sua origem, na Guarda Nacional do período monárquico:

O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, [...] deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos ‘coronéis’ da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. [...] Eram [os coronéis], de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. (MAGALHÃES *apud* LEAL, 1997, p.289)

Com o advento da República, a Guarda Nacional foi transferida, em 1892, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1918, passou a ser subordinada ao Ministério de Guerra como organização do Exército Nacional de 2ª Linha. Esse fato consistiu, de certo modo, na sua absorção pelo Exército. Foi desmobilizada em setembro de 1922. A prestação de serviço à Guarda Nacional era pessoal e obrigatória a todos os homens maiores de 18 anos.

Em sua obra, Leal (1997) chamou atenção, portanto, para o fato de esse termo “coronel” ter sido internalizado na mente coletiva dos habitantes de algumas localidades do sertão brasileiro como uma denominação atribuída aos chefes políticos de maior influência e que ostentavam riqueza:

[...] o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de ‘coronéis’ os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário. [...] Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, – foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga as despesas”. (MAGALHÃES *apud* LEAL, 1997, p.290)

Embora tenha tido origem no período monárquico, a figura do coronel foi analisada por Vitor Nunes Leal no contexto do primeiro período do regime republicano brasileiro, caracterizado como República Velha. Nesse novo regime, um complexo de determinantes na política do país convergia para a formação do que Leal (1997) preferiu chamar de “sistema coronelista”. Nesse novo contexto político brasileiro, passou a funcionar uma ordem de estados federados que atribuía maior autonomia aos governos estaduais, associada a um sistema de representação política do povo nos governos estadual e federal, por meio de sufrágio universal.

No entanto, na implantação desse novo regime político, que se supunha mais democrático, não se conseguiu superar a herança de relações econômicas e sociais da estrutura agrária havia muito tempo instalada no país. Teria sido exatamente nessas novas condições políticas e de relações econômicas atrasadas, segundo Leal (1997), que teria emergido um conjunto de determinantes do “sistema coronelista”, capaz de garantir a manutenção de uma elite no exercício do poder político. A “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” teria sido para ele, portanto, a origem

dessa forma peculiar de manifestação do poder privado da velha estrutura agrária nas estruturas políticas do país. Assim, o “novo”, representado pela República com extensa base representativa, carregava o “velho” poder privado do sistema agrário do período imperial.

Com base nessa nova situação política com continuidade do modelo econômico anterior, foi necessário estabelecer um relacionamento entre as instâncias federal e estadual, esta com apoio local dos coronéis em nível local, que ficou conhecido como a “política dos governadores”. Diante da vigência do regime representativo republicano, previsto na Constituição de 1891, o governo estadual acabou tendo que montar uma sólida máquina eleitoral que não podia prescindir do eleitorado rural. Nesse caso, a dependência dos coronéis se tornou eminente. Nesse contexto, o governo federal apoiava os governos estaduais sem restrições, mas em troca, estes tinham que contar com o suporte dos coronéis em nível municipal, para garantir as eleições dessa elite em nível federal, seja para a presidência, Senado ou Câmara Legislativa.

É preciso lembrar que no sistema federalista da Velha República, inexistiam municípios como entes autônomos, fato que contribuía para a preservação da ascendência dos “coronéis” sobre a população local. Eram estes que efetivamente “estavam em condições de exercer, extraoficialmente um grande número das funções do Estado em relação a seus dependentes” (LEAL, 1997, p.75). Assim, na chamada “política dos governadores”, o vazio do poder local era ocupado pelo “coronel”, que acabava por usufruir de uma ampla autonomia extralegal:

[...] ao lado da falta de autonomia *legal*, os chefes municipais governistas sempre gozavam de uma ampla autonomia *extralegal*. Em regra, a sua opinião prevalece nos conselhos do governo em tudo quanto dizia respeito ao município, mesmo em assuntos que são da competência privativa do Estado ou da União, como seja a nomeação de certos funcionários, entre os quais o delegado e os coletores. É justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta-branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso do “coronelismo”. É ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive as violências e arbitrariedades (LEAL 1997, p. 71).

Essas relações políticas sistêmicas estabelecidas desde a presidência da República até o trabalhador dentro da fazenda do coronel com grande

funcionalidade no processo eleitoral constituíam, para Leal (1997), o “sistema coronelista”. Era esse sistema que organizava, segundo ele, a vida política nacional, embora se manifestasse principalmente nas localidades mais ruralizadas do país e em pequenas cidades do interior brasileiro, portanto num reduzido cenário do governo local.

A natureza sistêmica do coronelismo, conforme apontava Leal (1997), brotava da reciprocidade de compromissos estabelecida entre governo federal e governos estaduais, bem como entre coronéis e seus liderados. Nesse sistema de reciprocidade, os chefes locais exerciam papel importantíssimo em função de sua liderança. Essa era atribuída por Leal (1997) especialmente ao seu prestígio pessoal e às funções que a ele eram delegadas em nível local na tradicional estrutura agrária do país. Por seu turno, o Estado tinha a oferecer ao coronel, recursos financeiros, força policial, favores e empregos:

[...] de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores com quem toca tropa de burros, de outro lado, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, pois, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país -, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do coronel, ficaria sensivelmente diminuída (LEAL, 1997, p.63).

Uma das importantes fontes do poder local exercido pelos coronéis no sistema político da República Velha se assentava, conforme apontava Leal (1997), exatamente nessa função eleitoral, como credores na garantia dos votos aos candidatos para governo estadual e federal:

Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior, faziam-se credores de especial recompensa, que consistia em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município (LEAL, 1997, p.279).

O sistema de reciprocidade entre governos estaduais e coronéis, portanto, fortaleceu o prestígio político e a força destes na condução da política local. Segundo Leal (1997), nesse sistema os coronéis se responsabilizavam pela indicação dos funcionários estaduais que serviam nas localidades sob sua liderança,

tais como professor primário, coletor, funcionário da coletoria, serventuário da justiça, promotor público, inspetor do ensino primário, servidor da saúde pública, entre outros. “Mesmo quando o governo estadual tinha candidatos próprios, evitava nomeá-los se isso viesse representar quebra do prestígio do chefe político do município” (LEAL, 1997, p.65). Essa relação de reciprocidade entre os “coronéis” e os governadores era, de certa forma, de natureza simétrica à da “política de governadores”, como se fossem a duas faces de uma mesma moeda. Assim:

[...] a influência do chefe local nas nomeações atingia os próprios cargos federais, como coletor, agente de correio, inspetor de ensino secundário e comercial, etc. e os cargos das autarquias, porque também era praxe do governo da União, em sua política de compromisso com os governos estaduais, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados (LEAL, 1997, p.65).

Mas havia ainda outra fonte de poder local exercida pelo coronel, segundo Leal (1997), de base econômica, conquistada junto à velha estrutura agrária brasileira, geradora de um amplo segmento social de dependentes. O autor demonstrou a manutenção dessa estrutura agrária geradora de uma reduzida elite rural e uma ampla base de trabalhadores sujeitados, com base nos dados do Censo Agrícola de 1940, bem como discutiu as relações de produção delas decorrentes.

A libertação jurídica do trabalho não modificara esse arcabouço, que se encontrava ainda dominado, a *grosso modo*, pela grande propriedade e caracterizado, quanto à composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional (LEAL, 1997, p.278).

A vitalidade desse sistema político associado à economia agrícola da velha estrutura agrária, segundo Leal (1997), era inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas vinculadas ao comércio e indústrias.

Somente nos momentos de grandes cisões nacionais ou de ruptura na relação entre o governo federal e governos estaduais surgiam condições para o aparecimento de forças oposicionistas nos municípios, que contrapunham “coronéis” entre si, vinculados ao governo federal ou aos governos estaduais.

Leal (1997) aludiu às singularidades locais e às variações no tempo que o sistema coronelista poderia apresentar dentro do país. Nesse caso, segundo ele, a

caracterização desse sistema político só poderia ser feita de maneira plenamente satisfatória se baseada em minuciosas análises regionais.

2.1.2 Interpretações e concepções complementares do sistema coronelista

O “sistema coronelista” discutido por Leal (1997) acabou sendo reinterpretado por outros estudiosos, com base em diferentes concepções teóricas vinculadas a diversas abordagens históricas a respeito da evolução do país desde sua fase inicial de colonização.

O historiador Murilo de Carvalho destacou-se entre esses intérpretes das considerações conceituais de Leal (1997), como também como crítico das interpretações de outros estudiosos. Pôde desse modo, contribuir para o aprofundamento e maiores esclarecimentos a respeito do conceito do sistema coronelista formulado por Leal (1997).

Este autor chamou a atenção especialmente para uma já existente diversidade de explicações desses novos estudiosos, que recorrem a imprecisões e inconsistência no uso de categorias conceituais utilizadas por Leal (1997). Para Carvalho (1997), o que era claro em Leal (1997) não o foi para boa parte dos autores que se inspiraram em seu conceito, implicando equívocos graves, cuja amplitude e frouxidão lhe tiram o valor heurístico. Entre estas categorias mal utilizadas estava o mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo e feudalismo. Nesse sentido, o autor viu a necessidade de tornar clara a diferença entre tais conceitos, especialmente entre os três primeiros, assim como de apreender a correlação existente entre eles.

O “mandonismo” vinculava-se ao poder econômico ligado à propriedade da terra ou de outro recurso estratégico, próprio da política da tradicional estrutura agrária. Fora herdado de uma política praticada no tempo monárquico, portanto, antecederia o “coronelismo”.

O *mandonismo* [...] refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao

mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos (CARVALHO, 1997, s.p.).

Já o coronelismo, consistia na reciprocidade de ganhos estabelecida no sistema político nacional, do qual o coronel participava e se fortalecia como poder político, vigente apenas a partir da Primeira República.

o *coronelismo* é [...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase³ e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930 (CARVALHO, 1997, s.p.).

Carvalho (1997) lembrou que Leal (1997) considerava “mandonismo” e “clientelismo” como fenômenos característicos do “coronelismo”, mas que este último correspondia a um momento particular do “mandonismo”. Isto porque o “coronelismo” passou a se manifestar exatamente num período histórico em que os mandões da fase imperial começaram a perder força e tiveram que recorrer às relações políticas de reciprocidade para fortalecê-la.

O “clientelismo”, por seu turno, consistia na prática específica da reciprocidade de ganhos estabelecida entre os atores políticos, fossem coronéis ou integrantes do governo, que estes estabeleciam em troca do voto. Portanto, fazia parte do processo do “voto de cabresto”. Essa prática teve continuidade entre os integrantes do governo e o eleitorado, mesmo após o enfraquecimento ou desaparecimento da figura do coronel dentro do país.

[...] O *clientelismo* [...] de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...] Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo (CARVALHO, 1997, s.p.).

³ Refere-se à instalação da República e a implementação da “política dos Governadores” no Governo Campos Sales

Desse modo, ao se correlacionar esses três conceitos num processo diacrônico, poder-se-ia vislumbrar na **Figura 1** as curvas evolutivas próprias no tempo, cada uma relacionada à sua natureza. O “mandonismo”, iniciado ainda no período imperial tendia a baixar e desaparecer. O “coronelismo” teria surgido e mantido seu auge durante a Velha República, portanto num período de tempo mais curto. Já o “clientelismo” teve continuidade e mesmo ascendeu com o fim do coronelismo, por meio de práticas políticas nos governos, embora apresente tendência para decair.

Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos (CARVALHO, 1997, s.p.).

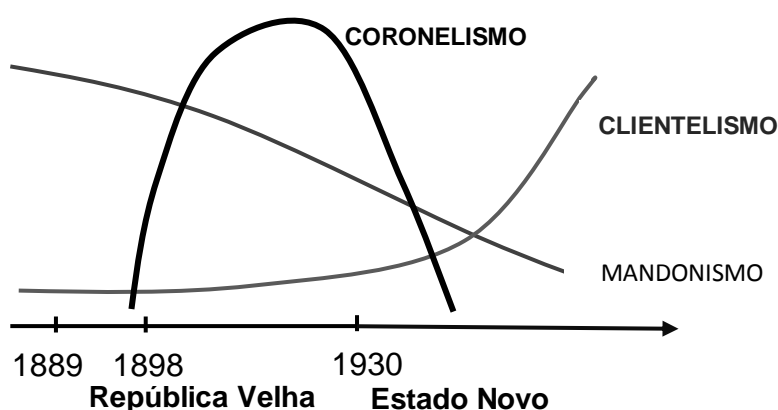


Figura 1 – Representação esquemática da temporalidade do coronelismo, do clientelismo e do mandonismo segundo Carvalho (1997)

Fonte: Elaborado com base em Carvalho (1997)

Carvalho (1997), em suas interpretações, também se refere aos estudiosos do Partido Comunista de concepção feudalista⁴ sobre a formação brasileira desde o início da colonização, segundo os quais teria evoluído para o capitalismo e seguiria em direção ao socialismo. De acordo com os adeptos dessa abordagem feudalista, no qual ele destacou Nestor Duarte, no contexto histórico feudal teria emergido dos latifúndios um “senhoriato rural”, com relativa autonomia

⁴ Para Carvalho (1997), “a formulação mais contundente da tese feudal está em Nestor Duarte”, que influenciava fortemente a visão do antigo Partido Comunista do Brasil (PCB). [...], “para [...] Marx, [...] o modo capitalista de produção, base da política de representação de interesses, evolui do modo feudal de produção”.

dentro do Estado. Ainda que considerasse coerente, para Carvalho (1997) ainda faltava maior lucidez para sua compreensão.

Essa tradição acentua o poder dos potentados rurais e suas parentelas diante do Estado desde o início da colonização. Os grandes proprietários são vistos como onipotentes dentro de seus latifúndios, onde, como disse um cronista, só precisavam importar ferro, sal, pólvora e chumbo. Durante a Colônia eram alheios, se não hostis, ao poder do governo. Após a Independência, passaram a controlar a política nacional, submetendo o Estado a seus desígnios [...]. As capitanias hereditárias seriam, segundo esses autores, instituições legitimamente feudais e o feudalismo teria dominado os três primeiros séculos da história nacional. (CARVALHO, 1997, s.p.)

Esse autor se reportou também à abordagem histórica dos estudiosos sobre a formação social do Brasil mantida no mesmo estágio de evolução de Portugal, identificado por um capitalismo de Estado de natureza patrimonial. O principal defensor dessas ideias, segundo ele, teria sido Raymundo Faoro. De acordo com essa abordagem, o estamento burocrático, instrumento de domínio do rei e conduzido por ele, teria empreendido a colonização brasileira. A classe política do país teria emergido exatamente desse estamento. Era vista por Faoro (2008), em sua obra “Os donos do poder”, como uma espécie de elite que separa governo e povo, Estado e nação. O estilo político dessa classe no poder também estaria baseado em cooptação, clientelismo, populismo, corporativismo de Estado, como ainda na representação de seus interesses, nos partidos e na ideologia.

O Brasil seguiu a evolução de Portugal que desde o século XIV se havia livrado dos fracos traços de feudalismo e implantado um capitalismo de Estado de natureza patrimonial. Aos poucos se formou um estamento burocrático, instrumento de domínio do rei que se tornou independente do próprio rei. A colonização foi empreendimento capitalista-mercantilista conduzido pelo rei e por esse estamento. O estamento, minoria dissociada da nação, é que domina, dele saindo a classe política, a elite que governa e separa governo e povo, Estado e nação. (CARVALHO, 1997, s.p.)

Mas Faoro (2008) convalida pontos essenciais da análise de Vitor Nunes Leal. Para ele, o coronelismo assentava seu poder a partir da base econômica da grande propriedade rural, origem da sua riqueza: “O coronel, antes de ser um líder político é um líder econômico” (FAORO, 2008, p.700). O poder político exercido decorre de sua condição de homem rico, autônomo, na sociedade agrária. No entanto, conforme lembrou, o coronel “não manda porque tem riqueza, mas manda

porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito” com o governo estadual (FAORO, 2008, p.700).

Outro ponto de convergência de Faoro (2008) em relação às formulações de Leal (1997) foi em relação à integração sistêmica do “coronel no poder político, tendo o governador como ‘espinha dorsal’”, cabendo àquele exercer funções delegadas, extraoficialmente, de cima para baixo. O coronel “fazia política e complementava a administração pública, no âmbito municipal” (FAORO, 2008, p.710). Portanto, esse sistema de reciprocidade, apontado por Leal como um dos fundamentos do coronelismo, foi claramente ressaltado por Faoro:

O coronelismo se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. [...] Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações. Certas funções públicas, não institucionalizadas, estão enfeixadas em suas mãos. Daí que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal – coronel contra coronel –, há de ser governista no campo estadual. / “O coronel Manuel Inácio, do sertão pernambucano, conhece a boa doutrina: ‘o governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo’. Um discípulo seu será mais categórico: ‘em política eu sou intransigente: voto no governo.” (FAORO, 2008, p.711)⁵

Mesmo com essas consonâncias às ideias de Faoro (2008), Carvalho (1997) rejeitou a inclusão de Leal (1997) entre os pensadores de tradição “feudalista”, como afirmaram alguns de seus intérpretes. Para ele, Vitor Nunes Leal não se mostrou nem feudalista, nem economicista, tampouco dicotômico em sua análise sistêmica.

Para parte dos estudiosos posteriores do coronelismo, Leal (1997) abordava os coronéis apenas como atores políticos e não como produtores, como classe social. Essa crítica também foi rejeitada por Carvalho (1997), que não viu nas ideias de Leal (1997) o poder político e o poder econômico, ou o Estado e a ordem privada colocadas em oposição irreconciliável. Em realidade, segundo Carvalho (1997), por trás de um fato político aparentemente singelo, como a nomeação de funcionários públicos, escondiam-se mecanismos privados de dominação econômica e social. Assim, agentes do Estado, como o juiz de paz, o juiz municipal, o delegado

⁵ Faoro (2008) cita, no último parágrafo da citação, João Antonio Andreoni, em “Cultura e Opulência no Brasil”.

de polícia e o coletor de impostos exerciam papéis de sustentação dos interesses econômicos dos donos de terra e dos grandes comerciantes. O controle desses agentes públicos era importante para o controle da mão-de-obra e para a competição com fazendeiros rivais, constituindo-se em um grande trunfo para os “coronéis” que os nomeavam (CARVALHO, 1997). Nesse caso, o autor recorreu ao historiador Oliveira Vianna (1949), que também se reportara a Leal (1997) para apontar o papel que o controle do cargo público exercia como instrumento de dominação.

[...] a justiça brasileira caracterizava-se, nessa época, pelas figuras do “juiz nosso”, do “delegado nosso”, isto é, era uma justiça posta a serviço dos interesses dos mandões. O coletor de impostos, por seu lado, podia, pela ação, ou inação, afetar diretamente a margem de lucro dos coronéis. Até mesmo uma professora primária era importante para conservar valores indispensáveis à sustentação do sistema. [...] No coronelismo, como definido por Leal, o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo. (OLIVEIRA VIANNA, 1949, *apud* CARVALHO, 1997, s.p.)

A pouca ênfase dada por Leal (1997) ao conflito de classes foi interpretada por Carvalho (1997) como decorrente do fato de na Primeira República raramente os interesses de classe dos “coronéis” serem desafiados, ou colocados em questão, seja pelos governos ou pelos trabalhadores. Naquele momento histórico, portanto, “não se colocava em questão o domínio dos coronéis como classe” (CARVALHO, 1997). O conflito, quase sempre se manifestava como disputa política entre “coronéis”, no qual os governos entravam como aliados de alguma das partes beligerantes. Também, por parte dos trabalhadores, a inexistência de movimentos organizados não permitia que se estabelecessem situações abertamente conflitantes com o sistema de dominação coronelista (CARVALHO, 1997).

Outra interpretação a respeito do sistema coronelista foi feita por Saes (1985), numa abordagem em que o processo de formação do Estado burguês no Brasil teria sido dirigido inicialmente pela classe média nascente, portadora da ideologia jurídica burguesa. Segundo ele, esse processo teria ocorrido por etapas, inicialmente passando pela extinção da legal da escravidão (1988) e pela reorganização do aparelho de Estado (Proclamação da República em 1889, Assembleia Constituinte em 1890/1891) até liquidação da ditadura militar burguesa

em 1894. Teria sido nesse momento que o bloco cafeeiro paulista teria subtraído da classe média a condição de classe dirigente e o Estado burguês teria assumido uma forma democrática, com presidencialismo, parlamento dotado de algumas prerrogativas e sufrágio eleitoral (SAES, 1985). Mas a peculiaridade fundamental dessa formação social constituída por essa democracia capitalista era a manutenção das relações de produção pré-capitalistas no campo. Já o direito burguês do contrato entre iguais só teria entrado posteriormente e de forma muito lenta, quando se chegou ao Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

[...] Ora, forma de trabalho como o colonato, a moradia, a meação, a terça e a quarta implicavam a existência de uma *dependência pessoal* do trabalhador para com o proprietário que lhe cedia o uso da terra e (frequentemente) da moradia: essa *dependência pessoal* excluía a possibilidade de que a relação econômica entre proprietário dos meios de produção e produtor direto assumisse a forma de *contrato entre iguais*. Em outras palavras, o direito burguês era contraditório com as relações de produção pré-capitalistas vigentes na agricultura. [...]. A penetração do direito burguês no campo brasileiro só ocorreu mais tarde, processando-se de modo lento, gradativo e desigual: acompanhou o próprio processo de transformação das relações de produção vigentes no campo. Um marco importante do avanço realizado pelo direito burguês no campo foi o Estatuto do Trabalhador Rural editado em março de 1963. (SAES, 1985, p.351-352)

Na interpretação de Saes (1985), a essência do “coronelismo” nessa abordagem, originava-se do fato do eleitor rural continuar sujeito à dominação do grande proprietário capitalista. Desse modo, durante o período eleitoral, aos trabalhadores subalternizados só restava eleger os candidatos ou partidos indicados pelo patrão, convertendo-o em chefe político.

A socióloga Maria Isaura de Queiroz também foi intérprete, crítica e procurou trazer novas contribuições ao conceito do sistema coronelista colocada por Leal (1997), ao pesquisar a realidade nordestina em período mais recente.

Ela considerou o conceito do sistema coronelista empobrecedor, por estar muito centrado na dimensão política.

Integrante de uma elite conservadora controladora do poder econômico, político e social no país [...] tem sido o ‘coronel’ definido principalmente pelas suas características políticas. [...] Sem dúvida o aspecto político é o que mais chama a atenção, ao atentarmos para as facetas que compõem a figura do coronel; não é, porém, o único, e sim um entre muitos. Considerá-lo apenas sobre este aspecto é mutilar um conjunto complexo, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão mais ampla, tanto em si mesmo quanto e sua evolução histórico-social. (QUEIROZ, 1976, p.165)

Contrapôs-se a essa crítica, além de Carvalho (1997), Goulart (2004), para quem a fundamentação de Leal (1997) não poderia ser considerada como restrita ao aspecto da relação política entre o líder local e os governos estaduais. Goulart (2004) destacou a amplitude e a profundidade da abordagem de Leal (1997) na articulação da dimensão social, econômica e política. Para ele, a abordagem social foi contemplada com fenômenos correlacionados, tais como concentração de terras, fidelidade do trabalhador ao coronel, a falta de informações da maioria da população.

A abordagem política também teria sido revelada no conceito de Leal (1997), por meio da análise da complexidade do processo eleitoral, inclusive apontando algumas de suas características, como eleições eivadas de fraudes, caráter sectário e violento das disputas partidárias, relações promíscuas entre as esferas locais e estaduais, estas construídas quase sempre com recursos do Tesouro Público. A abordagem econômica, segundo Goulart (2004), foi vislumbrada por Leal (1997) em sua análise da estrutura desigual da distribuição da propriedade rural, implicando entre outras na extrema pobreza da população do campo. No aspecto econômico, Leal (1997) também teria contemplado a análise da decadência financeira dos coronéis perante o poder público, contrabalançado pelos repasses das verbas para o município, por intermédio desses, reforçando-lhes o prestígio decadente (GOULART, 2004).

De todo modo, é importante destacar que Queiroz (1976) trouxe novas contribuições à compreensão da dimensão social do sistema coronelista, fenômeno pesquisado por ela já nos anos 60 do século XX. Ela ressaltou, por exemplo, o papel polarizador exercido pelo “coronel” na sociedade rural, servindo de ponto de referência na distribuição dos indivíduos no espaço, isso tanto de seus parentes, quanto de seus protegidos. A posição de um “coronel” em relação a outros coronéis, assim como de seus protegidos, era conhecida de todos, de modo que todo indivíduo acabava por manifestar sua inserção na facção da situação ou da oposição em relação a cada coronel, assim como se era parente ou apenas um de seus protegidos (QUEIROZ, 1976).

A pergunta: ‘Quem é você?’ recebia invariavelmente a resposta: ‘Sou gente do Coronel Fulano’. Esta maneira de redarguir dava imediatamente a quem ouvia as coordenadas necessárias para conhecer o lugar sócio-econômico

do interlocutor, além da sua posição política. O termo 'gente' indicava primeiramente que não se tratava de alguém do mesmo nível que o coronel ou sua família; caso contrário o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo (diria, por exemplo, 'sou primo do Coronel Fulano'). A fórmula 'gente' indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria sempre parente pobre. (QUEIROZ, 1976, p.164)

O termo "parentela" foi utilizado por Queiroz (1976) para se referir à família extensa nucleada por cada "coronel". Ele representava o nível mais elevado de um grupo de parentela mais ou menos vasto, que muitas vezes extrapolava o nível local. A autoridade dos grandes "coronéis" podia transbordar do âmbito local ao regional e mesmo ultrapassar o estadual e atingir o nível nacional (QUEIROZ, 1976). O núcleo de parentesco por laços de sangue era, em geral, constituído por famílias economicamente independentes e que viviam em moradias separadas. Essas famílias podiam estar dispersas e vivendo a grandes distâncias entre si, sem que se quebrasse a vitalidade dos laços recíprocos de obrigações que os vinculavam ao coronel no interior do grupo. Portanto, Queiroz (1976), diferente de Leal (1997) – para quem o coronel atuava no "reduzido cenário do governo local" –, conseguiu vislumbrar no momento de sua pesquisa uma espacialidade mais extensa do sistema de parentela sob a liderança do "coronel".

Essa intérprete do sistema coronelista também trouxe novas análises sobre a dominação do "coronel" no processo eleitoral caracterizado pelo "voto de cabresto", apreciado no momento de sua pesquisa. Para Queiroz (1976), nem sempre a dominação se dava de forma direta entre "coronel" e eleitor, como também nem sempre a obtenção do voto era fruto do poder econômico do coronel sobre seus trabalhadores. Segundo essa estudiosa, o "coronel" era quase sempre mediado por cabos eleitorais na captação de votos junto a um eleitorado que não trabalhava em sua propriedade, ficando este muito mais na dependência do prestígio e das relações pessoais mantidas pelo cabo eleitoral em diversas localidades. Portanto, o voto era nessa época obtido menos pelo prestígio pessoal e pressão econômica do "coronel" e mais pelo prestígio do mediador e por opção do eleitor na troca do voto por algum benefício de seu interesse:

[...] é na medida em que o cabo eleitoral (sitante ou pequeno fazendeiro, unindo a esta qualidade a de pequeno comerciante) consegue ser amigo de grande número de sitantes, que conquista e conserva eleitorado para o seu chefe político. A importância das relações pessoais comprova que o

eleitorado (que não é um eleitorado subordinado a alguém, do ponto de vista do trabalho, e sim um eleitorado livre economicamente) tem possibilidade de escolha. [...] O problema do “voto de cabresto” se configura de forma diferente; não se trata aqui de uma imposição pura e simples do coronel, sob pena de vinganças econômicas ou outras; trata-se de uma determinação do eleitor utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício. (QUEIROZ, 1976, p.167-168)

Influenciada pelos trabalhos de sociologia política feitos pelo pesquisador francês Jean Blondel sobre a estrutura do coronelismo vigente entre 1950 e 1960 no estado da Paraíba, esta autora aprofundou-se no entendimento da estrutura eleitoral hierarquizada frente à mediação dos cabos eleitorais, que para ela era organizada geralmente em três níveis: (1) dos coronéis; (2) dos cabos eleitorais; (3) dos eleitores. Queiroz (1976) apontou também que era comum a existência de lideranças intermediárias, às quais denominou de “chefes políticos”. Estas dominavam certo contingente de eleitores, usando seus próprios cabos eleitorais configurando um sistema mais complexo cujas características a autora descreve abaixo:

Primeiramente existe aquela do mando pessoal, em que o “coronel” domina através de um sistema bem organizado de cabos eleitorais [...]. Em seguida, encontra-se o chefe político dominando certos indivíduos, também de certo nível e poder (sub-chefes), os quais, por seu turno, dominam o eleitorado através de cabos eleitorais. [...] Finalmente, há também a dominação “colegial” em que cada membro da família domina uma zona, com a qual permanece unida [...]. (QUEIROZ, 1976, p.166)

Mesmo vislumbrando a mediação existente entre o coronel e o eleitor, Queiroz (1976) afirmou que o mando direto e pessoal do coronel sobre o eleitorado possibilitava maior certeza no domínio do resultado eleitoral. Na existência de intermediários, fossem chefes locais de algum porte ou chefes locais pequenos e médios (subchefes), esse controle se tornava menos confiável. Nesse caso, eram os “subchefes políticos” que exerciam o poder de maneira absoluta sobre os votantes. Cada cabo eleitoral constituía, para essa pesquisadora, uma espécie de “grande eleitor”, ao ter em suas mãos um eleitorado, sendo importante avaliar o nível de controle desse mediador.

[...] quando se estuda o coronelismo em determinada região, é necessário em primeiro lugar verificar qual o tipo de chefia coronelista que existe ao nível do grau superior de mando, ao nível do grau médio, e qual a possibilidade de “defesa” com que conta o eleitor, no grau inferior da escala de poder. (QUEIROZ, 1976, p.167)

As categorias vinculadas ao “coronelismo” foram trabalhadas por vários outros estudiosos do poder oligárquico na vida política brasileira, que abordavam os poderes locais difíceis de serem suplantados, alguns deles até antecedendo a obra de Vítor Nunes Leal. Podem-se citar entre eles Celso Furtado, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo, Francisco José de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Silvio Romero e Manoel Bonfim. Foram selecionadas, no entanto, apenas as abordagens dos autores apresentados neste tópico do capítulo, que segundo se entendeu conseguiram contribuir para esclarecer o conceito trabalhado na pesquisa.

2.2 SISTEMA CORONELISTA E SUA SINGULARIDADE NA FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE AQUIDAUANA

O surgimento dos partidos políticos ainda no Brasil Império teria, segundo Barbosa (1995), possibilitado a mobilização da elite rural dispersa em torno deles, no sentido do estabelecimento de relações interclânicas, na escala territorial da província. Este sistema dava suporte político e fortalecia o partido dos governadores, localizados nas capitais dessas províncias, o que significava uma organização política regionalizada. Em cada localidade, a fidelidade ao partido do “coronel”, quando não por simpatia, passou a ocorrer como recurso de defesa pessoal diante das arbitrariedades a que poderia ficar sujeito numa situação de isolacionismo (BARBOSA, 1995). Tratou-se de um período de fortalecimento econômico das elites rurais, enquadradas na condição de coronéis da Guarda Nacional.

Na então província de Mato Grosso, a partir da década de 30 do século XIX, anos que antecederam a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), as fazendas agrícolas das áreas de mineração decadente conheceram forte adensamento populacional e aumento das cabeças de gado. Esse processo de expansão criatória com incentivo do Império acabou conduzindo os latifundiários a uma expansão territorial para as atuais terras de Mato Grosso do Sul, na época em litígio com o Paraguai (LE BOURLEGAT, 2000). A manifestação e repressão de movimentos nativistas em Cuiabá, em 1834, fortaleceu essa dispersão territorial da elite de latifúndios agrícolas liberais revoltosos. Aqueles que não foram presos, obrigados a fugir, internaram-se ao sul da província, em direção ao sul do rio São Lourenço até o rio Miranda e a fronteira de Albuquerque e Corumbá, em terras do atual Pantanal de Mato Grosso do Sul. Entre eles, Guimarães (1999) citou José Alves Ribeiro – um

dos herdeiros da Fazenda Jacobina –, descendente do clã de Estevão Alves Correia (Aquidauana e Miranda), e da família Arruda. De acordo com Guimarães (1999), a partir dos descendentes dos fazendeiros de Jacobina, surgiram: a fazenda Potreiro, de Antônio Alves Ribeiro; a fazenda Taboco, de José Alves Ribeiro; a fazenda de Antônio Tomé Ribeiro, à margem do rio Taquari; a fazenda Santa Luzia, de Antônio José da Silva, entre os rios Correntes e Piquiri; as fazendas Firme e Piraputanga, de Joaquim José Gomes da Silva, o “Nheco” (barão de Vila Maria), próximas a Corumbá. Para o Pantanal também se expandiram os descendentes Antônio Correa da Costa, Jerônimo Joaquim Nunes, famílias Metelo e Albuquerque (GUIMARÃES, 1999). Com áreas menos agricultáveis, essas fazendas se transformaram em grandes extensões latifundiárias voltadas à criação do gado bovino (MAMIGONIAN, 1986).

Simultâneo a esse fluxo vindo da região de Cuiabá em direção ao Pantanal na bacia do Rio da Prata, surgiu aquele oriundo de Minas Gerais na direção das terras da bacia do Paraná do atual Estado de Mato Grosso do Sul (FIGUEIREDO, 1968). Sodré (1941) lembra que nesse período a abundância de terras percebidas como passíveis de ocupação, as potencialidades naturais para a atividade criatória, a ausência de mão-de-obra escrava e a presença de significativa população indígena, foram condições para o caráter altamente nômade da mão-de-obra e mesmo dos proprietários das fazendas de gado do sul de Mato Grosso, antes da Guerra do Paraguai.

Em 1840, D. Pedro II ascendia ao poder e restabelecia o centralismo de Estado, num período de ascensão do capitalismo industrial inglês (1848–1873), que proporcionava expansão do mercado exportador de produtos primários. Ao obter a franquia de navegação pelo rio Paraguai em 1858, o imperador Pedro II, facilitou o escoamento dos produtos do norte da Província e do Pantanal, aos portos do Rio de Janeiro e Santos. O porto de Corumbá foi altamente dinamizado pela classe comerciante, com a participação das casas comissárias, ou casas comerciais, que aliavam à atividade comercial a agência bancária, como representante de bancos nacionais e internacionais⁶ (ALVES, 1985).

⁶ Com base nos estudos de Alves (1985), construiu-se uma visão da história regional de grande influência. Entretanto, essa visão é contestada por Cimó (2008) no artigo “Revisitando um velho

Mas o período de 1873 a 1896 foi caracterizado pela grande depressão da economia industrial, quando o Brasil, com menores possibilidades de exportar, perdeu a capacidade de importar, agravada pelas circunstâncias financeiras deixadas pelas dívidas contraídas em função da Guerra do Paraguai. Como resposta, as fazendas de produção agrícola passaram a responder ativamente, substituindo grande parte do que importavam. Desse modo, introduziram no interior da fazenda atividades “não agrícolas”, tornando-se mais autossuficientes, agora como fazendas agrícolas e artesanais (RANGEL, 1981).

A fazenda Jacobina, situada no entorno de Cuiabá, em Mato Grosso, constituiu um dos exemplos mais significativos dessa primeira forma de substituição de importações, no nível da propriedade agrícola, apontadas por Valverde (1972), que vivia do cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, feijão, cereais e café e um forte contingente de cabeças de gado, ampliado dez vezes entre 1825 e 1880. Cultivava-se algodão e com ele fabricavam-se tecidos rústicos, da cana-de-açúcar produziam-se rapadura, açúcar bruto e aguardente. Contava-se ainda na fazenda com seleiros, forjadores, alfaiates, carpinteiros. De fora da fazenda vinha apenas o sal, ferramentas, bebidas e tecidos finos. A fazenda abastecia gratuitamente o Forte Coimbra, com a fatura de excedentes (VALVERDE, 1972).

No entanto, no sul da província de Mato Grosso, a Guerra do Paraguai (1864-1870) acabou por interromper o processo iniciado na década de 1830 e por dispersar a população indígena, principal recurso de mão-de-obra. Desse modo, em 1878, o governo provincial já buscava apoio de missionários para a aglutinação dessa população autóctone, iniciando esse processo pelo norte da província com a chegada da Missão Salesiana.

2.2.1 Sistema coronelista na Primeira República

A proclamação da República foi a homologação política das mudanças que já vinham sendo reivindicadas desde o Brasil Império, ocorridas na estrutura econômica e social dominante. As províncias foram transformadas em estados da

Federação, estes dotados de maior autonomia administrativa dentro da União. Além disso, houve a separação entre Igreja e Estado (fim do Padroado), num governo de propósitos claramente positivistas.

Em nível local, foram emergindo redes de clãs latifundiários em torno de vários pequenos partidos políticos republicanos locais, com as mais diferentes características e que contavam com o suporte de forças militares próprias (BARBOSA, 1995). Definia-se por meio do sistema de reciprocidade de compromissos, a propalada “política dos governadores” que configurou o sistema coronelista.

De acordo com Corrêa Filho (1981), em novembro de 1892⁷, foi criada a legislação estadual que permitiu aos latifundiários transferir maior quantidade de terras para o seu domínio particular. Essa medida contribuiu para o aparecimento de latifúndios com áreas “descomunais” especialmente no Pantanal do atual Mato Grosso do Sul⁸. Associado ao coronel latifundiário estava o comerciante exportador, por meio da casa comercial, que monopolizava o comércio de importação, exportação e navegação, além de representar empresas seguradoras, intermediar bancos nacionais e estrangeiros e conceder créditos (ALVES, 1984). Por meio dela e dos barcos a vapor do Rio Paraguai, o comerciante brasileiro tinha conseguido se vincular à burguesia internacional e ao fazendeiro, mediado pelos portos platinos.

De acordo com o conteúdo socioterritorial de origem dos fluxos que atingiram as terras do atual estado de Mato Grosso do Sul, a manifestação do “coronelismo” não se deu de forma padronizada. Entre os descendentes da aristocracia rural da região Norte cuiabana, que se dispersaram para o Pantanal, saíram os mais característicos coronéis da época, controlando o comércio e os negócios da terra, assim como a política. Conforme lembrou Correa Filho (1955), esses coronéis vinham de fazendas tradicionais que, pelo seu tempo de existência, haviam conhecido maior consolidação do ponto de vista econômico e como política

⁷ Trata-se da Lei Estadual nº 20/1892, que ajustava a Lei Imperial de terras de 1850 aos interesses dos fazendeiros que estivessem em posse de terras obtidas por posse “mansa e pacífica” e que as estivessem ocupando e cultivando.

⁸ Os melhores exemplos foram as fazendas Rio Branco, de 384.292 hectares; a fazenda Taboco, com 344.923 ha; a fazenda Firme, com 176.853 ha; a fazenda Rio Negro, com 118.905 ha, e a fazenda Palmeiras, com 106.025 ha, quase todas na região pantaneira, área de expansão do norte da província (CORRÊA FILHO, 1981).

de classe, além do que, foram menos afetados pela Guerra contra o Paraguai. Rivals entre si, mas aliados da classe comerciante internacional, fizeram uso frequente da força e violência, com tropas militares próprias⁹. Estavam mais vinculados à “política dos governadores” pelo sistema coronelista, sendo adeptos da centralização política e da integração territorial. Estes reivindicavam autonomia, com o mínimo de alterações. Já os “coronéis” do sul do estado, que se identificaram com a política exportadora, tinham estado muito menos vinculados ao sistema escravista e do “mandonismo” que caracterizou a política do império. Parte deles se transformou em latifundiário comerciante só depois da Guerra contra o Paraguai, como ex-combatentes voluntários agraciados com a posse de terras. A atividade pastoril, a exemplo do que ocorrera com outras áreas de pecuária do Nordeste e Sul do país, tinha sido mais marcada pelas condições naturais em áreas extensas, com a presença de mão-de-obra livre (CORRÊA, 1995). Segundo esse autor, essas condições de origem e circunstâncias dadas os tinham dotado de um manifestado espírito de autonomia, além de ideias mais federalizantes e descentralizadas de governo. Para Bittar (2007), o movimento pela independência dos coronéis do sul do estado teria sido mais de cunho regionalista do que divisionista, uma vez que estes se identificavam na falta de maior liberdade de ação, frente ao isolamento imposto pelas dificuldades de comunicação com Cuiabá.

Na medida em que esses empreendimentos agrários foram se consolidando em seus distintos mercados e interesses, construíram-se identidades distintas do segmento coronelista: os “coronéis do Norte” (relativos aos de origem cuiabana) e os “coronéis do Sul” de Mato Grosso.

Os coronéis latifundiários do Pantanal, considerados do Norte, do qual faziam parte aqueles de Aquidauana, procuraram se vincular mais diretamente às casas comerciais sediadas no porto de Corumbá e, portanto ao comércio internacional, facilitados pelas vias fluviais (ALVES, 1984). Segundo a historiografia local, oficializada pelo IBGE, esses coronéis latifundiários juntaram-se a outros residentes da Vila Miranda, uma das aglomerações existentes até então, para em 1892, adquirirem terras na margem direita do rio Aquidauana e ali construírem um

porto, para usufruir do ativo comércio corumbaense¹⁰. Fundado o povoado em 15 de agosto de 1898, Aquidauana nasceu sob a égide da Republica Velha e do “coronelismo”. Importante lembrar que o povoado não nasceu de junção espontânea e natural de um grupo de pessoas, tampouco em função de iniciativa oficial, como acontecia com a maioria das cidades brasileiras. Houve uma intencionalidade nesse ato, precedido por um planejamento prévio, registrado em documentos oficiais e privados (NEVES, 2007, p.82/22). Aquidauana surgiu, portanto, com a finalidade de facilitar a ligação do Pantanal Mato-grossense à economia paulista em expansão, como uma região periférica.

[...] Aquidauana, ao ser fundada, se constituía num polo de urbanização em uma região que se formava para o capital em função da expansão de uma outra região (a cafeeira paulista) que tendia a se configurar como uma região capitalista (NEVES, 2007, p. 115).

Desse modo, o Pantanal se constituía tanto em mercado fornecedor de matérias-primas e gêneros alimentícios, como em mercado consumidor de produtos oriundos de São Paulo (NEVES, 2007). Nesse processo de trocas, as áreas centrais do sistema não tiveram força suficiente para modificar as relações econômicas e sociais existentes na região, ligadas à tradicional estrutura agrária. Permaneceu internamente uma economia marcada por relações econômicas e sociais pré-capitalistas, dinamizada por um polo capitalista externo. A superação dessa contradição acabou persistindo por décadas.

Do ponto de vista político, as lideranças coronelistas em Aquidauana acabaram sendo polarizadas por dois partidos – o Partido Conservador e o Partido Republicano Mato-grossense. Ainda que houvesse líderes políticos que não disputassem a chefia partidária, estes se engajavam em um dos partidos. Em várias

¹⁰ O povoado foi fundado em uma reunião especialmente convocada para tal fim, da qual participaram cerca de 60 a 65 pessoas, que podem ser consideradas fundadoras de Aquidauana (NEVES, 2007 p. 82-85). Assumiram a responsabilidade pela aquisição das terras os coronéis Theodoro Rondon, Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Correa, João de Almeida Castro e Manoel Antonio Paes de Barros e o porto foi construído onde se encontra hoje a Praça Nossa Senhora Imaculada Conceição. O Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso, como era de costume na época em relação aos “homens ilustres”, tratava todos esses Diretores, com títulos militares. Theodoro era tratado pelo título de Major, os demais recebiam o tratamento de “coronéis”. Entre os demais fundadores, recebia também o título de coronel o fazendeiro José Alves Ribeiro (Cel. Jeje).

passagens de suas crônicas, Oliveira (1977) relata a vinculação dos coronéis locais aos partidos políticos¹¹.

O Partido Conservador era chefiado pelo Cel. João de Almeida Castro, mais conhecido por Jango de Castro, e o seu partido tinha o nome de 'urucubaca'. Ele era um homem razoavelmente instruído, discreto e de muita iniciativa. Sua liderança provinha de suas qualidades pessoais, pois não era rico [...]. O Coronel Jango de Castro era forte na política federal onde dispunha de amigos de grande poder político, tais como: Senador Antônio Azeredo [...], Aníbal de Toledo, Deputado Federal por muitos anos e, afinal, de toda a bancada federal na época. [...] Era, também muito amigo Gal. Rondon, quem embora não sendo político, dispunha de grande influência no País. / Do lado oposto, o PRM – Partido Republicano Matogrossense tinha o nome popular de 'perrengue', era chefiado pelo Cel. José Alves Ribeiro, mais conhecido com Cel. Jeje, que posteriormente foi substituído pelo seu filho de igual nome que era também conhecido como Cel. Zelito, [...]. O Cel. Jeje, por sua vez dispunha de grande prestígio em Cuiabá, a começar pelos coronéis Pedro Celestino e João Celestino, este último deputado federal. / Naquele tempo em torno desses chefes gravitavam outros valores que às vezes até competiam com eles em prestígio. [...] Entre eles avultavam os coronéis Estevão Alves Corrêa 'conhecido como Cel. Chá' – Manoel Antônio Paes de Barros, Inácio Trindade, etc. eram homens ricos para os padrões da época, mas, por uma razão ou outra, não disputavam a chefia partidária embora não aceitassem o lugar de simples satélites. Eram ouvidos e respeitados mesmo sem exercer a chefia partidária. (OLIVEIRA, 1977)

Corumbá se tornou cabeça de uma rede urbana regionalizada, no âmbito da qual Aquidauana se constituiu em um centro nodal sub-regional de importância, alimentado por vias de circulação fluvial entre as fazendas situadas ao longo dos rios Miranda e Aquidauana (CARDOSO, 1989). Esse porto conquistou esse papel de entreposto comercial no extremo sul de Mato Grosso, aos poucos, chegando a abastecer inclusive a vila de Campo Grande com os gêneros que vinham de Corumbá. Associada às vias terrestres alimentadoras, a cidade acabou se transformando no empório comercial de grande parte do leste do Estado (QUEIROZ, 2004).

Desde 1858, quando Corumbá contava com cinco matrizes e uma filial da casa comercial, Aquidauana abrigava duas casas comerciais, enquanto outros núcleos dessa rede, como Cáceres, Nioaque, Porto Murtinho e Miranda, até 1909, contavam com uma matriz cada uma (CARDOSO, 1989). Já os latifundiários comerciantes do sul do estado aglutinaram-se junto aos dois principais portos

¹¹ O advogado Luiz Alexandre de Oliveira mantinha uma coluna no Jornal "Correio do Estado" de Campo Grande. Em 1977, escreveu várias crônicas sobre a vida aquidauanense na década dos anos dez do século passado. Esse relato é uma rica descrição da vida na cidade e especialmente sobre o funcionamento da política local

(Nioaque e Maracaju), como maior tendência para se colocar na hinterlândia do porto de Concepción no Paraguai, numa rede comercial de natureza clandestina dentro do país (LE BOURLEGAT, 2000).

Eram mediados por comerciantes paraguaios e portenhos descendentes de europeus. Atingiam o porto, segundo Guimarães (1999), por meio de carretas de boi para circular couro, charque, chifres, entre outros produtos naturais. Retornavam com produtos de abastecimento do comércio organizado nos dois portos regionais (GUIMARÃES, 1999). Os coronéis do Norte, não raras vezes se aliaram de forma organizada e violenta para conter os republicanos federalistas do Sul, especialmente quando a revolta significava ameaça à ruptura territorial dentro do estado (CORRÊA, 1995).

Já os “coronéis” latifundiários de Aquidauana, como se pôde evidenciar, ficaram sob a influência dos portos de Corumbá, aos quais, no princípio, Nioaque e Miranda se vincularam, oferecendo-lhe suporte. Mas o porto de Nioaque acabou criando vínculos também com Concepción, e os contatos dos aquidauanenses com os coronéis latifundiários e comerciantes divisionistas do Sul do Estado foram inevitáveis.

No entanto, entre 1908 e 1914, os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil cortaram a margem direita do rio Aquidauana, onde se instalou a estação ferroviária, em decorrência de um conjunto de determinantes do novo contexto nacional e regional. O capitalismo industrial internacional fortaleceu-se novamente, no período entre 1896 e 1921, mediante a Segunda Revolução Industrial, com nova onda de crescimento. O café acabou se transformando no produto de forte aceitação internacional, tomando a dianteira no processo de exportação brasileira (MONBEIG, 1984).

Seu cultivo atraiu investimentos estrangeiros para a produção, instalação de infraestrutura de circulação, ferrovias principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se transformaram nos principais centros de concentração do povoamento brasileiro. Esses dois centros urbanos transformaram-se num crescente mercado consumidor constituído pelos segmentos sociais enriquecidos pela economia cafeeira. Barretos, em São Paulo, por iniciativa de pecuaristas mineiros, havia-se

organizado em zona de engorda, visando receber o gado de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Mato Grosso, para o abastecimento dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro (MAMIGONIAN, 1976). Nesse novo contexto favorável e preocupado com a imposição dos comerciantes portenhos na circulação da Bacia do Rio da Prata e especialmente na faixa de fronteira, o governo federal se definiu pela extensão de uma ferrovia paulista ao estado de Mato Grosso (LE BOURLEGAT, 2000).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, oriunda de Bauru, significava forte redução de tempo em relação à navegação a vapor e foi construída por esse motivo entre 1907 e 1914. Logo que foi aprovada a instalação da ferrovia, por força da Lei Estadual nº 467, de 18 de dezembro de 1906, foi instalado o município de Aquidauana, desmembrado do de Miranda. Entre 1910 e 1911, respectivamente pelas Leis Estaduais nºs 549 e 277, foi elevada à categoria de Comarca. Em 1918, após a passagem da ferrovia, pela Lei Estadual nº 772, adquiriu o foro de cidade. A ferrovia transformara-se no eixo de maior importância na aglutinação do povoamento em torno das estações e embarcadouros de gado das fazendas (IBGE, 1958).

Seu término coincidiu com o início da Primeira Guerra Mundial, quando se deu a valorização da carne no mercado internacional, atraindo atenção dos pecuaristas para os portos brasileiros. Do Pantanal chegavam a Aquidauana o gado em chatas com gaiolas até os embarcadouros, junto às estações do trem. Entre 1916 a 1919, o valor de exportação do gado bovino em Mato Grosso já havia quase quadruplicado e a quantidade de gado exportado havia triplicado (MARQUES, 1923).

2.2.2 Sistema coronelista no Estado Novo

O Estado Novo (1937-1945) foi caracterizado pelo governo ditatorial, estabelecido por golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas. Nesse período, o cuiabano Julio Strubing Müller, do Partido Republicano Mato-grossense foi interventor e iniciou os princípios dominantes dessa política em Mato Grosso.

Essas mudanças na dimensão política do país tiveram suas origens na crise de superprodução que abalou a economia capitalista internacional no período

entre 1921 e 1948, caracterizada como a terceira fase recessiva do sistema capitalista internacional (RANGEL, 1981). O Brasil procurou repetir a experiência anterior do crescimento “para dentro” por substituição de importações (RANGEL, 1981).

Essa fase de crise teve reflexos negativos nos países da bacia do Prata (LE BOURLEGAT, 2000) e não foi favorável aos coronéis latifundiários exportadores vinculados aos comerciantes internacionais (MAMIGONIAN, 1989), entre estes os do sul de Mato Grosso, comprometidos com o comércio do porto de Concepción. Sua visão e atitudes eram contrárias aos interesses dos empresários industriais emergentes e dos latifundiários do setor de abastecimento do mercado interno. Contrapunham-se às ideias da oligarquia cuiabana e lutavam pela autonomia territorial.

Já o tradicional segmento coronelista do Norte, de origem cuiabana, se engajava nessa segunda linha, impregnada de ideias nacionalistas desenvolvimentistas, que se voltava à valorização do mercado nacional, buscando “crescer para dentro”, especialmente focada na intervenção do Estado e integração territorial (LE BOURLEGAT, 2000). Essa categoria de “coronel” latifundiário exibia um espírito de sentimento anti-imperialista e procurava a “regeneração econômica” do país mediante valorização da classe trabalhadora nacional e industrialização, assim como via no Estado o guardião dos interesses da nação e promotor da unificação nacional (BIELSCHOWSKI, 1996).

Em 1930, ascendeu ao poder o grupo da linha nacionalista-desenvolvimentista, empenhado na internalização do polo industrial no país (RANGEL, 1981), ao qual estava engajado o segmento coronelista do Norte. Entre 1930 e 1937, Vargas governou provisoriamente e foi eleito pela Assembleia Constituinte.

A ferrovia e os novos meios de comunicação, especialmente o telégrafo, desde o início dessa fase crítica da ordem econômica e política, acabaram sendo veiculadores de ideias novas que se contrapuseram à ordem estabelecida pelo sistema coronelista local. De um lado, esses meios de comunicação facilitaram os contatos com os grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, para onde

muitos dos filhos dos coronéis foram continuar seus estudos e se impregnaram de novas concepções políticas e sociais.

Por outro lado, com a ferrovia adentrou uma nova categoria de trabalhador em Aquidauana, o ferroviário, segmento organizado, que liderou minúsculos grupos de orientação de esquerda (LEITE, 2009). Os militantes atuavam por meio de pregações em lugares públicos, especialmente em conversas de bares, praças e rodas de amigos e acabaram aglutinando pessoas de vários segmentos sociais: pescadores, professores, comerciantes e, até, membros de famílias tradicionais da cidade. Evidente que essa militância política do núcleo de esquerda em Aquidauana era motivo de preocupação das autoridades locais (LEITE, 2009).

A decisão de construir a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil se deveu principalmente a fatores políticos e estratégicos (QUEIROZ, 1997), entretanto, por onde passou, a estrada de ferro acabou exercendo um importante papel de catalisador do crescimento econômico e populacional. A cidade de Aquidauana constituía o segundo entroncamento mais importante na ferrovia dentro do Estado e gerava um *hinterland* mais expandido que o de Miranda sobre o Pantanal. Recebia fluxos de vias terrestres do Sul, oriundas da região de Nioaque e Bonito e, do Norte, vindos de Coxim, Rio Verde, Rio Negro, fazenda Taboco, assim como pelo rio Aquidauana, onde se instalara o seu porto.

Esse período foi caracterizado, também, pela presença ostensiva dos quartéis militares do Exército brasileiro na Faixa de Fronteira. Aquidauana abrigou em 1942, o 9º Batalhão de Engenharia e Combate. Segundo Leite (2009), as ações policiais de âmbito nacional passaram a se confrontar com aquelas de natureza local configurando uma situação nova, dada por uma maior ingerência do Estado nas relações de poder. Nesse período, teria sido banida, pelo menos ostensivamente, a atuação de grupos armados a serviço dos coronéis, fato que não significou o fim das oligarquias, mas seu enquadramento numa realidade política diferente (LEITE, 2009).

2.2.3 A redemocratização de 1945 e o sistema coronelista de Aquidauana ajustado às novas condições

Em 1945, o presidente Vargas foi deposto, sucedido por meio de eleição pelo cuiabano militar Eurico Gaspar Dutra, que passou a governar com a volta da constitucionalidade. Acabava o Estado Novo e criavam-se, assim, as condições para um novo período democrático no país.

No contexto econômico, terminava a Segunda Grande Guerra, ao mesmo tempo em que emergia um novo ciclo de expansão da economia capitalista, de natureza oligopolizada, transposto à escala internacional, com hegemonia dos Estados Unidos (RANGEL, 1981). O Brasil, inserido na periferia do sistema capitalista, procurou integrar-se mais uma vez ao centro hegemônico, e assim dar continuidade à construção do edifício industrial iniciado na fase anterior (RANGEL, 1985). O Programa de Metas de Juscelino Kubistchek inaugurou essa fase, impulsionando nova euforia do crescimento industrial de mentalidade desenvolvimentista com a prática do planejamento e a presença cada vez maior de empresas multinacionais (BIELCHOWSKI, 1996). O fortalecimento do edifício industrial no Sudeste passou a exigir um rearranjo funcional do território nacional, criando-se economias regionalizadas de abastecimento e distribuição dos produtos industrializados do centro de comando industrial brasileiro (OLIVEIRA, 1977). Nesse processo, as várias regiões brasileiras, eram tratadas via planejamento, como forma de solução de desigualdades regionais, mas efetivamente foram se tornando cada vez dependentes da região motriz num processo de divisão nacional de trabalho (OLIVEIRA, 1977).

Até 1950, Campo Grande já havia se transformado em principal cabeça da rede urbana do Estado, com a órbita de influência econômica atingindo Cuiabá, no exercício de capital regional (CARDOSO, 1989). Em 1951, antecipando-se à criação da Sudeco, o governador Correa da Costa propôs aos governadores vizinhos, a criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), numa tentativa de ampliar a integração de Mato Grosso com a região geoeconômica de São Paulo (LE BOURLEGAT, 2000). No Sul do Estado, procurou promover, com apoio de empresas privadas, uma política de colonização agrícola em áreas férteis, de modo a incentivar o avanço interno da fronteira agrícola, que

avançavam pelo Paraná e oeste de São Paulo (LE BOURLEGAT, 2000). Esse processo se acelerou especialmente durante a década de 1960.

No Pantanal, os centros urbanos mais localizados ao longo da ferrovia, como Aquidauana e Miranda, no exercício do papel de escoadouros de gado, passaram a se destacar também na função de distribuição e consumo de produtos industrializados. Na década de 1950, segundo Le Bourlegat (2000), a microrregião constituída por Anastácio, Miranda, Nioaque, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Caracol e Bonito era polarizada por Aquidauana, ainda responsável pelo segundo entroncamento mais importante ao longo da ferrovia, dentro do estado. Essa foi a década marcada no Estado pela urbanização ao longo da ferrovia, em detrimento do êxodo oriundo das fazendas de gado em modernização, assim como em colônias agrícolas e áreas de mineração em decadência (LE BOURLEGAT, 2000).

Com a vitória dos aliados, que era, ao mesmo tempo, a derrota do nazi-fascismo, e a campanha que se desenvolvia no Brasil pela reconquista das liberdades democráticas, criara-se um clima impróprio para o regime ditatorial, que vinha se mantendo no País. Aos poucos as palavras *democracia* e *liberdade*¹² iam voltando ao vocabulário dos comícios políticos em prol da anistia e de regozijo pela vitória, que era também dos brasileiros. Nas comemorações pela derrota do nazi-fascismo “entre foguetes, gritos e canções patrióticas, desfilava também um cadáver: o da ditadura” (BASBAUM, 1968, p.131).

Assim, no plano da política nacional, já nos primeiros meses de 1945 começou a se formar o novo quadro partidário, “resultado de um processo de aglutinação natural, onde se confundiam identidade de interesses pessoais, sociais e econômicos” (BASBAUM, 1968, p.134). Surgiram nessa época o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN), e o Partido Republicano Progressista (PRP)¹³. Tais partidos existiram até a extinção do quadro partidário, após o Golpe de 1964, por meio do Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965.

¹² Grifos do autor

¹³ O PRP, de Ademar de Barros, após as eleições presidenciais daquele ano, se fundiu com o Partido Agrário Nacional e o Partido Popular Sindicalista para compor o Partido Social Progressista (PSP). É dessa época também a criação do novo Partido Republicano de Artur Bernardes e do Partido Libertador ligado às lideranças políticas das velhas tradições gaúchas.

O primeiro a surgir foi a UDN, em 7 de abril de 1945, de oposição frontal ao getulismo, já nesse ano lançando como candidato a presidente da República o brigadeiro Eduardo Gomes¹⁴. Desde a sua fundação, até perder a posição para o PTB, formava a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. Esse partido nasceu da confluência entre dois grupos paulistas, de um lado os intelectuais de esquerda que não haviam aderido a Prestes e se opunham a Vargas e, de outro, a adesão de elementos da nova burguesia industrial e financeira.

O ponto de acordo entre essas facções de esquerda e direita era acabar com Getúlio, com o Estado Novo e “não deixar pedra sobre pedra”. O grupo de esquerda, vendo-se muito mais fraco organizou ainda dentro da UDN a Esquerda Democrática, que mais tarde se transformaria no Partido Socialista. A burguesia financeira, apoiada por integrantes da pequena burguesia liberal acabou se tornando-se dominante dentro do partido (BASBAUM, 1968). Após o Golpe de 1964, grande parte de seus quadros aderiram ao novo regime, filiando-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi constituído um mês depois, em 15 de maio de 1945, por inspiração de Getúlio Vargas, com o propósito de comandar o processo da transição. Apregou o “Queremismo”, movimento popular cuja palavra de ordem era “Constituinte com Getúlio” na presidência da República. Em 1950, o partido chegou a eleger Getúlio Vargas à presidência da República¹⁵. Sua base eleitoral estava no operariado urbano, com forte ligação com os sindicatos.

Ideologicamente, as raízes do PTB apresentavam traços de social-democracia e refletiam o pensamento de Alberto Pasqualini, seu maior ideólogo. A política do PTB situava-se no contexto populista, que passou a dominar a política no período pós-45 e apregoava a reforma urbana, agrária e a educacional, tendo ênfase na educação, no crescimento econômico, no desenvolvimento industrial, e na nacionalização dos lucros do capital estrangeiro.

¹⁴ Ao longo do período democrático a UDN lançou novamente candidatos presidenciais: em 1950, Eduardo Gomes, e, em 1955, Juarez Távora, tendo perdido as eleições nessas três ocasiões. Só em 1960 obteve uma vitória quando apoiou a candidatura presidencial de Jânio Quadros, que não era filiado ao partido.

¹⁵ Em 1960, o partido elegeu João Goulart vice-presidente da República, que acaba se tornando presidente após a renúncia do udenista Jânio Quadros.

[...] seus dirigentes se encontravam entre os *parvenus* da política, os que haviam enriquecido com o Estado Novo e que compreendiam que, cendendo às migalhas às massas, poderiam continuar a devorar sossegadamente o grosso do bôlo. (BASBAUM, 1968, p.134)

O partido experimentou um forte crescimento entre 1945 e 1964, controlando a segunda maior bancada no Congresso Nacional a partir de 1962. O PTB pela sua política nacionalista e trabalhista era então, entre os grande partidos, o mais à esquerda, constantemente acusado pelos opositores de ter políticas comunistas. Após a sua extinção pelo AI-2, a imensa maioria dos petebistas que não havia fugido do país ou sido cassado e passou a integrar o recém criado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 17 de julho de 1945, com apoio de Getúlio Vargas, para lançar Eurico Gaspar Dutra à sua sucessão¹⁶. Representava a burguesia agrária vinculada aos anteriores Partidos Republicanos. Sua principal base de apoio continuava a ser a terra e o *coronelato*¹⁷. A única diferença é que a ela se haviam unidos os “vencedores de 30”, os revolucionários domesticados, transformados agora em “conservadores”.

O PSD representava, por isso mesmo as famosas “classes conservadoras” que ocupavam os postos-chave das administrações federais, estaduais e municipais (BASBAUM, 1968; p.136). O Partido elegeu dois presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra, em 1945, e Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955. “Durante sua existência, foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados” (FGV-CPDOC, 2012).

De 1945 a 1964 o grande confronto político nacional se dava entre o bloco getulista PSD-PTB e a UDN. A coligação dos dois partidos, originados do getulismo, manteve a UDN na oposição, com exceção do curto período de sete meses entre a posse de Jânio Quadro, em janeiro, e sua renúncia, em agosto de 1961.

¹⁶ Entre seus principais quadros encontravam-se antigos interventores do governo federal nos estados, como Benedito Valadares, em Minas Gerais; Agamenon Magalhães, de Pernambuco; Fernando de Souza Costa, de São Paulo, e almirante Ernani do Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro, que foi um dos seus principais dirigentes.

¹⁷ Grifo do autor

Surgiu também o Partido Comunista do Brasil (PCB), mas por um curto período: entre 10 de novembro 1946, data de obtenção do seu registro, e 7 de maio de 1947 quando houve sua cassação. Nessa curta existência obteve 10% dos votos na eleição presidencial de dezembro de 1945, com Yedo Fiúza, e elegeu 14 representantes na Câmara Federal e Luís Carlos Prestes para o Senado¹⁸ (PAULO NETTO *et al.*, 1982).

No contexto do território que mais tarde veio constituir Mato Grosso do Sul, também se inseriram reflexos dos partidos criados nacionalmente, afetados por fatores locais. Segundo depoimento dado por Arthur D'Ávilla, fundador e dirigente histórico do PTB no Sul de Mato Grosso, a UDN se formou apoiada pelos grandes fazendeiros do Sul, somados aos intelectuais e profissionais liberais. O PSD também se compunha, em boa parte, também por proprietários de terra, “um pouco mais idosos” e o PTB, baseado em figuras novas, “idealistas”, com apoio dos trabalhadores, sendo que o PTB teve na sua formação poucos fazendeiros (NEVES, 2001, p.70).

Conforme relato de Alberto Neder, um dos fundadores do PCB no sul do estado, em acordo à estratégia de Getúlio, o PTB serviu para atrair os trabalhadores da cidade e do campo e o PSD para abrigar o poder da direita, das oligarquias, dos latifundiários e dos coronéis. Já o PSD era composto, segundo esse entrevistado, quase que exclusivamente dos quadros burocráticos do regime de Getúlio Vargas. A pequena burguesia e os fazendeiros tendiam para a UDN. Do Partido Comunista constituía maior peso parte dos profissionais liberais, militares expulsos, artesãos, ferroviários, além do segmento de serventes e trabalhadores braçais com penetração em diversas áreas (NEVES, 2001, p.51).

A vida democrática no estado, também marcada, nesse período, pela grande disputa política que opunha a UDN ao bloco getulista PSD-PTB, liderados respectivamente pelas figuras maiores Fernando Corrêa da Costa a Filinto Müller. Mas havia uma peculiaridade: Mato Grosso era um *bastião de resistência udenista* em um terreno dominado nacionalmente pelo PSD. Foi possível evidenciar essa situação na eleição presidencial e na eleição para a Assembléia Nacional

¹⁸ Prestes foi também eleito deputado federal por três estados.

Constituinte em 1945. Dutra, seguindo a tendência nacional, também ganhou em Mato Grosso, mas a sua vitória foi extremamente apertada.

A diferença entre Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes foi de apenas 2,7% (1.144 votos), a menor entre todos os estados brasileiros, conforme se pode apreciar na **Figura 2** e na **Figura 3**. A votação de Eduardo Gomes poderia ter sido ainda maior, se não pesasse a origem mato-grossense de Dutra. Segundo depoimento do ex-governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950) “a eleição do Presidente Dutra [...], teve aqui apoio quase geral de todos os partidos [...] uma boa parte da UDN votou também” (NEVES, 2001, p.64).



Figura 2: Distribuição dos resultados da eleição presidencial de 1945

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	%
Eurico Dutra	PSD-PTB	20.570	47,7%
Eduardo Gomes	UDN	19.426	45,0%
Yedo Fiuzza	PCB	3.148	07,3%
Mario Perez	POT	06	00,0%

Figura 3 - Resultados das eleições presidenciais de 1945 em Mato Grosso

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

Também na eleição para a Assembleia Constituinte de 1946, Mato Grosso se aproximou, representativamente, da bancada nordestina. “O Mato Grosso foi o único Estado fora da Região Nordeste onde a UDN ganhou as eleições, elegendo 4 Constituintes de uma bancada de 7 parlamentares” (BRAGA, 1988, p.350)¹⁹.

Derrotado em 1945, Filinto Müller se elegeu senador, dois anos depois, em 1947. Segundo depoimento de Arthur D’Ávila, “a terceira vaga ao Senado, que se criou depois, foi para atender exatamente ao Filinto que era homem do Estado Novo e que ajudou a eleger Dutra” (NEVES, 2001; p.70). Na representação mato-grossense no Senado Federal, no período 46-66, a UDN, conseguiu manter dois senadores, contra apenas um pessedista (neste caso, sempre Filinto Müller).

No período de 1951 a 1954, com a eleição de Sílvio Curvo, chegou a ter três senadores contra apenas um do PSD. Essa superioridade só se alterou em 1962, com o petebista João Goulart na presidência e o crescimento das lutas pelas “reformas de base”, quando o PSD recebe o reforço do mandato petebista de Vicente Bezerra Neto.

A **Figura 4** ilustra essa superioridade udenista da representação de Mato Grosso no Senado:

ANO	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	
MANDATO DOS SENADORES	VESPASIANO MARTINS - UDN																					
	VILLAS BOAS - UDN									VILLAS BOAS - UDN												
	FILINTO MÜLLER - PSD									FILINTO MÜLLER - PSD									FILINTO MÜLLER - PSD			
										SILVIO CURVO - UDN									BEZERRA NETO - PTB			
															FER. C. COSTA - UDN	PAULINO LOPES DA COSTA - UDN			FER. C. COSTA - UDN			

Figura 4 - Representação dos períodos de mandatos dos senadores do Estado de Mato Grosso entre 1946 e 1966

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

¹⁹ Na ocasião foram eleitos os senadores João Villas Boas (UDN) e Vespasiano Martins (UDN) e os deputados Agrícola de Barros (UDN), Dolor de Andrade (UDN), Argemiro Fialho (PSD), Martiniano de Araújo (PSD) e Ponce de Arruda (PSD). Nessa ocasião, essa vitória teve um significado maior ainda pelo fato de ter sido derrotado, por 99 votos de diferença, o candidato Filinto Müller, grande articulador pessedista ligado ao Presidente Vargas. Segundo depoimento do engenheiro Euclides de Oliveira, liderança comunista, referindo-se ao PCB em 1945, “[...] aqui em Mato Grosso nós tivemos uma participação política no sentido de derrotar Filinto Müller”. (NEVES, 2001; p.118)

Na representação mato-grossense na Câmara Federal, a aliança pessedista²⁰ manteve discreta vantagem, mas seguida muito de perto pela UDN. Da bancada federal, de sete deputados, o PSD quase sempre teve a liderança com quatro representantes, contra três ou quatro deputados da UDN, ou seja, a UDN resistia bravamente à hegemonia PSD-PTB na Câmara Federal. A UDN só liderou na bancada mato-grossense na legislatura 1955-1958. A **Figura 5** retrata a dinâmica da representação nesse período.

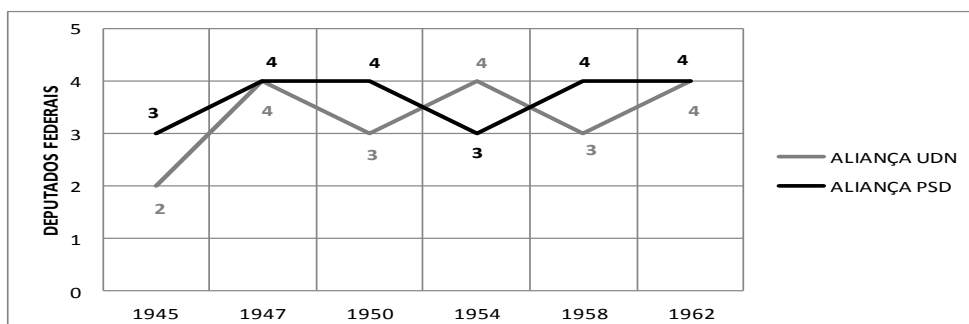


Figura 5 – Número de representantes dos partidos políticos de Mato Grosso na Câmara Federal, eleitos entre 1945 e 1962

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

A condição de bastião de resistência udenista, também, se revelava nas eleições estaduais. Entre 1945 e 1965, a disputa para governador se alternava entre PSD e UDN²¹. A **Figura 6** mostra essa alternância de poder entre os dois partidos que disputavam a hegemonia na política mato-grossense.

ANO	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	
GOVERNADOR			ARNALDO FIGUEIREDO - PSD			FERNANDO CORREA DA COSTA - UDN			JOÃO PONCE DE ARRUDA - PSD			FERNANDO CORREA DA COSTA - UDN			PEDROSSIAN							
CONCORRENTES			Dolor de Andrade - UDN			Filinto Müller - PSD			Rachid Derzi - UDN			Filindo Müller - PSD			Lúdio Coelho - UDN							
												WILSON FADBUL - PTB										

Figura 6 - Representação dos períodos de mandatos dos governadores do estado de Mato Grosso entre 1947 e 1966

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

²⁰ Estão sendo usadas essas denominações, “aliança pessedista” e “aliança udenista”, porque em algumas eleições mudavam formalmente as configurações ou as denominações dos partidos ou coligações, embora as duas correntes sempre podiam ser percebidas com clareza.

²¹ Arnaldo Figueiredo (PSD), Fernando Correa da Costa (UDN), João Ponce de Arruda (PSD) e repetindo Fernando Correa da Costa (UDN). Em 3 de outubro de 1965, no período militar, mas ainda com o mesmo quadro partidário, seria eleito Pedro Pedrossian, do PSD, para substituir o udenista Fernando Corrêa da Costa.

Já na Assembleia Legislativa do estado, a aliança pessedista sempre manteve maioria folgada. Essa diferença pró-PSD só diminuiu nas eleições de 1950, alavancada pela eleição de Fernando Correa da Costa para governador, e em 1954, quando a eleição foi também alavanca pela eleição do governador para o Senado Federal, confirmando a grande liderança desse político no processo eleitoral do estado. A **Figura 7** mostra essa correlação de forças.

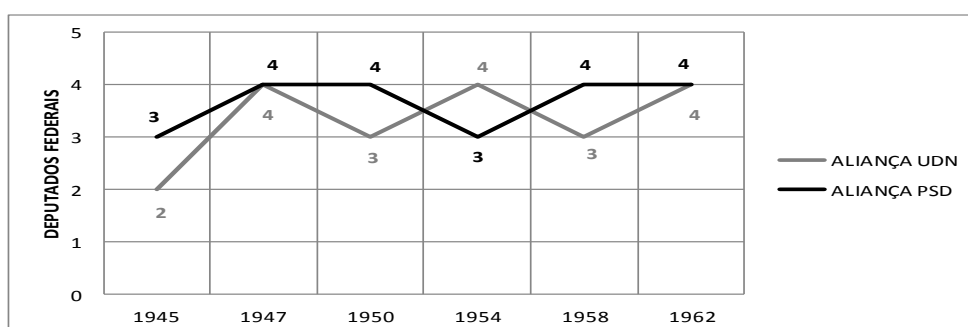


Figura 7 - Número de representantes dos partidos políticos de Mato Grosso na Assembleia Legislativa, eleitos entre 1945 e 1962

Fonte: Governo do estado de Mato Grosso, 1986

A política aquidauanense nesse período foi marcada pela disputa de hegemonia entre os coronéis da UDN e os do PSD, mas com claro predomínio da UDN no poder municipal (**Figura 8**), tendo como coadjuvantes lideranças ligadas ao PTB e ao PSP. A grande liderança política da UDN era o coronel José Alves Ribeiro (coronel Zelito)²², sucedido na sua liderança pelo filho Fernando Luís Alves Ribeiro (Tico), que exerceu o cargo de prefeito por duas vezes, tendo, no período entre 1959 e 1962, exercido o cargo de deputado federal. No PSD, destacavam-se duas lideranças políticas, o coronel Antônio Trindade e o coronel Ovídio Costa. Tais coronéis não exerciam diretamente cargos políticos formais, como o de prefeito, mas aqueles eleitos deviam suas eleições e fidelidade a esses chefes políticos, que comandavam os partidos e facções locais.

²² Nessa época o termo “coronel” já não tinha o sentido de antigos chefes militares da extinta Guarda Nacional, mas a população o usava para referir-se a qualquer opulento fazendeiro ou comerciante mais abastado que exercesse a liderança inegável de chefe político local.

ANO	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67
PREFEITO			Delfino Alves Correa ²³ UDN			Moisés de Albuquerque UDN				Fernando Luís Alves Ribeiro ²⁴ - UDN				Antônio Salústio Areias ²⁵ - PST				Fernando Luís Alves Ribeiro ²⁶ - UDN				Rudel Trindade - PSD
CONCOR- RENTES			Antônio Castelo Chaves "Tutico" - PSD											Elídio Teles de Oliveira - UDN								

Figura 8 - Mandatos dos prefeitos de Aquidauana entre 1948 e 1967 e seus concorrentes

Fonte: Robba, 1992 (com ajustes de datas segundo o TSE)

Mas um dos questionamentos feitos nesta pesquisa foi se os chefes políticos tratados como “coronéis” pela população de Aquidauana exerciam efetivamente o papel da clássica figura política descrita por Vitor Nunes Leal. Procurou-se desvendar a possível permanência e validade do “sistema coronelista” como categoria da política, no período de 1945 a 1965, recorte histórico deste trabalho, identificando-se a singularidade da sua manifestação.

Em nível teórico, as proposições para explicar a permanência do coronelismo nesse período têm sido múltiplas, desde as interpretações mais restritas – segundo as quais esse conceito esgotou-se com a Revolução de 1930 – até aquelas interpretações de que ainda se convive com o fenômeno de um coronelismo renovado, especialmente nos espaços ainda isolados do país.

A polêmica a respeito da sobrevivência e das novas características do coronelismo apareceu no próprio prefácio da segunda edição do livro de Leal, editada em 1975. O autor hesitou em autorizar a reedição do seu livro de 1949, pois achava que teria que reescrevê-lo adaptando à nova realidade brasileira, o que significava escrever outro livro, o que não tinha condições de fazê-lo naquele momento. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, prefaciador dessa segunda edição, o autor só a autorizou com a condição de que o mesmo se encarregasse de prefaciá-lo, chamando a atenção para o novo contexto da sociedade brasileira, em que ainda se fazia presente o coronelismo, mas com uma face diferenciada daquela de 1949 (LEAL, 1997, p.19). O prestígio e a influência do ‘coronel’ foi minguando diante de outras forças que foram se aglutinando em torno de novas lideranças provenientes

²³ Nesse período assumiram interinamente a prefeitura: Carlos Alberto Anastácio – UDN , Armando Figueiró Trindade - UDN e Ambrósio Ferreira Santana – PTB. A apuração indicou vencedor o candidato do PSD, mas depois de impugnação de urnas, foi diplomado Dr. Delfino

²⁴ Nesse período assumiu interinamente a prefeitura Lauri Silveira de Barcelos - UDN

²⁵ Nesse período assumiu interinamente a prefeitura João Fialho - PSD

²⁶ Nesse período assumiu interinamente a prefeitura José de Castro - UDN

das profissões liberais, da indústria e do comércio. Para Leal (1997), tal situação não significava o fim do “coronelismo”, que continuava apoiando-se nos mesmos fatores que o criaram e produziram, quais sejam: a má distribuição de renda e as privações de direitos ainda vivenciados pelos brasileiros.

[...] uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. [...] O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do ‘coronel’, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos. (LEAL, 1997, p.18)

Para Leal (1997), o coronelismo permanecia, ainda que a economia brasileira não fosse mais considerada essencialmente rural, que a população e eleitorado urbano tivessem aumentado e que a expansão dos meios de comunicação e transportes contribuísse para ampliar os contatos da população rural com a vida na cidade, portanto, mesmo sendo corroída sua estrutura econômica e social.

Explicava essa permanência pelo fato de o Brasil carregar no campo uma herança de relações atrasadas que a República não conseguira superar. Assinalava que o ajustamento ocorrido em 1930 havia sido “incompleto e superficial”, pois não trouxera a mudança da estrutura agrária, base sobre a qual se assentava o sistema coronelista (LEAL, 1997, p.284).

Para ele, a decadência do coronelismo só seria completa no momento em que houvesse uma alteração fundamental na estrutura agrária brasileira. A ininterrupta desagregação dessa estrutura passou a ser um processo lento e descompassado, por vezes contraditório, pois assim como a estrutura agrária contribui para a subsistência do “coronelismo”, também o “coronelismo” concorre para a conservação dessa mesma estrutura (LEAL, 1997).

Rangel (1981) também corroborou com essa ideia, ao afirmar que no Brasil, diferente da Europa, a industrialização ocorreu sem necessidade de uma Revolução Agrícola. A especificidade brasileira teria sido o fato de a industrialização ter ocorrido sem o esgotamento de áreas de cultivo. No lugar da ampliação da produtividade, como ocorreu na realidade europeia, no Brasil deu-se apenas a ampliação da produção em novas áreas agricultáveis. Foi um tipo de expansão, que abriu fronteiras tanto em terras novas como dentro de regiões de povoamento mais

antigo, articuladas ao centro dinâmico industrial. Desse modo, o novo modelo industrial por substituição de importações acabou ocorrendo sem necessitar de uma anterior Revolução Agrícola, ou mesmo reforma agrária, para se desenvolver em sua forma clássica.

Alguns autores chegaram a afirmar sobre a persistência do coronelismo até os tempos atuais. Entre eles, pode-se destacar Souza (1995), para quem o golpe de 1964 não abalou o sistema “coronelistas” na sua essência, apesar do acentuado processo de centralização e fortalecimento do poder central. Com isso, aumentaram as relações de caráter paternalista, bem como a mercantilização do voto patrocinada pela máquina administrativa local.

Outras análises já apresentadas neste trabalho se antepuseram à ideia da continuidade do coronelismo até o período 1945-1965, para quem o sistema coronelista se esgotou em 1930. Toda a amplitude da discussão existente leva à constatação da complexidade do tema, das suas diferentes abordagens e da diversidade de conclusões, especialmente quanto ao momento em que o “coronel” sai da cena política brasileira.

Nesse sentido, considerou-se mais pertinente seguir as orientações de Leal (1997) oferecidas já no começo da sua obra, de que “dadas as peculiaridades locais do ‘coronelismo’ e as suas variações no tempo [...] estudo só poderia ser feito de maneira plenamente satisfatória, se baseado em minuciosas análises regionais [...]” (LEAL, 1997, p.39).

Um dos aspectos a salientar, nesse sentido, é o fato de Aquidauana, mesmo tendo se constituído em polo de nucleação de fluxos oriundos do Pantanal na conexão com o centro industrial do Sudeste, não deixou de ocupar entre 1945 e 1965 uma situação de relativo isolamento na Zona de Fronteira do Centro-Oeste brasileiro. Também continuou mantendo após 1945 a atividade pecuária extensiva, calcada na tradicional estrutura de grandes latifúndios. Ao se tornar espaço periférico da economia brasileira, nem mesmo as relações de troca estabelecidas como fornecedoras de matérias primas e consumidoras de bens manufaturados tiveram força suficiente para modificar radicalmente as relações econômicas e sociais existentes no município (NEVES, 2007).

O duplo aspecto apontado por Neves (2007), que marcou o surgimento e as primeiras décadas de desenvolvimento de Aquidauana, ou seja, relações socioeconômicas pré-capitalistas internas dinamizadas pelo polo de relações capitalistas, foi de lenta de superação. O período entre 1945 e 1965, ao que se pôde verificar, sobretudo, com apoio dos relatos das pessoas que vivenciaram Aquidauana nesse momento, significou a permanência do sistema coronelista em processo de ajuste aos novos tempos, do interregno democrático e de modernização econômica.

Como a economia do município continuasse baseada na pecuária, as atividades na zona urbana lhes eram também reflexas e dependentes. Os comerciantes, mesmo tendo grande poder econômico e até exercendo certas funções de natureza bancária no período observado, associavam-se por complementaridade aos interesses do grande fazendeiro. As casas comerciais, que representaram na região de Corumbá uma forte expansão capitalista, não tinham esse mesmo significado no contexto aquidauanense. Essas condições foram ilustradas pelos entrevistados. Observe-se que a alusão às conexões dos fazendeiros latifundiários com o porto de Corumbá e com as casas comerciais relatadas a seguir ainda dizia respeito ao período que antecedeu e ao momento da chegada da ferrovia.

As mercadorias antigamente vinham de Corumbá em chatas. Depois de 1914, quando chegou a primeira locomotiva, passou a vir de São Paulo. (ENTREVISTADA G)

A Casa Cândia foi fundada em 1905, em Nioaque, e depois foi transferida para Aquidauana em 1908. Funcionava também “como banco”. Os fazendeiros deixavam o dinheiro da venda das boiadas no cofre da loja e iam sacando ou acertando contas. Tinha uma gaveta do “fica” [...] “ficam em poder de fulano tantos bois, tantos bezerros, etc.” Era uma espécie de função cartorária. “Tinha uma gaveta cheia de fica”. (ENTREVISTADO G)

As grandes casas comerciais, como Casa Bom Gosto, Casa Cândia (esta em Anastácio), eram verdadeiros bancos: vendiam a crédito para receber, quase sempre na ocasião da venda dos bois. Não se discutia muito o preço das mercadorias; com a venda do gado os débitos eram pagos e, não raras vezes, o saldo da venda ficava a crédito junto ao comerciante. Com a chegada das agências bancárias, essa prática (deixar o saldo positivo em depósito) foi deixada de lado. Em todo o sudoeste, os grandes comerciantes acabaram por se transformar em grandes fazendeiros, também. (ENTREVISTADO C)

Quando os fazendeiros vendiam gado, deixavam o dinheiro depositado nas casas comerciais para ir usando quando necessitassem. (ENTREVISTADO J)

Alguns fazendeiros, quando precisavam, buscavam empréstimos nas casas comerciais. (ENTREVISTADO I)

O Armando Trindade, apesar de ter sido vereador da UDN, ensinava que: “no comércio não podia mostrar as cores”. (ENTREVISTADO G)

Os grandes comerciantes nunca disputaram politicamente com os coronéis, alguns se candidataram a vereador. (ENTREVISTADO B)

Os comerciantes não se expressavam politicamente para preservarem os negócios. Os comerciantes e a Associação Comercial nunca elegeram prefeitos. (ENTREVISTADA J)

No período em questão, ou seja, entre 1945 e 1965, ainda perdurava no município o controle de grandes extensões de terra pelos fazendeiros, homens poderosos, com grande ascendência pessoal sobre o contingente de trabalhadores que lhes era diretamente dependente. Dadas as condições de isolamento impostas pelas distâncias e pelo meio natural adverso do Pantanal, muitas das fazendas buscavam construir condições de autonomia e autossuficiência produtiva.

Os três “coronéis” – José Alves Ribeiro, Antônio Trindade e Ovídio Costa – eram fazendeiros, pecuaristas, donos de extensas glebas de terras, principalmente o primeiro, o mais rico de todos. (ENTREVISTADO C)

A fazenda Taboco tinha mais de 500.000ha, dos quais 322.000ha legalizados. (ENTREVISTADO H)

A fazenda Buriti, do Coronel Trindade, tinha cerca de 16.000ha (ENTREVISTADO I)

A Fazenda Taboco tinha a maior quantidade de moradores. Considerando os trabalhadores e suas famílias, cerca de 200 pessoas moravam no local. A diversidade de funções representava o esforço da fazenda em ter sua autonomia produtiva: guarda-livros, talabarteiros, carpinteiros, oleiros (olaria), operadores de máquinas aguadeiros (traziam água do rio para a casa dos peões), peões (os casados tinham própria casa, os solteiros moravam no galpão). Nos retiros tinha normalmente um encarregado e dois peões. Era a maior da região de Aquidauana. (ENTREVISTADO J)

A fazenda buscava autonomia em algumas áreas: plantava fumo, algodão. Teares funcionavam para produzir redes. “Entretanto, nunca foi conseguida essa autossuficiência”. (Entrevistado H)

As relações de trabalho no interior dessas fazendas já apresentavam características de assalariamento (aspecto formal), muitas vezes numa forma ainda atrasada. Isso ocorria especialmente nas regiões em que o meio natural impunha o isolamento desses trabalhadores em relação ao mercado urbano. Assim, o assalariamento convivia com a compra, praticamente compulsória, no armazém da fazenda, ou seja, “fora do mercado”, do qual se tornava eterno devedor e que muitas vezes fazia com que o seu salário fosse consumido no “encontro de contas” no final

de cada mês, embora, no final do período em exame, esse tipo de prática tenha assumido formas mitigadas e diversificadas.

Dentro das fazendas “a coisa era dura”, só ficou diferente por causa do Getúlio²⁷. (ENTREVISTADO A)

Todos os trabalhadores da Fazenda Taboco eram “empregados diretos”, mensalistas. (ENTREVISTADO J)

Havia grande dificuldade de irem à cidade para as compras, então compravam no armazém da fazenda, onde tinha produtos não perecíveis: arroz, feijão, fumo de corda, etc. que vinham da cidade. As compras na cidade eram trazidas em comboios de carretas e vinham das casas comerciais. Devido isolamento das enchentes, as compras eram feitas normalmente uma vez por ano, às vezes duas. O guarda livros anotava os salários e as compras para fazer o encontro de contas. (ENTREVISTADO J)

Compravam as mercadorias e levavam de carreta para o armazém. Os peões iam tirando e assinando caderneta. (ENTREVISTADO F)

Antigamente, todo mundo ficava devendo. Daí foi resolvido: “quem deve, deve, quem deveu, deveu”. “O pessoal era muito mal pago, ficava sempre devendo a fazenda” Ficava devendo 2, 3 meses, uma conta impagável, esse povo não sabia comprar. Na década de 40, foi fechado o armazém. A partir daí, os trabalhadores diretos da fazenda passaram a serem “assalariados”, recebiam por mês. [...]. Dava uma “ordem no valor de tanto” para os empregados comprarem na cidade. Compravam muito no Bichara, principalmente tecidos. Este vendia a crédito e recebia em bois. Iam todos de caminhão. (ENTREVISTADO H)

As mercadorias compradas nas lojas iam inicialmente para os armazéns das fazendas. Vinham listas das compras dos empregados, mas quem acertava a conta era o fazendeiro. Com o tempo começaram a mandar os empregados para comprar na cidade, neste caso os fazendeiros não se responsabilizavam pelo pagamento. (ENTREVISTADO G)

Devido à proximidade da cidade, os empregados do coronel Trindade compravam na cidade. Às vezes assinavam “vale” que depois pagavam. (ENTREVISTADO I)

Eram poucos os trabalhadores não assalariados, como os colonos, parceiros, entre outros, nesse período, o que justifica a controvérsia entre os entrevistados.

Não havia a figura do colono, nem do parceiro. Todos eram empregados diretos, ou agregados, a serviço direto do proprietário-pecuarista [...] os empregados compravam a crédito nos armazéns das fazendas, deixando ali tudo o que ganhavam. (ENTREVISTADO C)

Tinha também os parceiros, que pagavam arrendamento com produtos, e que ficavam em regiões estratégicas da fazenda como estradas e divisas. (ENTREVISTADO J)

A fazenda tinha muitos agregados, mas estes nunca pagavam arrendamento em dinheiro, faziam benfeitorias como açudes, curral, cercas, etc. (ENTREVISTADO H)

²⁷ Referindo-se aos direitos trabalhistas.

Na dimensão política, continuava em Aquidauana, depois de 1945, a articulação entre lideranças mandonistas locais e governos estadual e federal. Embora não houvesse mais um centro único de articulação do sistema de poder, com no início do coronelismo republicano, as relações de compromisso entre esses mantinham a mesma natureza. Havia coronéis ligados ao governo do estado e outros ligados ao governo federal, participando do jogo político por meio dos três principais partidos: o PSD, a UDN e do terceiro, o PTB, quase sempre coligado com o PSD. O PSP jogava um papel de coadjuvante tático, além do PCB, animado pelos ferroviários, conforme se pode ilustrar pela fala dos entrevistados.

Eram três os partidos políticos [...]. A UDN, o PSD e o PTB. O primeiro representava a extrema direita, tendo entre a maioria de seus líderes, os grandes pecuaristas, unidos em torno do coronel Joselito; o segundo, tendo à frente os coronéis Ovídio Costa e Antonio Trindade, diziam-se um partido de Centro; na verdade não passava de uma direita moderada; o terceiro agregava os ferroviários, os pescadores, grande parte da juventude estudantil e os admiradores de Getúlio Vargas, principalmente aqueles que ansiavam por avanços sociais. Eram considerados como a esquerda e se orgulhavam dessa classificação. (ENTREVISTADO C)

Outra legenda era a do partido chefiado por Ademar de Barros, o PSP, fundada no estado por Manoel Bonifácio Nunes da Cunha²⁸. Este partido sempre era usado “quebrar o jogo PSD x UDN” e para agasalhar algumas candidaturas alternativas e assim servir de apoio às coligações. (ENTREVISTADO C)

No início dos anos 60 a única liderança urbana com prestígio era a do Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, abrigada sob a legenda do PSP; ele era um negociador político hábil, sempre acompanhado pelos jovens recém-formados. (ENTREVISTADO C)

Os eleitores mais independentes eram os ferroviários, que não dependiam do chefe local. Mesmo assim, os chefes de turma denunciavam à ferrovia, sempre atrelada à política partidária. Entre esses insatisfeitos estava o maior número de membros inscritos ou simpatizantes do PCB. (ENTREVISTADO J)

Os ferroviários eram mais do lado do PSD e do PTB. Havia também muitos comunistas que atuavam na Associação dos Ferroviários. Esta dirigia os votos. (ENTREVISTADO F)

Além dessas relações partidárias formais, também havia relações entre facções estaduais e nacionais com os respectivos aliados locais, em alguns casos levando até às trocas políticas contraditórias com os alinhamentos partidários.

²⁸ “O Bonifácio “não era coronel”, era doutor; tinha grande projeção profissional.” (ENTREVISTADO H). “Foi prefeito de Aquidauana e secretário de estado nos governos Fernando Correa da Costa e Ponce de Arruda, quando articulou a abertura de concurso público para preenchimento dos cargos no funcionalismo do estado.” (ENTREVISTADO M).

O coronel Zelito era fortalecido pelas relações diretas com o governador Pedro Celestino, de quem era genro, e com Fernando Corrêa da Costa, de quem era cunhado. (ENTREVISTADO M)

O “coronel” Ovídio era ligado a Filinto, cujo “operador político” era Filadelfio Garcia. Vinha daí o seu prestígio. (ENTREVISTADO K)

Filinto usava o Filadelfio como articulador em Aquidauana por causa da Noroeste, onde este “fazia política”. (ENTREVISTADO M)

O poder do Ovídio Costa vinha do Filinto, que trazia dinheiro para a eleição. (ENTREVISTADO H)

Em Cuiabá havia uma rixa entre Ponce e “os Müller”, por isso João Ponce cacifava o Sebastião Cunha²⁹ em Aquidauana. (ENTREVISTADO I)

Existia também a ligação de alguns desses coronéis locais no sistema de parentela que se estendia até a capital do estado, onde se assentavam as raízes familiares dos desbravadores do Pantanal.

O “coronel” Zelito era casado com Maria Constança Corrêa Ribeiro (Dona Nenê), que era filha do governador Pedro Celestino Correa da Costa. Nessa condição foi também cunhado do governador Fernando Correa do Costa. Tinha ainda parentesco, pelo lado materno, com o coronel (Chá) Estevão Alves Correa de quem era neto. (ENTREVISTADO J)

Ovídio Costa era uma figura “respeitada”, de muita “dignidade”, “gente de Cuiabá”. Uma de suas filhas casou-se com Maneco Paes de Barros, presidente do PTB. Maneco era filho de Antero Paes de Barros, secretário da Fazenda, importante político de Cuiabá. (ENTREVISTADO M)

Os governos estadual e federal articulavam diretamente com as lideranças “coronelistas” a troca do apoio eleitoral em função do prestígio local, concedendo-lhes poder de indicar ocupantes nos cargos públicos (inclusive delegados, juízes, promotores, professores, fiscais tributários), bem como direitos de indicação de obras e serviços que chegavam aos municípios pelas mãos desses parceiros políticos.

O dono do latifúndio era quem tinha a representação política. (ENTREVISTADO M)

Somente no caso particular do Dr. Fernando Luiz Alves Ribeiro, o “Tico”, que por dois períodos ocupou a Prefeitura Municipal, o prefeito era o líder e não apenas um representante da liderança principal. (ENTREVISTADO C)

²⁹ “Sebastião ‘Cunha’ era militar no Rio de Janeiro, ligado a personalidades que se tornaram líderes do regime militar (Golbery e outros). Reformado nos fim dos anos 1950, foi morar em Aquidauana ‘despertado pela perspectiva de fazer política’. Eleito deputado pelo PSD, transformou-se em articulador político de João Ponce, posteriormente, como deputado estadual, foi líder do governo Pedrossian, até ser cassado pelo AI-5.” (ENTREVISTADO I).

Os deputados iam aos municípios para prestar homenagem aos coronéis, aos dirigentes dos partidos. Os partidos não eram atrelados aos parlamentares, tinha vida orgânica, eram influentes, funcionavam [...] quando chegavam à cidade pessoas formadas, era uma guerra entre eles para levar para o partido essas pessoas, faziam o trabalho de cooptação. (ENTREVISTADO M)

Os cargos mais cobiçados nas trocas de governo eram o de juiz, promotor, chefe da agência fazendária local, professores, diretores de escolas e delegados. (ENTREVISTADO I)

Um dos melhores empregos públicos era o de Promotor de Justiça. Não interessava a estabilidade do Promotor, vencia a UDN, demitiam-se todos e nomeavam-se novos, muitas vezes, sem curso superior ou qualquer conhecimento. (ENTREVISTADO C)

Perseguição política sempre teve. “Mudava o governo, sempre já tinha alguém esperando o cargo”. (ENTREVISTADO G)

Um duro golpe no sistema do “coronelismo” foi representado pela regulamentação do acesso aos cargos públicos, mediante concurso. Essa iniciativa, adotada inicialmente na área da Educação, como consequência da regulamentação de dispositivo constitucional por meio do Decreto Estadual n.º 516, de 9 de agosto de 1958, durante o Governo Ponce de Arruda. Com base nessa norma, extinguiu-se o poder de livre nomeação de professores. Na sequência, essa restrição foi ampliando-se para as outras áreas de governo, passando a ser impedida a prática “coronelista” de nomeação de afilhados políticos.

No final do governo Ponce, em 1960, foi convocado concurso público para todas as carreiras do estado: professores, fiscais, promotor etc; todo o pessoal foi efetivado. Esses concursos tiveram por finalidade, pela primeira vez, estabilizar o quadro de servidores do Estado, que era trocado a cada mudança de governo. O governo Fernando Correa da Costa tentou anular o concurso. Mas foi derrotado no Supremo. (ENTREVISTADO M)

O ingresso no Ministério Público era feito em caráter de interinidade. Os promotores interinos pressionaram o governador Ponce a criar o concurso. A nomeação e efetivação dos concursados concluiu-se no último dia do Governo Ponce, em janeiro de 1960. Fernando Correia assumiu o governo e numa única canetada declarou nulo o concurso, demitindo todos os concursados. Impetrado um mandado de segurança, o Tribunal deu ganho de causa ao governo. Diante de um recurso, dois anos passados, o Supremo julgou procedente o pleito, reintegrando todos os promotores demitidos. (ENTREVISTADO C)

O poder econômico dos “coronéis” lhes permitia o exercício do poder pessoal de mobilização de eleitores rurais com o chamado do “voto de cabresto”, bem como a articulação de uma rede de “chefes políticos”³⁰ nos distritos e comunidades indígenas, que eram cadeias do sistema de captação de votos. Na

³⁰ As relações dos “coronéis” com esses “chefes políticos” não tinha natureza financeira, consideradas espúrias na época. Eram continuadas e não meramente eleitorais, como as que prevalecem com relação aos cabos eleitorais que conhecemos na atualidade.

realidade aquidauanense, era pouco comum a figura do “cabo eleitoral” de que nos fala Queiroz (1976). Era a ação direta do coronel (criando sistema de compadrio e dependências) ou dos chefes políticos, em relações continuadas com os eleitores, que definia a destinação dos votos.

Era voz corrente de que o coronel Zelito tinha sempre uma “invernada eleitoral” para gastar na eleição. (ENTREVISTADO B)

Acredito que metade da população do município era moradora das fazendas, onde, nas mais populosas, havia, até 1962, urnas eleitorais e onde 100% dos votos eram comandados pelo fazendeiro, quase sempre filiado à UDN. (ENTREVISTADO C)

Dentro das fazendas, não precisava troca de “presentes” por votos. O voto era tido como uma “obrigação moral”. No dia da eleição, os fazendeiros transportavam todos os eleitores para um churrasco em um lugar fechado e de lá todos já saíam com os envelopes dos votos. (ENTREVISTADO J)

Nos distritos existiam os “chefes políticos” Exemplo: Piraputanga era ligado à UDN. Funcionavam urnas nos distritos, o que permitia maior controle do voto. Os votos nos distritos eram mais “por favor” do que por submissão. Próximo das eleições, o “chefes” traziam aos coronéis as “listas de subscrições”, eram eles que intermediavam as “botinas”. Os “chefes políticos” não se comparam com os atuais cabos eleitorais, pois tinham relações permanentes com os coronéis. Os favores, na maioria das vezes, não eram monetários e não eram concedidos só nos períodos eleitorais. (ENTREVISTADO J)

Os fazendeiros faziam o transporte de avião. “Quem ia pegar quatro, cinco eleitores a 300 km, dentro do Pantanal?”. No dia da eleição, cedinho, saíam sete, oito aviões rumando para o Pantanal. (ENTREVISTADO B)

Na zona urbana, o “coronel” usava o seu prestígio para articular grupos de apoios conquistados com o sistema de relações pessoais, de compadrio, de benemerência, de favores e apoio econômico, de assistência social, relações essas que normalmente mantinha mesmo fora dos períodos eleitorais. Esse eficiente sistema de criar lealdades se articulava também com a capacidade de se relacionar com as redes de parentelas, típicas das cidades do interior, comandas pelos chefes das grandes famílias. Mantinha também, como cabos eleitorais lideranças que representassem poder de aglutinar grande número de eleitores. Se tudo isso não funcionasse, sempre existia como instrumento a pressão política direta.

Também a pequena burguesia dos profissionais urbanos e dos servidores públicos era articulada pelos “coronéis”, grande parte dela num sistema de paternalismo por distribuição de favores e de oportunidades de emprego. Essa classe também sofria a tradicional pressão de demissão por parte dos adversários

políticos. Outra parte era nucleada por relações de compadrio, de parentesco e de relações financeiras pessoais.

Os chefes políticos protegiam seus seguidores, quer tornando-os servidores do estado ou do município. O adversário vencido era sumariamente demitido de funções públicas, sem nenhuma explicação e também sem que esperasse tratamento diferente. (ENTREVISTADO C)

Os cargos mais cobiçados para as trocas políticas com o governo eram os de juiz, promotor, chefe da agência fazendária local, professores, diretores, delegados. (ENTREVISTADO I)

Havia uma relação de proteção dos chefes políticos em relação aos seus seguidores... dois lados da mesma moeda. Ao mesmo tempo em que pessoa se obrigava a seguir a orientação, ela também presumia que ia ter proteção desse chefe político. (ENTREVISTADO J)

A força de Zelito vinha da sua força econômica e dos favores que realizava. Quando morreu acharam pacotes de promissórias que não tinham sido cobradas. (ENTREVISTADO I)

O “coronel” Zelito emprestava muito. As pessoas assinavam uma promissória (“ficavam todas numa gaveta”). Um dia ele, perguntado por que ele fazia aquilo, se sabia que nunca ia receber, respondeu que o sujeito “fica sempre com o rabo preso, na minha mão, ele sempre vai lembrar que me deve e que eu posso cobrar”. Essa técnica funcionava. (ENTREVISTADO H)

Os coronéis tinham ligação com a população: sempre juntava gente nas casas dos coronéis, pedindo favores, isso vinculava o voto. (ENTREVISTADO B)

Várias eram as formas de pressão para o voto: despedidas de emprego, cobrança de débitos existentes guardados para as ocasiões eleitorais, demissão de parentes dos funcionários. Até a proclamação dos resultados eleitorais, havia um grande suspense entre os servidores públicos. Vencida a eleição, demitiam-se funcionários sabidamente adversários, abrindo vaga para correligionários. (ENTREVISTADO C)

Havia pagamentos em dinheiro, sempre a algum cabo eleitoral que concentrassem alguns votos; o pagamento também era representado por cargos públicos, avais de empréstimos bancários; sobretudo oferecia-se prestígio social aos melhor aquinhoados (detentores de maior número de votos). Muitas vezes o empréstimo de dinheiro, entre uma eleição e outra, tinha como garantia o título de eleitor, que ficava sob a guarda do chefe político, que só o entregava à época da eleição, quando era garantida a fidelidade. (ENTREVISTADO C)

Geralmente os cabos eleitorais ganhavam pelo número de votos estimados sob seu controle, mas havia, também, a ação direta do coronel na visita a esses redutos eleitorais. (ENTREVISTADO C)

Currais eleitorais fora das fazendas, como as aldeias indígenas de Taunay, com um número de eleitores índios em torno de mil, eram pagos em dinheiro e outros meios como distribuição de cargos nas escolas e na Polícia Civil. (ENTREVISTADO C)

A força de Zelito vinha da sua força econômica e dos favores realizados. Quando ele morreu, acharam pacotes de promissórias que nunca tinham sido cobradas [...] A força do coronel Trindade também vinha mais de favores e amizades. Fazia “assistência social” que o Estado não oferecia. [...] O Hospital de Aquidauana foi construído com recursos de Zelito (2/3) e do coronel Trindade (1/3). (ENTREVISTADO I)

As contradições entre os coronéis eram de natureza não antagônicas. Como não havia contestação do sistema econômico-social, pois todas as correntes representavam o mesmo tipo de interesse, as disputas se davam fundamentalmente entre os coronéis de partidos rivais, na luta pelo poder pessoal. Por trás da aparência de beligerância, prevalecia entre eles uma relação de respeito pessoal que, inclusive, permitia, nos momentos de crise, a confluência em torno de interesses estratégicos, inclusive com inesperados pactos entre parte “coronéis” do PSD e da UDN, quando ameaçados em seus interesses.

Os conflitos eram entre os grandes caciques políticos. A relação econômica não era tão conflituosa na população. (ENTREVISTADO J)

Na morte do coronel Ovídio, o coronel Zelito falou que “ele o admirava e se respeitavam, se cumprimentavam e nunca houve inimizade de revolver na cintura”. (ENTREVISTADO H)

Havia sempre o respeito que um coronel tinha pelo outro. Eles sempre se respeitavam, combatiam com a política. Em uma derrota do PSD, os seguidores da UDN tinham planejado uma marcha com foguetório, com “aquela música da cabeça inchada”. O coronel Zelito chamou o pessoal e disse que ia “brigar feio” se eles passassem em frente da casa do coronel Ovídio Costa. (ENTREVISTADO H)

Um fato político muito citado pelos entrevistados como sinal do processo de composição dos interesses políticos entre os coronéis foi o da separação do município de Anastácio. Embora existissem movimentos reivindicatórios de fortalecimento da representação política da “margem esquerda”³¹, que acabaram em posturas separatistas. A motivação mais forte foi de natureza político-eleitoral para acomodar os interesses dos coronéis da UDN e os do PSD, cada qual com sua base eleitoral mais forte em um dos lados do rio Aquidauana.

A margem esquerda não tinha nada: hospital, cemitério. O comércio era fraco e muitas pessoas tinham mudado para a margem direita quando o Exército se instalou no local para preparar-se para a Segunda Guerra. A

³¹ “Margem esquerda” é como se referiam à região da cidade que ficava à margem esquerda do Rio Aquidauana, hoje pertencente ao município de Anastácio. Lideranças udenistas da margem esquerda ficaram contra a separação do município, como foi o caso do importante empresário comercial Armando Trindade.

divisão pode ter sido, sim, em razão da política, isso combinava com o espírito da época. (ENTREVISTADA G)

O PSD tinha influência nas aldeias de Taunay (margem esquerda) através do Audelino (filho do coronel Ovídio), que recebera por herança do sogro, coronel Chá (Estevão Alves Correa), terras na região e mantinha contato estreito com a comunidade indígena. (ENTREVISTADO M)

A vantagem eleitoral do PSD na margem esquerda vinha da Vila Umbelina (aldeia urbana), devido a uma liderança influente que morava lá e era cozinheiro do coronel Ovídio. (ENTREVISTADA G)

As colônias pernambucanas eram influenciadas pela liderança udenista do tenente Valério, muito ligado ao Armando Trindade. Tinha muito prestígio. (ENTREVISTADA G)

O Armando Trindade era contra, chegou a escrever uma carta ao governador Fernando Correa da Costa protestando. (ENTREVISTADA G)

O Belinho comandou o movimento pela emancipação. Tico não fazia nada por Anastácio, pois lá “sempre levava ferro”. A causa da divisão, tenho certeza, foi o motivo político. Lá o PSD comandava: era muito forte na Vila Umbelina (índios). “Tinha índio pra danar, era pesado”. (ENTREVISTADO A)

Quanto à motivação político-eleitoral para a separação de Anastácio, “eu ouvia essa histórias das fontes”. [...] havia dificuldades para a vitória eleitoral da UDN na “margem esquerda”. Na segunda eleição do Tico, o distrito de Taunay, que ficava na margem esquerda, votou na UDN: ficou para Aquidauana. O distrito de Palmeiras, na margem direita, votava no PSD: ficou para Anastácio. (ENTREVISTADO J)

No começo da década de 1960, com a chegada a Aquidauana de jovens profissionais, parte deles originários das famílias tradicionais, ideologizaram-se um pouco mais as disputas, quando se deu início ao rearranjo de alianças políticas, que se configurou como disputa contra o “coronelismo”. Nesse rearranjo, foram articulados os grupos sociais mais independentes, como era o caso dos ferroviários, dos pescadores, dos pequenos proprietários, bem como dos profissionais liberais – advogados, dentistas, médicos, entre outros. Essa acumulação de forças levou à candidatura do promotor Eloy Toledo em 1962. Esse processo de modernização política foi frustrado pelo Golpe de 1964, sem ter produzido resultados.

Em 1963 começaram a surgir algumas lideranças urbanas; jovens recém-formados, unindo-se em busca de objetivos sociais. Nessa época a única liderança urbana com prestígio era a do Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, abrigada sob a legenda do PSP; ele era um negociador político hábil e era sempre acompanhado pelos jovens recém-formados. (ENTREVISTADO C)

Os eleitores mais independentes eram os ferroviários, que não dependiam do chefe local; mesmo assim, os chefes de turma denunciavam à ferrovia (sempre atrelada aos quadros partidários) os insatisfeitos. Dentre esses

estava o maior número de membros inscritos ou simpatizantes do PCB. (ENTREVISTADO C)

Para a eleição municipal de 1962, o PSD convidou para candidato o Leonardo (apesar da fama de “comunista”), este era filho do Dr. Bonifácio. “Leonardo falava que Aquidauana era cercada pelos impérios do Zelito, Rondon e Trindade”. Diante da não aceitação de Leonardo, acabou sendo lançado o promotor Eloy Toledo. (ENTREVISTADO M)

Durante a campanha de prefeito do Eloy contra o Tico (UDN) o coronel Antonio Trindade (PSD) apoiou este último por conta de um discurso de um dos apoiadores do Eloy: “Nesta eleição a vitória está certa. Vamos acabar com o Império do Taboco e do João Dias”³². No dia seguinte coronel Trindade hipotecou apoio ao coronel Zelito. O Coronel Trindade mandou sua esposa Dona China, grande cabaladora de votos, visitar os eleitores e mudar o voto para o Tico. Relatada a resistência dos tradicionais eleitores pessedistas em seguir a orientação, o coronel Trindade adotou a flexibilização, mandando votar em Tico ou “em branco”. Resultado da eleição: Tico venceu por 54 votos, assim mesmo porque o Fragelli conseguiu anular duas urnas de Taunay, mas houve 1200 votos em branco. (ENTREVISTADO I)

A partir da segunda metade da década de 1950 até meados da década de 1960 também foi sendo reconfigurado o segmento coronelista. Os velhos “coronéis” foram sendo substituídos pelos seus herdeiros políticos, mais sintonizados com as mudanças políticas que aconteciam no país.

Os “coronéis” Zelito e Antônio Trindade mandaram os filhos estudarem nos melhores colégios e faculdades, fora do estado, o que era coisa rara naquela época. (ENTREVISTADO G)

Tico era um homem urbano, moderno, com capacidade administrativa, embora tenha herdado “certo viés autoritário” Foi um processo de “modernização”. (ENTREVISTADO M)

O afastamento do “coronel” Zelito se deu quando seu filho Tico assumiu a prefeitura. O “coronel” já tinha muita idade e foi se afastando. (ENTREVISTADO G)

O herdeiro político do coronel Ovídio Costa foi Audelino Francisco da Costa Sobrinho, que foi deputado estadual em 47 já tinha encerrado precocemente a sua carreira política. (ENTREVISTADO M)

Após 1964, acabou a época dos coronéis tradicionais. Zelito, e Antonio Trindade³³, que já tinham deixado seus “sucessores” com roupagem mais moderna³⁴. Os Nunes da Cunha saíram de cena, marginalizados politicamente. (ENTREVISTADO M)

³² Trata-se de rios que banhavam as propriedades dos dois coronéis.

³³ Rudel Trindade, filho do “coronel” Antônio Trindade, foi eleito prefeito de Aquidauana em 1966, sucedendo Tico Ribeiro, filho do “coronel Zelito”. Foi também deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

³⁴ José Fragelli, genro do “coronel” Zelito, pode ser, também, considerado um dos seus herdeiros políticos. Foi secretário de estado, deputado estadual, governador de Mato Grosso e senador de Mato Grosso do Sul.

Com o tempo, os coronéis foram substituídos por herdeiros políticos mais modernos, mais atualizados. (ENTREVISTADO B)

Com o advento da Revolução de 64, afastaram-se as jovens lideranças contestadoras, e a UDN e PSD juntaram-se dentro do novo partido – A ARENA. Os pequenos líderes, alijados, uniram-se sob a legenda amorfa do MDB”. (ENTREVISTADO M)

O Tico assumiu o papel de um “comandante civil” do golpe, e o Fragelli, como advogado, acabou fazendo a defesa legal de Enio Cabral e Eloy Toledo, tidos como adversários do regime. (ENTREVISTADO M)

Em 64 muitos ferroviários foram presos. “Me lembro” de um maquinista, o finado Andrade, ele tinha um filho no Exército. “Só para judiar, eles mandaram o filho prender o pai, o sujeito jura a bandeira, não tem pai nem mãe”. (ENTREVISTADO F)

O golpe de 1964, mediante sua institucionalização no regime militar, foi consolidando uma nova elite dirigente em Aquidauana. No campo da política, o que se consubstanciou foi um processo de modernização conservadora, sem rupturas.

3 SISTEMA DE DOMINAÇÃO DO CORONELISMO EM AQUIDAUNA (1945–1965)

O coronelismo no Brasil foi um sistema de dominação econômica, social e política. Neste capítulo tratar-se-á especialmente da forma como ele se manifestou enquanto cultura. A forma que esta assumiu refletiu o conteúdo concreto da formação social brasileira, no período em que ele se manifesta, a partir da construção da nova ordem republicana, em particular, em Aquidauana, no período 1945–1965.

3.1 O UNIVERSAL E O SINGULAR NO SISTEMA DE DOMINAÇÃO CORONELISTA

Para a análise do sistema de dominação coronelista usaremos como base o conceito de hegemonia formulado por Antonio Gramsci, sobre a forma consensual de a classe dominante impor sua ideologia particular sobre as classes subalternas como valor e visão de mundo universal. Essa análise é complementada com o aporte teórico de outros autores que realizaram estudos específicos a respeito do sistema coronelista.

3.1.1 Teoria de Gramsci sobre hegemonia

Gramsci utilizou o termo “hegemonia” para explicar os modos de dominação de classe, em uma determinada formação social, utilizando um conceito ampliado de Estado. Preliminarmente, três conceitos são importantes destacar na teoria gramsciana: o de bloco histórico, o de estrutura e o de superestrutura.

O “bloco histórico” é uma situação social formada por uma “estrutura econômica” (forças materiais) vinculada dialética e organicamente às “superestruturas jurídico-políticas e ideológicas” (relações sociais).

A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. [...] as forças

materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma [...]. (GRAMSCI, 1987, p.52-63)

Aprofundando na análise da superestrutura, além do que tinha feito antes o pensamento marxista, o filósofo italiano explicita:

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamando de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos, comumente ditos “privados”) e o de “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou comando que se expressa no Estado e no governo jurídico. (GRAMSCI, 1979, p.10-11)

Mas Gramsci avança na sua formulação sobre o conceito de Estado de maneira a ampliá-lo, indicando que este é composto tanto do aparelho governamental – sociedade política – como também do aparelho privado de hegemonia, ao qual chama de sociedade civil:

[..] na noção geral de Estado, entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (nesse sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil), isto é, hegemonia revestida de coerção. (GRAMSCI, 1989, p.149)

Para Gramsci, a sociedade civil compreende três elementos complementares: a) a ideologia, isto é a concepção de mundo; b) a “estrutura ideológica”, ou conjunto de meios para difusão e universalização da ideologia, que são as instituições privadas, tais como sindicato, igreja, organização escolar, imprensa e meios de comunicações de massa, com destaque aos três últimos; c) o material ideológico produzido e veiculado pelas igrejas, escolas, grupos sociais etc. (STACONE, 1987, p.18).

A Igreja e o sistema escolar sofreram mudanças dos seus papéis ao longo da história. Na transição das sociedades pré-capitalistas – em que havia uma unidade indissolúvel entre Igreja (que controlava o sistema educacional) e Estado –, essas instituições se colocavam como entidades “públicas” e não tinham autonomia em relação à “sociedade política”. Quando do surgimento dos primeiros regimes liberais, surgidos das revoluções democrático-burguesas, quando acontece a *laicização* do Estado, essas instituições passaram a ser algo “privado”. O Estado já não impunha coercitivamente uma religião e o próprio sistema escolar, controlado pelo Estado, passou a admitir cada vez mais uma disputa ideológica no seu próprio

interior. A adesão às ideologias tornou-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não mais algo imposto coercitivamente. Igreja e sistema escolar passaram a ser “instrumentos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1981).

Os fundamentos teóricos da formulação gramsciana, expressa pelo próprio autor ou por seus intérpretes, trazem os mecanismos estabelecidos como forças no sistema de dominação e que se manifestariam num duplo aspecto – coerção e consenso –, diferenciando por meio deles o conceito de “dominar” e de “dirigir”.

De acordo com os fundamentos teóricos de Gramsci, o sistema de dominação é construído com base no controle da capacidade coercitiva do Estado e na conquista consensual das consciências das camadas subalternas, pela via da ideologia dominante. A força de coerção só é utilizada, quando a classe dominante não consegue obter o consenso na sociedade. Ela pode se manifestar tanto pela via legal, com apoio no direito, como pela via do aparelho repressivo, utilizando-se da polícia, exército ou do endurecimento das leis (STACONE, 1987). Mas um bloco histórico se realiza efetivamente, quando um grupo social economicamente ativo consegue consenso dos demais grupos sociais para impor seu projeto de sociedade. A classe dirigente desenvolve esforços de persuasão no terreno da subjetividade, em que se formam os valores que fundam o consenso normativo.

A hegemonia pressupõe que sejam levados em conta, em certa medida, os interesses das classes subalternas, de modo a se obter certo equilíbrio nos compromissos para o funcionamento das sociedades complexas e desiguais. Isto significa que o grupo dominante terá que fazer sacrifícios de alguns dos seus interesses econômicos ou corporativos, desde que não toquem no essencial de seu poder econômico. Por meio da força de legitimação se estabelece o consenso para a classe dominante poder dirigir. Esse consentimento resulta de uma construção política e moral levada a efeito pelos atores políticos relevantes como parte da conquista da legitimidade.

O pensador italiano aponta que:

Estado significa particularmente direção consciente das grandes multidões nacionais, é necessário, portanto um ‘contato’ sentimental e ideológico com

essas multidões e, numa certa medida, simpatia e compreensão de suas necessidades e exigências. (GRAMSCI, 1978, p.17)

Na teoria gramsciana, a dimensão cultural e os valores exercem papel importante nos mecanismos de consentimento e coerção – portanto, são fundamentais para a afirmação da hegemonia (MOISÉS, 1992). O consenso começa no terreno das ideologias, na esfera em que os homens (as classes) tomam consciência da realidade em que vivem. Por meio do controle ideológico se conquista o poder de dirigir de forma intelectual e moral toda a sociedade (GARCIA, 2010).

A construção da direção hegemônica começa pela “educação de massas” com base em experiências concretas e impulsos éticos das classes subalternas. Uma classe social dirigente constrói uma concepção de mundo filosoficamente consistente e, por meio da “educação de massas”, unifica a compreensão da realidade complexa e dispersa e orienta as vontades para “a construção de uma sociedade feita à sua imagem” (STACONE, 1991, p.71).

O elemento ativo do processo de construção da hegemonia é o “intelectual”, considerado o ‘comissário’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 1989). A classe social hegemônica, segundo Gramsci (1979), engendra seus próprios intelectuais, que ele chama de “intelectuais orgânicos”, responsáveis por moldar o mundo à sua imagem e semelhança e tentam capturar para si os intelectuais tradicionais. Os intelectuais são os atores políticos que facilitam o consenso das classes subalternas. Por meio dos intelectuais, a classe hegemônica faz passar por “universais” seus interesses “particulares”, transmitindo aos dominados seus valores e visões de mundo, ou seja, sua ideologia. O intelectual orgânico do grupo dominante acaba sendo o grande responsável pela construção:

1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa da sua posição e da sua função no mundo da produção; / 2) do aparato da coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nas quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1979, p.11)

Fora do leito do marxismo, por onde trilhou Gramsci, também outros autores apontaram essa superioridade da construção da hegemonia, em relação ao simples uso da força. Exemplo disso se encontra em Michel Foucault (2011).

Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado³⁵ e os mecanismos de poder funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos do Estado, em um nível muito mais elementar, cotidiano. Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Esta é uma noção negativa ou estreita do poder que curiosamente todo mundo aceita. Se o poder fosse apenas repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, ele não seria obedecido. O que faz com que o poder se mantenha, e que seja aceito, é o fato de que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2011).

3.1.2 Sistema de dominação coronelista

A posição de prestígio e força do “coronel”, no período republicano, diante de uma sociedade fracamente organizada e da frágil presença do Estado, era conferida pela sua condição econômica de proprietário rural, associada a importantes funções de instituições sociais concentradas em sua pessoa. Ele exercia, por exemplo, conforme apontou Leal (1997, p.42), uma “ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos” que eram respeitados pelos interessados.

Antigas funções de responsável pela ordem e defesa das instituições que o “coronel” possuía no tempo da Guarda Nacional durante o Império continuaram sendo exercidas na Era Republicana. Passou a exercer, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais amparadas na sua ascendência social, quando necessário, utilizando o seu aparato de empregados, agregados ou capangas (LEAL, 1997, p.42).

³⁵ O conceito de Estado empregado por Foucault não corresponde ao conceito utilizado por Gramsci, e sim à sua dimensão de “sociedade política”.

A dominação “coronelista” se mantinha graças a um sistema que conjugava, de um lado, um poder de coerção e, de outro lado, como se fosse outra face da mesma moeda, o consenso obtido junto à população quanto à liderança do coronel. Apesar de essa forma de poder ser exercida pela utilização da força de coerção, esta não era o principal instrumento utilizado na relação de dominação coronelista sobre seus subalternos. Esta natureza de força era usada apenas quando falhavam os meios mais sutis de dominação representados por cooptação e pela legitimação social. No novo regime, ele passou a mesclar as velhas funções do anterior, de forma *extralegal*, com a defesa do seu sistema de poder pessoal de “mando” como autoridade legitimada.

O trabalhador rural normalmente via o “coronel” não como um repressor, mas como um homem de prestígio e seu grande benfeitor a quem podia se socorrer na sua vida de sacrifício e privação. Essa legitimação do “coronel” tinha como contrapartida uma autoimposta dependência que, para o trabalhador, extrapolava aquela decorrente da relação produtiva direta ou do uso de força de coerção.

O trabalhador rural tinha o patrão em alta conta, pois era dele, ou por meio dele, que recebia os poucos favores que sua “obscura existência” conhecia, bem como era a ele que o “roceiro” apelava nos “momentos de abertura” (LEAL, 1997, p.43-44). Em decorrência dessa situação emergiu uma cultura que valorizava o sentimento de gratidão para como o benfeitor, razão da dependência eleitoral ao “coronel” (LEAL, 1997).

O roceiro via sempre no ‘coronel’ um homem rico [...] É [...] para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado no armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades. (LEAL, 1997, p.43)

Conforme lembra Faoro (2008), “o homem do sertão, da mata e do pampa, sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma”. A relação de dominação implantada por meio da lealdade, do respeito e da veneração, eliminava no dependente até mesmo a consciência de suas condições de existência social. Nessas relações com o senhor, a proteção natural do mais forte tinha como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente lhe era prestado.

Não seria possível afirmar que a vontade do dominado estivesse presa à do dominador, pois o processo de sujeição ocorria como se fosse de forma natural e espontânea. Plenamente desenvolvida, a força de legitimação pessoal do coronel transformava aquele submetido em uma “criatura domesticada”. Assim, proteção e benevolência lhe eram concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos.

Quem tem chefe não delibera, ouve e escuta ordens. O dissenso não se abrigará na liberdade reconhecida de opinião, senão que caracteriza a traição sempre duramente castigada. / Não se imagine, entretanto, que entre o coronel e o simples eleitor impere a brutalidade, com o bacamarte engatilhado contra o rebelde potencial. O coronel é, acima de tudo, um compadre [...]. A hierarquia abrande-se, suavizando-se as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o chefiado. O compadre recebe e transmite homenagens, de igual para igual, comprometido a velar pelos afilhados, obrigados estes a acatar e respeitar os padrinhos. [...] O eleitor vota no candidato do coronel não porque teme a pressão, mas por dever sagrado, que a tradição amolda. (FAORO, 2008, p.714)

Recorria-se à força repressiva, por meio de ameaças e violências, segundo Leal (1997), somente em casos extremos, quando outros procedimentos se tornavam mais morosos, ou ineficazes para o fim visado. A “não ser um desequilibrado”, segundo o autor, ninguém praticava “o mal pelo mal” em política. Em casos extremos, as ameaças e violências se faziam necessárias, e desempenhavam papel importante evitar a derrota. “Mas a regra não é esta: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete” (LEAL, 1997, p.68).

O sistema de dominação política do coronel em relação aos seus subalternos ocorria, segundo apontam os diversos autores, por meio de um poder exercido por força de cooptação, ou seja, por meio de consenso estabelecido entre si e fidelidade do subalterno, sem necessidade de normas externas impostas a essa relação.

O voto coronelício se definia pela manifestação de fidelidade pessoal do eleitor ao coronel, apresentando-se com uma doação pura e simples ao candidato do coronel. Expressava-se ideologicamente como obrigação subjetiva de lealdade ao senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como fidelidade ao chefe político local.

O sistema de dominação coronelística, como tem sido abordado por vários autores, pressupunha o “controle ideológico” da sociedade civil. Nesse sentido, a dominação política do coronel no sertão, segundo Barreira (1992, p.18):

[...] não necessita e nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que ornaram a realidade não perceptível por parte dos dominados.

Tendo em conta essa natureza singular da dominação coronelista, apontada pelos diversos atores citados neste trabalho, é possível situá-la dentro da historicidade dos sistemas de dominação de classes, identificando seus instrumentos de construção do poder. O passo a seguir é enfocá-lo, segundo recomendação de Leal (1997), “nas peculiaridades locais [...] e nas suas variações no tempo”, tendo como território Aquidauana no período entre 1945 e 1965.

3.2 O FENÔMENO E A ESSÊNCIA DA DOMINAÇÃO CORONELISTA EM AQUIDAUNA

O sistema de dominação coronelista em Aquidauana sofreu modificações entre a sua implantação no regime republicano e o Estado Novo, mas principalmente foi afetado pela redemocratização política ocorrida no Brasil a partir de 1945.

3.2.1 Coerção do coronelismo guerreiro em suas origens

A ocupação da imensa e “inóspita fronteira” oeste brasileira, que no período do Império centralizou-se na região aurífera de Cuiabá, foi marcada pela violência, desde os primeiros contatos do *homem branco* com a terra virgem e selvagem. No início do período republicano, com o Estado ainda débil e controlado pelas oligarquias que dominavam o poder local, Aquidauana e região foram caracterizadas pela violência exercida pelos *senhores de braço e cutelo*, que se impuseram à sociedade na condição de “povo armado”, numa convivência diária com a violência política (CORRÊA, 1995).

Conta-se que o primeiro juiz de Campo Grande, Dr. Arlindo de Andrade Gomes, ao ser recebido no ano de 1911 para tomar posse do seu posto, ficou surpreso ao ver seus anfitriões todos armados com dois revólveres na cintura. Mais surpreso ainda ficou quando lhe informaram que ‘aqui [no então sul do estado de Mato Grosso] se conhecem os homens de bem pelas armas que conduzem’ (VIANNA *apud* DUTRA, 2011).

A luta política no estado de Mato Grosso assumiu tamanha proporção que se transformou em um *meio de vida*, numa verdadeira atividade econômica e fez surgir um *coronelismo guerreiro* que fazia política *pelas armas* e um *banditismo endêmico*, algumas vezes ambos estavam associados. No auge do *coronelismo guerreiro*, os bandidos e bandos foram arregimentados e protegidos pelos coronéis que, graças à sua capacidade de mobilizar homens armados, vincularam o banditismo à política local e às disputas pelo poder (CORRÊA, 1995).

Por trás desse processo do “coronelismo guerreiro” existia, muitas vezes, a dificuldade de afirmação do governo estadual sobre o sul de Mato Grosso. As disputas armadas envolvendo os “coronéis” normalmente ocorriam quando um deles, ou um grupo deles, levantava-se em armas contra o governo ou as autoridades estaduais, sempre que seus interesses eram afetados. Outros coronéis se armavam em defesa da situação, organizando-se então batalhões paramilitares em ambos os lados. Os coronéis sublevados financiavam seu arsenal com seus próprios recursos, enquanto o governo sustentava seus defensores. Uma vez encerrados os conflitos, era impossível recuperar o armamento distribuído. Foi surgindo assim um “povo armado”. Entre 1891 e 1922 ocorreram nada menos de 33 conflitos dessa natureza (CORRÊA, 1995).

A memória da violência desse período aparece no depoimento de alguns entrevistados, bem como visões condescendentes a respeito:

O ‘coronel’ Zelito, recém-casado com a filha do governador Pedro Celestino, foi chamado para enfrentar o ‘Gomes’ que tinha se revoltado em Bela Vista. Derrotado no primeiro combate, emigrou para o Paraguai, onde recebeu dinheiro e armamentos para novos combates. Entre as armas recebeu uma metralhadora, que na época equivalia a uma bomba atômica. Essa metralhadora fez a diferença e produziu a derrota do Gomes. (ENTREVISTADO H)

‘Coronel’ Zelito nunca tinha matado um onça, mas era gargantão e conversador. (ENTREVISTADO H)

As revoluções de antigamente eram como os jogos de futebol atualmente. Os soldados não recebiam soldos, eram liberados para a pilhagem. (ENTREVISTADO H)

‘Coronel’ Zelito [...] era um coronel armado³⁶. Usava sua força e terceiros, para a disputa das divisas das suas terras. Havia muito armamento no

³⁶ Aparece em muitas entrevistas essa ideia de diferenciar o estilo do “coronel” Zelito, em relação aos estilos dos outros coronéis aquidauanenses.

Taboco: fuzis, carabinas, etc. Coronel Zelito era um bandido! Na demanda³⁷ que fizemos contra ele, vários advogados recusaram o serviço. O único que aceitou foi o Dr. Bonifácio. (ENTREVISTADO K)

Zelito, Trindade e Totó Rondon conquistaram suas propriedades a troco de bala. (ENTREVISTADO F)

Paralelamente ao processo de modernização econômica do Estado, esse poder armando dos coronéis foi pouco a pouco sendo enfrentado pelos governos centrais. A Revolução de 1930 e a série de interventores federais que se seguiram no Estado golpearam mais a fundo o poder coronelista, por meio de uma ação deliberadamente repressora sobre os grandes proprietários e mais tarde, após o Estado Novo, com o desarmamento de toda a população do sul, mudaram por completo a feição da política regional (CORRÊA, 1995).

Nos início dos anos 1930, a intervenção federal atingiu com mais rigor os coronéis usineiros do norte de Mato Grosso, mas, a partir de 1937, a repressão recaiu sobre o sul, com auxílio da polícia e do próprio exército, em uma campanha de promoção do desarmamento. A humilhação imposta aos coronéis sulistas correspondeu à sua identificação e envolvimento direto ou indireto com o banditismo, que as autoridades fizeram questão de tornar pública, como forma de desmoralização e do poder e prestígio de grandes proprietários e chefes políticos locais. Assim, ao passo que os usineiros do norte foram submetidos aos *troncos* e castigos humilhantes, os coronéis do sul foram presos como bandoleiros e contraventores. O “coronel” Zelito foi enquadrado na Lei de Segurança em razão da grande quantidade de armas encontradas em sua fazenda.³⁸ A campanha de desarmamento se tornou mais eficiente e severa, com a atuação do general José Pessoa, que assumiu o comando da Região Militar em Campo Grande em 1939 (CORRÊA, 1995).

Eu e meu pai estávamos na Fazenda Taboco, onde fazíamos frete, quando prenderam o coronel Zelito. Quando vimos o ‘avião espião’ do Getúlio, meu pai falou, vamos embora! Na estrada cruzamos com três caminhões do Exército, onde estavam meus três irmãos. O coronel Zelito não foi colocado no “tronco”, não. Ficou preso em um vagão da Noroeste, em frente ao quartel. Prenderam até o advogado dele, o Dr. Sabino. (ENTREVISTADO F)

³⁷ Este episódio, segundo o entrevistado, aconteceu no ano de 1939.

³⁸ “O ‘coronel’ Zelito foi, no entanto, absolvido dessa acusação, pois ‘possuia’ as referidas armas desde 1924, quando chefiara forças em defesa do governo da União e do Estado” in *Jornal do Commercio*, Campo Grande, 26 mai. 1939, *apud* Corrêa (1995, p.142).

Assim, a partir do Estado Novo, o coronelismo do sul de Mato Grosso começou a perder seus instrumentos de poder baseado na força e na violência e teve que buscar outras formas de dominação política e social. Esse processo descrito anteriormente teve relação direta com a luta política em Aquidauana, onde atuava um dos mais legítimos representantes do coronelismo do sul do Estado, o “coronel” Zelito.

3.2.2 Coerção coronelista em compatibilização à democracia política pós-1945

Com a redemocratização do país após o Estado Novo, a dominação coronelista teve que buscar formas que colocavam a coerção dentro de limites compatíveis com democracia política. O coronelismo em Aquidauana foi encontrando novas formas de se expressar, dentro dos limites de cada novo contexto, assumindo novas formas para tentar manter o máximo possível do velho conteúdo de dominação.

Com a redemocratização de 1945, surgiram elementos novos com os quais tinham que tratar os coronéis para o exercício do seu poder, tais como o sistema de eleição direta para governadores dos estados, a disputa pluripartidária ensejada pela criação de partidos políticos (PSD, UDN, PTB, PSP e PCB) e a nova legislação eleitoral.

No contexto da sociedade civil aquidauanense, no período 1945-1965, a correlação de forças era claramente favorável aos fazendeiros, liderados pelos “coronéis”. A pequena-burguesia era fracamente organizada e dependente, e a burguesia comercial, nesse período, nunca disputou poder com os coronéis, já que seus projetos eram complementares. Algum tipo de enfrentamento só vai começar a acontecer na primeira metade dos anos 1960.

Os coronéis, por seu turno, tiveram que encontrar seus próprios mecanismos de adaptação ao momento de redemocratização. Verificaram-se, no caso de Aquidauana, três desses mecanismos: (1) controle da máquina pública e proximidade política com os centros de poder; (2) relacionamento direto e pessoal do coronel na sua legitimação junto às camadas subalternas; (3) mediação político-social dos “intelectuais orgânicos”.

3.2.2.1 Controle da máquina pública e proximidade política com os centros de poder

O controle da máquina pública e a proximidade política com os centros de poder, nos planos estadual e nacional, passaram a ser vitais para sobrevivência desse coronelismo, ao mesmo tempo em que havia uma reciprocidade de interesses nessa relação. Surgiu no campo político um “coronelismo” que se diferenciava daqueles da República Velha, da Revolução de 1930 e do Estado Novo. O poder dos “coronéis”, agora, tinha que se amparar na sociedade política e na sociedade civil. O poder de coerção exercida por meio da sociedade política tinha que ser viabilizado pela construção do poder do consenso na legitimação do coronel mediante o controle ideológico, como forma de universalização de seu projeto de sociedade particular na sociedade civil.

Não é sem razão, portanto, a disputa que se estabelecia em Aquidauana para a nomeação de delegados, juízes e promotores e fiscais de renda – representantes do poder de coerção do Estado –, bem como em torno do controle dos meios de comunicação e da nomeação clientelista de servidores públicos, em especial, professores e diretores de escola. Estes elementos tinham a ver com a essência da nova forma de dominação.

Os depoimentos colhidos dos entrevistados comprovam abundantemente o controle e a utilização desses novos instrumentos de coerção, que supunha a construção de uma rede de aliados e a “anulação dos seus não seguidores”³⁹.

Os coronéis não dispensavam a nomeação de delegados (ENTREVISTADO D). Delegados de polícia e diretores de escolas eram considerados de afinidades dos que estavam no poder. (ENTREVISTADO J)

Os delegados eram leigos, não eram de carreira (às vezes eram da PM ou do Exército) e atendiam “os padrinhos”: “Prendam! Soltem!” (ENTREVISTADO B)

Aquele que era amigo matava e ele escondia⁴⁰. (ENTREVISTADO F)

O coronel também abrigava matadores. O camarada podia matar e corria para o Taboco. O coronel dava proteção. (ENTREVISTADO D)

³⁹ Alguns entrevistados referem-se à diferenças entre os coronéis quanto à violência: “A característica da UDN era a violência.” (ENTREVISTADO K).

⁴⁰ Referindo-se ao “coronel” Zelito.

Os chefes políticos protegiam seus seguidores, quer tornando-os servidores do estado ou do município, quer ocultando possíveis crimes. Os braços da Justiça quase nunca alcançavam os bons cabos eleitorais. (ENTREVISTADO C).

O adversário vencido era sumariamente demitido de funções públicas, sem nenhuma explicação e também sem que esperasse tratamento diferente. (ENTREVISTADO C)

Diretoras de escolas movimentavam muitas pessoas (famílias) por isso havia interesse eleitoral em nomeá-las. (ENTREVISTADO I)

Perseguição política sempre teve. Mudava o governo, sempre já tinha alguém esperando o cargo. (ENTREVISTADO G)

[...] os promotores interinos pressionamos o governador Ponce a criar o concurso. Foram 12 os primeiros concursados, em janeiro de 1960. [...] Foi uma guerra [...] A nomeação e efetivação dos concursados concluiu-se no último dia do governo Ponce. Fernando Correia assume o governo e numa única canetada declarou nulo o concurso demitindo todos os concursados. Estes entraram com mandado de segurança e o Tribunal deu ganho de causa ao governo. Estes recorreram e, dois anos passados, o Supremo julgou procedente o recurso, reintegrando todos os promotores demitidos. (ENTREVISTADO C)

3.2.2.2 Relacionamento direto e pessoal do coronel na sua legitimação junto às classes subalternas

Apesar do indiscutível uso do poder nas relações políticas, os “coronéis” aquidauanenses eram, de uma maneira geral, bem vistos pela população, à qual conquistavam também com o relacionamento pessoal direto e com o sistema de prestação de favores que imperava em muitas dessas relações. Essa apreciação subjetiva apareceu em muitos depoimentos e elas apontam, em várias ocasiões, com o prestígio também pessoal e ação complementar de suas esposas:

Os coronéis eram benquistos [...] não era através da maldade [...] a sociedade era muito carente [...] qualquer favor gerava dependência [...] até hoje, não é assim que fazem os traficantes? (ENTREVISTADO M)

Os moradores das fazendas, geralmente, tinham grande respeito pelos patrões e decidiam tudo sob aconselhamento ou ordem. (ENTREVISTADO C)

O “coronel” Jeje era um “homem simples”, não era um coronel armado. Coronel Trindade e coronel Ovídio eram “homens pacatos”⁴¹. (ENTREVISTADO K)

O “coronel” Zelito sabia cativar as pessoas, contar histórias. Estudou em Cuiabá onde conheceu D^a Nenê (Constança) que era uma pessoa “fina” que havia estudado no Sion de Petrópolis. [...] o coronel Trindade não cativava

⁴¹ Essa referência é para estabelecer uma diferenciação, quanto ao uso da coerção, entre o “coronel Zelito” e os outros “coronéis”.

diretamente as pessoas, quem o fazia era a esposa D^a China, que fez esse trabalho até bem idosa. [...] o coronel Ovídio Costa era um homem de fino trato. (ENTREVISTADO G)

Um exemplo extremo do esforço de relacionamento paternalista do “coronel” Zelito, na construção de um “discurso aparente” adaptado à democracia política vigente, é relatado por uma liderança oposicionista, presa no Golpe de 1964, visitada na prisão pelo “coronel”:

[...] quero explicar pra vocês... não quero deixar dúvida, que eu não tenho nada a ver com isso que estão fazendo com vocês. Isso é coisa do Tico e dessa turma nova que tem essa maneira de pensar. Eu acho que política não se faz desse jeito... e vocês estão certos eu também acredito nisso que vocês estão acreditando, só que não é para agora, é coisa para 200 anos. (ENTREVISTADO M, procurando reproduzir as palavras do “coronel”)

Como entender então essa contradição entre o discurso aparente da aceitação e a essência excludente e autoritária da visão coronelista ainda predominante nesse período pós-1945? Essa visão aparente conformada, e legitimadora das “regras” como se fossem “naturais” por parte da população, resultava de uma construção política e moral das classes dirigentes, no terreno da subjetividade, apontada na teoria gramsciana. Essa contradição, ao que se observa, sinalizava o sucesso de uma forma superior de dominação, mediante a eficiente utilização de mecanismos ideológicos que camuflavam a realidade tornando-a não perceptível por parte dos dominados.

3.2.2.3 Mediação político-social dos “intelectuais orgânicos”

O elemento ativo do processo de construção da hegemonia do coronel era o “intelectual orgânico”, a quem Gramsci (1979) qualifica *como* um ‘comissário’ do grupo dominante para o exercício das *funções subalternas* da hegemonia social e do governo político. Para Gramsci (1979), é o intelectual o responsável pela construção do “consenso espontâneo” e da coerção estatal. O consenso legitima a orientação impressa pelo grupo dominante à sociedade e nasce do prestígio (confiança) que este obtém por causa de sua posição no processo da produção. Por outro lado, para aqueles que não “consentem” existirá sempre a reserva da coerção

estatal “legal”, especialmente mobilizada nos momentos de crise no comando e na direção.

Os “intelectuais orgânicos”, como aqueles que cumpriam a função de construção da hegemonia na sociedade Aquidauanense, com sua forte raiz rural, eram do tipo que Gramsci (1979) classificava como “tradicionais”⁴²: os padres, os professores, os jornalistas, os advogados, juízes, promotores, os médicos, os tabeliães, os funcionários públicos etc. O exercício profissional destes tinha grande mediação político-social, normalmente ligada a certa mediação política. A posição social de tais profissionais era normalmente invejada pela população que via neles referências de ascensão social. Esse prestígio social tinha grande potencial para se transformar em trunfo para a influência política.

Esses intelectuais “tradicionais”, a não ser nos momentos de crise de hegemonia no exercício rotineiro de suas funções, cumpriam o papel da reprodução da visão de mundo, da ideologia e da cultura da dominação e submissão. O fenômeno da aparente neutralidade destes, na verdade, encobria uma essência de agentes da conservação e reprodução do sistema de dominação coronelista. A população, normalmente, só percebia a aparência.

3.3 O SISTEMA CORONELISTA DE CONTROLE IDEOLÓGICO EM AQUIDAUNA

Com base na identificação da natureza universal dos sistemas de dominação, ora feita com apoio em Gramsci, e da análise da natureza singular do sistema de dominação coronelista neste período de convivência com o sistema de democracia política, é possível mergulhar com mais propriedade no estudo da realidade do “coronelismo” em Aquidauana. Nesse período a dominação já se faz com a utilização preferencial da construção da hegemonia nas instituições da sociedade civil, especialmente utilizando-se do controle, como aponta Staccone (1987, p.18), da sua “estrutura ideológica, ou: conjunto de meios para a difusão e a universalização da ideologia”. O mesmo autor aponta que entre essas estruturas as

⁴² Gramsci assim designava aqueles intelectuais “ligados à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista”. (GRAMSCI, 1979, p.13)

mais importantes são a Igreja, a organização escolar e os meios de comunicação de massa.

Para Stacone (1987, p.18), o controle desse conjunto de órgãos da superestrutura permite à classe hegemônica a direção “intelectual e moral” de toda a sociedade. Consente-lhe, também, criar um certo grau de homogeneidade social por meio da cooptação do consentimento e até da adesão dos grupos sociais subalternos.

Nesse sentido, inicialmente é importante identificar a forma como foi se construindo a sociedade civil e a sua estrutura ideológica em Aquidauana, já que é nesse campo que se jogará a disputa de poder, enquanto exercício da hegemonia e da contra-hegemonia.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 surgiram várias instituições da sociedade civil em Aquidauana: Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, 1939; Loja Maçônica Marechal Deodoro da Fonseca, 1941; Associação Comercial, 1944; Rotary Clube de Aquidauana, 1951; Lions Clube de Aquidauana, 1955, e Associação Rural, atual Sindicato Rural, 1957 (ROBBA, 1993).

A revista *Brasil Oeste*, em número comemorativo do aniversário de Aquidauana, apontou que em 1961 existiam na cidade as seguintes instituições patronais e dos trabalhadores: Associação Rural, Associação Comercial, Associação dos Varejistas – essas três patronais –, Associação dos Ferroviários da NOB, Associação dos Pescadores, Sindicato dos Motoristas, Sindicato dos Carroceiros, Sindicatos dos Charreteiros (em organização), Sindicato dos Empregados no Comércio – essas criadas pelos trabalhadores. Entre as entidades corporativas, os fazendeiros tinham a Cooperativa Agropecuária, e os funcionários da NOB tinham a Cooperativa dos Ferroviários. Os estudantes tinham o Grêmio Estudantil Marechal Rondon (LEITE, 2009).

3.3.1 Disputas e controle das instituições dos trabalhadores

Há que se distinguir entre as instituições citadas aquelas de caráter econômico-corporativo (como são os sindicatos), as de auxílio mútuo (como são as

cooperativas e as entidades assistenciais) e aquelas que representam afinidades “ideológicas”. Cada qual jogava um papel diferenciado no jogo social local.

É importante assinalar que, embora os fazendeiros já estivessem organizados no sindicato patronal a partir de 1957, não existia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aquidauana, que só foi fundado em 1989. Entretanto, existia um esforço de organização e de conscientização desses trabalhadores realizado por militantes de esquerda. Leite (2009) cita entre eles especialmente Ênio Cabral, Osvaldo Sanches e Cândido dos Santos;

Como o domingo era o único dia em que líderes e possíveis liderados podiam se encontrar a oportunidade não era dispensada. E lá estavam eles, falando uns, ouvindo muitos, sobre direitos de trabalhadores rurais, reforma agrária, assistência médica, salários, empréstimos para o plantio, sobre mudanças e esperanças de uma vida diferente. Era preciso ouvir, escutar e depois organizar-se. Para realizar mudanças, era necessário trabalho, especificamente trabalho político, planejamento e conscientização (LEITE, 2009, p.54).

A articulação política dos trabalhadores era feita em ação direta de organização pelos militantes políticos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. As palavras de ordem do movimento pela Reforma Agrária envolviam, inclusive, outras categorias de trabalhadores. Assim descreveu, em depoimento, Ênio Cabral o trabalho de agitação política:

[...] Passando a Ponte Velha em direção à Anastácio, a direita tem uma casinha baixa, pequena, ali era a sede das associações de Aquidauana, ali foi um núcleo, aqui na cidade, de uma organização de camponeses, de trabalhadores, sem terra... Isso foi anterior a 64, ao Golpe. Todos os domingos [...] Aí começaram a aderir os ferroviários, os comerciários [...] Estávamos organizando a Associação das domésticas e todos os domingos a concentração era muito grande. Camponeses dos mais diversos lugares do município de Aquidauana vinham prá ali aos domingos assistir as reuniões, os debates. Nós levávamos jornais, livros e tínhamos uma preocupação de não ter cor partidária, tanto é que era proibida discussão política dentro das reuniões, justamente, isso para evitar provocação; prá dizer que era de caráter comunista e que estávamos também acompanhando a orientação do presidente da República, João Goulart, de criação de Ligas Camponesas. (LEITE, 2009, p.54)

Destaque especial merecem também as organizações dos trabalhadores ferroviários em Aquidauana. Desde a implantação da ferrovia, esses trabalhadores, vindos de outras regiões do país e organizados em uma base geográfica mais extensa que ia até Bauru (SP) e extrapolava os domínios dos coronéis, tiveram um papel diferenciado na política e na vida social da cidade.

A polícia, enérgica e violenta, muitas vezes intervinha contra os ferroviários. Em consequência disso, surgiram algumas mortes. O primeiro ferroviário assassinado pela polícia foi em 1914 e se chamava Néilson Machado, filho do mestre-de-linha Sabino Machado. Os ferroviários também nada ficavam a dever à polícia em matéria de violência, pois nesse mesmo ano ou em 1915, mataram em plena plataforma da estação, num período de greve, “um preto bem vestido com pose de engenheiro”, chamado Teófilo Barra, que eles supunham ser contra a greve. Poucos anos depois os ferroviários atacaram o quartel da polícia em pleno dia, e do tiroteio resultou a morte de um ferroviário (OLIVEIRA, 1977).

Em 1919, ferroviários das oficinas de Aquidauana fundaram o Centro Operário Aquidauanense (MANTOVANI, 2010). Na construção da estrada de ferro, a participação de imigrantes com experiências de lutas trabalhistas, inclusive difundindo livros estrangeiros de interesse da classe trabalhadora, deu um direcionamento político às reivindicações dos trabalhadores. Em outubro de 1919, teve início uma greve. Os operários da Noroeste reivindicavam aumento de salário, demissão do médico Marinho Rego, do inspetor de tração Machado, e a revogação da remoção de Francisco Garcia, presidente do Centro Operário. Próximo ao rio Aquidauana, os grevistas sediados nesta cidade cortaram dormentes, ficando os trilhos suspensos, para impedir a passagem do trem de passageiros. O descarrilamento que se seguiu (Figura 9) tombou a locomotiva, o carro de correio e o de transportes de animais, não sendo, porém, atingidos os carros de passageiros. Da sabotagem saíram gravemente feridos o maquinista e o foguista. A repressão foi fulminante, com mais de cem prisões (CORRÊA, 1995).



Figura 9 – Foto de página do processo relativo à greve dos ferroviários de outubro de 1919.

Fonte: OLIVEIRA e ALVES, 2006:

A imprensa mato-grossense inicialmente colocou a questão da greve como reflexo das disputas entre partidários do Partido Republicano Mato-Grossense e do Partido Republicano Conservador. A greve era vista inicialmente pelo jornal *O Matto-Grosso*, de 19 de outubro de 1919, como pregação dos conservadores, liderados pelo professor Jorge Bodstein Filho, para desmoralizar o governo de D. Aquino Corrêa. Mais tarde, em editorial, *O Matto-Grosso* mudou a conotação, afirmando que o professor Jorge Bodstein Filho constituiu-se no principal explorador dos “pobres trabalhadores da estrada de ferro, mettendo-se a pregar as estapafurdias idéas maximalistas⁴³”, levando a classe operária a “cometer excesso e desmandos de toda ordem, ao ponto de ter o governo de usar contra ella de medidas de rigor” (CORRÊA, 1995).

Outro momento importante da luta dos ferroviários foi a fundação, em 1933, do Sindicato dos Empregados e Operários da Estrada de Ferro Noroeste do

⁴³ “É um termo que ocorre na história do socialismo para designar programas e rumos políticos orientados à completa realização dos ideais socialistas. Hoje o termo parece ter perdido as primitivas raízes históricas, tornando-se sinônimo de intransigência ideológica e de aspereza na luta política da esquerda. [...] Fica-lhe, porém, a conotação negativa, a da denuncia de ações políticas sem resultado concreto, puramente demonstrativas.” (BOBBIO *et al.*, 1992, p.744-5)

Brasil, tendo a base territorial desde a sede em Bauru (SP) até Porto Esperança (MT). Nesse período, o sindicato disputou cada espaço de luta na ferrovia. Montou chapa própria e derrotou a chapa apoiada pela administração da ferrovia nas eleições da Caixa de Aposentadorias e Pensões da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ocorridas em 1934. Fez campanhas pela alfabetização de ferroviários e seus familiares, exigindo da ferrovia a instalação das turmas próximas às escolas nas cidades cortadas pela ferrovia. Os primeiros anos do sindicato dos ferroviários também foram marcados por uma forte mobilização política da categoria, que levou a polícia de Bauru a efetuar diversas intervenções e prisões de dirigentes e trabalhadores. No contexto da repressão à Aliança Nacional Libertadora, em maio de 1935, o sindicato foi fechado e vários ferroviários foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e demitidos da ferrovia. Na sequência, pelegos assumiram a direção e prepararam a integração do sindicato à administração da ferrovia durante o Estado Novo (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BAURU, MS E MT, 2012).

Após a redemocratização de 1945, o movimento sindical ferroviário continuou enfrentando tempos difíceis. Ainda em 1945, o governo federal interveio em 143 sindicatos e cassou mais de 400 direções sindicais consideradas independentes. Nem bem os sindicatos conquistaram o direito de atuar como entidades sindicais de verdade, com liberdade e autonomia, vem o decreto de 7 de maio de 1947, autorizando o Ministério do Trabalho a intervir nos sindicatos que não se afinassem com a política oficial (BARBOSA, 2005, p.97).

Ao final, a tradição de luta sindical dos ferroviários foi se perdendo e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil passou a ser um espaço de manipulação da política tradicional, sendo o seu sindicalismo tutelado pela administração da ferrovia, que se articulava com os “coronéis” pessedistas de Aquidauana. Pouca coisa acontecia no interior dessa empresa que não tivesse alguma interferência política. O deputado Filadelfo Garcia, homem de confiança de Filinto Muller, tinha o efetivo controle dos principais cargos da instituição (BARBOSA, 2005).

Um novo estilo de liderança, mas com a continuidade da tutela sobre os trabalhadores, começou com a chegada do engenheiro Pedro Pedrossian à direção

da NOB em 1961. Esse próprio líder político relata essa realidade em suas memórias:

É interessante assinalar que as ferrovias brasileiras, como consequência de uma crescente mobilização dos sindicatos e partidos políticos, naquele conturbado cenário da vida institucional brasileira, viviam em greve, utilizadas como instrumentos recorrentes de pressão política. A greve tornara-se uma prática comum já disseminada entre os mais diversos setores produtivos nacionais. Registre-se que a NOB foi a única ferrovia que nunca teve um dia de paralisação sequer. Fato que reafirma o ambiente de concórdia e pacífica convivência de todos os seus quadros. / Cabe assinalar que a política viria se manifestar efetivamente através da liderança legítima e reconhecida que exercia sobre meus subordinados na estrada de ferro (PEDROSSIAN, 2006, p.48 / 56).

Além da representação local do sindicato, os ferroviários possuíam em Aquidauana uma cooperativa, uma farmácia por ela mantida e um time de futebol, o Esporte Clube Noroeste. A NOB mantinha também um hospital para atendimento de seus funcionários. Todas essas instituições acabavam provocando um comportamento solidário entre os ferroviários, o que tinha implicações, também, na maneira como eles se relacionavam com a sociedade aquidauanense.

3.3.2 Ação de controle da imprensa e meios de comunicação

Avançando na compreensão da estrutura e funcionamento da sociedade civil em Aquidauana, é importante a análise dos “meios para difusão e universalização da ideologia” (STACONE, 1987, p.18), especialmente da imprensa e dos meios de comunicação de massa, da Igreja e da organização escolar.

Diversos jornais funcionaram em Aquidauana desde as primeiras décadas do século passado: *A Razão* (1916), de Jorge Bodstein Filho; *O Correio do Sul* (1919), de Arthur Pires de Mascarenhas; *O Município* (1920), de José Alves Ribeiro; *A Gazeta do Sul* (1932), de Jorge Bodstein Filho; *O Jornal do Povo* (1935), de Cláudio Reis Clete; *Jornal do Sul* (1940 a 1954), de Manuel Bonifácio Nunes da Cunha⁴⁴; *O Correio do Sudoeste* (1958), de Sebastião Nunes da Cunha; e, encerrando esse período, surge em 1965 *O Pantaneiro*, de Aldo Royg (ROBBA, 1992).

⁴⁴ Nesse período, o jornal passou por três proprietários: Aloysio Carvalhal (1940-1944), Carlos Ferreira de Viana Bandeira (1940-1953) e Manoel Bonifácio Nunes da Cunha (1953- 1954), segundo o Entrevistado M, proprietário de uma coleção completa do jornal.

Entre esses órgãos de imprensa, merece especial atenção para o presente estudo o *Jornal do Sul*. Fundado em 1940, funcionou por 15 anos, até 1954. Durante quase todo esse período foi dirigido por Carlos Ferreira de Viana Bandeira. O jornal tinha clara orientação udenista, chegando a funcionar, durante o ano de 1950, como ‘Órgão da União Democrática Nacional’, sob a direção de Elídio Teles de Oliveira. A orientação somente mudou entre 1953 e 1954, quando o proprietário passou a ser Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, que havia sido um dos fundadores do PSP no Estado de Mato Grosso (Entrevistado M).

É importante chamar a atenção para o fato de que a maioria desses veículos era ligada a personalidades com claro envolvimento na política local, quer como formadores de opinião como Jorge Bodstein Filho, ou mesmo como atores políticos como José Alves Ribeiro (“Coronel Zélito”), Manuel Bonifácio Nunes da Cunha (“Dr. Bonifácio”) e Sebastião Nunes da Cunha (“Cunha”). O *Pantaneiro* cumpriu, no seu período inicial, após 1965, o papel de desaguadouro de algumas ideias renovadoras dos jovens profissionais que voltavam à terra natal, criando uma nova mentalidade política.

Outro meio de comunicação de massa, que jogou um importante papel na formação da opinião pública e, portanto no jogo da política aquidauanense, foi a *Rádio Difusora de Aquidauana*. Emissora de ondas médias e curtas, iniciou-se como um serviço de autofalante⁴⁵, junto ao *Jornal do Sul*⁴⁶, em 1944, transmitindo músicas e notícias para o Passeio Público, que ficava na esquina das ruas Estevão Alves Correia e Manuel Antônio Paes de Barros. Em 16 de março de 1952, num trabalho pioneiro de seu diretor, foi inaugurada a rádio, como primeira emissora do estado em ondas curtas, atingindo até o hemisfério norte (ROBBA, 1992).

Autointitulada “a Voz do Pantanal”, a emissora atingia diretamente essa região:

O Jornal-Falado X-20 (noticiário), as novelas eram feitas ao vivo, a ‘Mensagem Social’, programa de avisos era o mais ouvido, porque era através dele que o pantaneiro recebia boas ou más notícias [...] se tornou o principal elo entre o Pantanal e a cidade. A audiência chegou ao ponto de interferir na jornada de trabalho dos peões. Eles

⁴⁵ Oficialmente registrado como “Serviços de Publicidades Aquidauanense”

⁴⁶ O ponto de transmissão ficava em cima do “Rádio Bar”.

só retornavam ao campo quando o locutor anunciava o final do programa. (OLIVEIRA, 2004)

Segundo escritura pública de contrato de constituição de sociedade, publicada no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 1950, eram seus proprietários cotistas Elídio Teles de Oliveira (40%), Gilda Nogueira de Oliveira (10%), Manoel Sobreira (20%) e Balbina Maciel Sobreira (30%).

Houve grande consenso entre os entrevistados de que a Radio Difusora fazia política intensamente em favor da UDN, a ponto de alguns entrevistados insinuarem claramente que a rádio não pertencia a Elídio Teles e sim ao Coronel Zelito ou seu filho Fernando Luiz Alves Ribeiro (Tico). Documentos compulsados pelo autor, como o contrato mencionado, não confirmam formalmente essa hipótese.

Segundo depoimento do Entrevistado E, com grande proximidade com o assunto, o que teria acontecido foi que, após a saída dos Sobreira da sociedade, suas cotas teriam sido compradas por várias outras pessoas como Antônio da Costa Rondon (conhecido como Totó Rondon), Veriano Rodrigues Chagas, Inês de Castro e Coronel Zelito. Tempos depois, o Coronel Zelito, por meio do filho Tico, teria doado suas cotas de volta a Elídio Teles de Oliveira para que este garantisse o seguro controle udenista. É citado, pelo mesmo entrevistado, também o fato de que a família Alves Ribeiro ajudava a rádio disponibilizando o motor de luz, que garantia o fornecimento de energia, no período em que o serviço público de energia elétrica era precário.

De qualquer forma, a vinculação de Elídio Teles de Oliveira à UDN e à liderança do coronel Zelito era inquestionável. Garimpeiro em suas terras, autorizado a exercer a função de açougueiro para essa clientela, foi diretor do *Jornal do Sul* no período em que este foi “Órgão da União Democrática Nacional” e finalmente foi candidato a prefeito de Aquidauana, pela UDN, em 1958.

O controle da informação, enquanto elemento de conformação da opinião pública, era vital para a luta política. O próprio acesso às informações do serviço telegráfico tinha a sua importância estratégica.

Em janeiro de 1911, com sede em Aquidauana, foi implantado o 2º Distrito Telegráfico, que era constituído por todas as linhas do estado, situadas ao sul do rio

São Lourenço, construídas sob a direção do Marechal Rondon, à época coronel (ROBBA, 1992). Por Aquidauana passavam todos os telegramas que eram destinados a Cuiabá, capital do estado. Segundo depoimentos, “o diretor do Distrito copiava para o ‘coronel’ Zelito todos os telegramas de interesse, inclusive os do governo federal para o governo estadual” (Entrevistado H).

Depoimentos dos entrevistados constituem o reconhecimento público corrente da partidarização dos meios de comunicação⁴⁷:

O autofalante [...] tinha certa influência e o seu acesso era disputado. (ENTREVISTADO H)

A Rádio não tinha neutralidade, [Elídio] era da UDN e a rádio só apoiava a UDN. (ENTREVISTADO E)

O Coronel Zelito ajudava a rádio também com a instalação de motores de luz, que foram levados embora após a regularização da energia na cidade. (ENTREVISTADO E)

Antes os jornais eram fundados para servir a objetivos políticos. (ENTREVISTADO B)

Quanto aos jornais, ou você era dono ou era sócio, para ele ser companheiros seu, mas eram “independentes”. (ENTREVISTADO H)

Os jornais não eram neutros. O “coronel” Ovídio influenciava o Correio do Sudoeste. (ENTREVISTADO A)

A orientação do jornal foi claramente *udenista* até 1953. O “Dr. Bandeira era udenista fanático”. Durante o ano de 1950, o jornal chegou a circular como “Órgão da União Democrática Nacional”, sob direção de Elídio Teles de Oliveira. Acredita que, nesse período, o jornal possa ter sido arrendado à UDN. A orientação somente mudou entre 1953 e 1954, quando o proprietário passou a ser Manoel Bonifácio Nunes da Cunha que havia fundado o PSP⁴⁸. (ENTREVISTADO M)

⁴⁷ Vários entrevistados interpretavam que a Rádio Difusora seria, na verdade, do Coronel Zelito, de seus filhos e de outros próceres da UDN. A análise dos documentos oficiais da empresa não comprova formalmente essa hipótese. Há, entretanto, uma convergência entre depoimentos de pessoas com real proximidade ao assunto que confirmam que a família Ribeiro foi titular de muitas ações da empresa, que ao final, foram doadas ao sócio majoritário Elídio Teles de Oliveira. De qualquer forma, a vinculação de Elídio Teles de Oliveira à UDN e à liderança do coronel Zelito era inquestionável. Garimpeiro em suas terras, autorizado a exercer a função de açougueiro para essa clientela, foi diretor do Jornal do Sul no período em que este foi “Órgão da União Democrática Nacional” e finalmente foi candidato a prefeito de Aquidauana, pela UDN, em 1958.

⁴⁸ Referência ao *Jornal do Sul*.

3.3.3 Ação de controle da paróquia

Outro centro de formação de opinião e de visão de mundo em Aquidauana era a Igreja Católica. Na história de Aquidauana, desde sua fundação, foi muito forte a ligação entre a Igreja e a elite fundadora e dirigente. A escolha do nome do povoado foi simultânea ao da escolha da sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição⁴⁹. Não raro, as administrações do povoado e da capela eram confundidas pelo fato de ambas serem constituídas pelo mesmo grupo de pessoas.

Fundada Aquidauna, construídas as primeira casas, seus moradores ergueram uma capela em frente à residência do coronel José Alves Ribeiro (Coronel Jejé) [...]. Em 5 de julho de 1899 reuniram-se [...] os cidadãos com a finalidade de ser criada a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Alto Aquidauna, que deveria completar a quantia necessária para a construção de uma nova capela [...]. Em 28 de agosto de 1904, com a capela já pronta, houve nova reunião da Irmandade, relatando a ata que a reunião foi realizada com a finalidade de ser liberada, da herança de Anacleto Rodrigues, a importância que ele se havia comprometido a pagar dos custos da construção da capela, juntamente com José Alves Ribeiro e João de Almeida Castro⁵⁰. [...] Nesta data a capela já se erguia no local onde hoje se encontra construída a igreja matriz [...]. (ROBBA, 1992, p.41)

Em abril de 1920, o bispo diocesano de Corumbá, a cuja circunscrição estava ligada Aquidauana, visitou a paróquia e constatou que a matriz era pequena demais e que não passava de uma capela-mor. Incentivou então o novo pároco a iniciar as obras da nova matriz. Para valorizar a liturgia, o “coronel” José Alves Ribeiro fez a oferta generosa das alfaías e apetrechos necessários para o culto sagrado na pequena Igreja, que se tornara matriz. A intendência municipal ajudou na construção do lindo templo em estilo neogótico (MIKUSZKA, 2009).

A presença física da igreja, concluída em 1930, era marcante na cidade. Além do belo prédio da matriz, em estilo gótico, o conjunto arquitetônico é composto ainda pela antiga Escola Paroquial⁵¹ e pelo prédio da antiga casa dos padres redentoristas⁵².

⁴⁹ Consta da ata da fundação, transcrita por Robba (1992).

⁵⁰ José Alves Ribeiro (Coronel Jejé) e João de Almeida Castro, os dois coronéis eram respectivamente chefes do Partido Republicano Mato-grossense e do Partido Conservador.

⁵¹ Onde veio a funcionar depois o Ginásio Imaculada Conceição (GIC).

⁵² Até aos dias de hoje, esse conjunto de prédios tem grande imponência e se constitui em um importante patrimônio arquitetônico da cidade.

Além de atender aos fiéis da cidade e dos distritos, os padres levavam seu trabalho religioso aos mais recônditos lugares do interior das fazendas, inclusive no Pantanal. Em muitas dessas fazendas existiam pequenas capelas onde rezavam missas e realizavam casamentos e batizados, quase sempre coletivos. Segundo depoimento do Entrevistado H, em algumas fazendas era declarado feriado nesses dias festivos.

Colocados diante da indagação se a Igreja atuava politicamente junto aos seus fiéis, houve um consenso majoritário entre os entrevistados de que a Igreja não tinha esse tipo de atuação, mantendo uma neutralidade nas disputas eleitorais, embora alguns entrevistados discordassem dessa visão, apontando um alinhamento político-eleitoral da instituição.

Não tinha neutralidade, tinha um alinhamento com os chefes da UDN. Atuava em bloco, mas discretamente, por baixo do pano, influenciando o movimento leigo católico: filhas-de-maria, congregados marianos etc. (ENTREVISTADO J)

Os ministros religiosos não eram políticos declarados em nenhuma facção, mas como as igrejas viviam dos recursos que os coronéis arranjavam, os padres eram, na prática, grandes cabos eleitorais (ENTREVISTADO C).

A Igreja sempre tomava partido, mas 'intramuros'. Ficou contra o Eloy⁵³. (ENTREVISTADO I)

O Redentoristas deixaram três marcas: a igrejinha do Limão Verde, linda, toda de pedra; a outra em Taunay; deixou também, grande marca nas áreas indígenas. Os políticos tinha que fazer acordo com os padres, tinham que passar por eles, mas eles decidiam de acordo com quem era o candidato, não levavam em conta o partido. (ENTREVISTADO P)

Mas, o papel essencial da Igreja não era simplesmente este da intervenção direta no processo político-eleitoral. A relação da Igreja com a ordem vigente, com o *status quo* "coronelistas" se dava pelo seu papel na formação e na reprodução da cultura conservadora na sociedade local.

A Igreja passou a desempenhar esse papel de campo de disputa de hegemonia quando as primeiras revoluções burguesas, com a *laicização* do Estado,

⁵³ Eleição em 1962, quando a UDN sofreu risco de derrota, disputando com o seu principal quadro eleitoral, Fernando Luiz Alves Ribeiro, filho do coronel Zelito. O contexto político nacional era de radicalização ideológica à esquerda, inclusive com forte componente "anti-imperialista". Muitos dos padres redentoristas de Aquidauana eram de origem norteamericana. A Igreja católica pouco tempo depois seria protagonista da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade"

transformaram-na de instituição pública em “instrumento privado de hegemonia” (COUTINHO, 1981).

Assim, o campo da Igreja passou a ser um espaço da luta ideológica. A burguesia, na medida em que criava os seus próprios intelectuais orgânicos, necessitava também conquistar os “intelectuais tradicionais” para a sua causa. A mais típica destas categorias de intelectuais é a dos eclesiásticos. A Igreja busca ser o intelectual das grandes massas, difundindo uma determinada concepção de mundo e organizando seus fiéis de acordo com sua concepção de mundo. Agindo como sustentáculo ideológico de um Estado calcado na luta de classes, ela procura ofuscar esse conteúdo. A Igreja não se propõe a tarefa de eliminar essa divisão entre dirigentes e dirigidos (PIMENTA, 1984).

Em Aquidauana, no período do presente estudo, a Igreja Católica cumpria esse papel. Na sua missão de unificar em uma só “doutrina” todo o seus fieis, sob a aparência de neutralidade, desempenhava, na essência, o papel de reproduzir a “cultura dominante”.

3.3.4 Ação de controle das escolas

Em 1913 funcionavam duas escolas públicas, uma masculina e outra feminina, dirigidas pelos professores Jorge Bodstein Filho e Corina Salasc Bodstein, com cerca de 50 alunos cada uma. Em 1915, instalou-se uma das escolas do Instituto Pestalozzi, dirigida por Arlindo Lima, transferida dois anos depois para Campo Grande, dando início ao Colégio Dom Bosco. Em 1921 foi criada a Escola Pública Mista Primária de Aquidauana, que funcionava na “margem esquerda” (ROBBA, 1992).

Até então, as escolas funcionavam em prédios adaptados. A primeira instituição escolar a funcionar em prédio construído especialmente para finalidade de ensino foi, o Grupo Escolar Antonio Correia, que funcionou a partir de 1924, atraindo professores para a formação das novas gerações, inclusive alguns provenientes de outras escolas do norte do Estado, de cidades como Cuiabá e

Cáceres. A cidade só implantou o ensino secundário em 1945, com a fundação do Ginásio Cândido Mariano⁵⁴ (ROBBA, 1992).

Além dessas escolas públicas, Aquidauana contou com diversas escolas particulares. Havia pelo menos quatro delas, quais sejam: a Escola São José, que funcionava em regime de internato, dirigida pela professora Nilzalina Pontes Lemos; a Escola XV de Agosto, das professoras Augusta e Íris Pereira de Souza; a Escola Paroquial, dirigida pelas freiras vicentinas, e o Ginásio Imaculada Conceição (GIC), dos padres redentoristas (ROBBA, 1992).

Esse sistema educacional era operado por um conjunto de professores que constituíram, à sua época, a nata intelectual da cidade – portanto, figuras que ficaram registradas na história local como cidadãos admirados e respeitados. A esses “professores de carreira” muitas vezes se juntavam profissionais ilustres das diversas formações, profissões universitárias, que exerciam suas atividades na cidade, como advogados, juízes, promotores padres etc. Grande parte desse segmento intelectualizado que atuava no sistema educacional tornou-se por longo tempo o grupo de “intelectuais orgânicos” do sistema de dominação coronelista, responsável pela formação cultural de diversas gerações de aquidauanenses.

Com relação à instituição escolar, a maioria dos entrevistados opinou que as diretoras não faziam o jogo da política local. Mas alguns entrevistados não concordavam com tal opinião, pois a dependência destas aos chefes políticos lhes impunha, como questão de sobrevivência no cargo, mesmo que não ostensivamente, a militância em favor do coronel patrono.

As diretoras de escolas eram trocadas se o partido delas perdesse a eleição [...]. As diretoras trabalhavam como cabos eleitorais. (ENTREVISTADO B)

As diretoras das escolas conviviam com as famílias dos alunos e tinham, portanto, uma ‘rede de penetração’ [...]. Essa era a importância dos diretores do ponto de vista dos grupos políticos. (ENTREVISTADO G)

As diretoras de escolas movimentavam muitas pessoas, famílias, por isso havia interesse eleitoral em nomeá-las. (ENTREVISTADO J)

⁵⁴ Esta escola foi implantada com recursos privados (Associação de Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado de São Paulo), subvencionado pelo Governo de Estado e pela Prefeitura Municipal, mas seu funcionamento, mediante contrato, se dava nos moldes do ensino oficial.

Entretanto, a essência do papel da escola não era percebida. O papel mais importante da diretora da escola não era esse do aliciamento político direto, era de gerir a escola como reprodutora da visão de mundo conservadora. A escola é uma das instituições mais importantes na reprodução da memória, é ela que estabelece um elo entre gerações e intervém no sentido de reforçar as relações sociais existentes. A história não cumpre uma função exclusivamente cognitiva, de construção do conhecimento pelo conhecimento. A reconstituição parcial e pragmática do passado adquire todas as formas de identificação coletiva, de explicação das origens, de legitimação da hierarquização social estabelecida, buscando-se dotar de significado a vida dos homens, das nações ou comunidades, e organizar o futuro imediato. A construção de uma memória histórica é uma necessidade característica do processo de afirmação identitária, em quaisquer de suas dimensões; ancora-se no passado e produz um saber que legitima determinados grupos, permitindo-lhes condições favoráveis nas disputas pelo poder e na imposição de suas representações (CASTRO, 2002).

3.4 MANDONISMO E CLIENTELISMO NO CORONELISMO AQUIDAUANENSE

O “coronelismo” em Aquidauna, com sua natureza de sistema político nacional, tinha fortes características mandonistas⁵⁵ e clientelistas⁵⁶. A característica mandonista se revelava na relação do “coronel” e dos fazendeiros, de modo geral, com seus dependentes econômicos. O mandonismo era o tipo de relação dominante “da porteira para dentro”. Já, externamente, na sua relação com a população urbana, prevalecia a característica clientelista, de trocas de mútuos interesses.

As manifestações dessas formas de relação não tinham limites absolutos, tanto dentro das fazendas como na cidade. Dentro das fazendas existiam também relações de trocas de natureza não econômica que se manifestavam, por exemplo, nas relações pessoais de compadrio, que reforçavam as relações de dependência. Já na cidade, se necessário fosse, especialmente nos momentos de disputa da

⁵⁵ Usado o conceito “mandonismo” (CARVALHO, 1997): o “coronel”, em função do controle da posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.

⁵⁶ Usado o conceito de “clientelismo” (CARVALHO, 1997): o “coronel” estabelece uma relação com a população que envolve concessão de benefícios públicos ou pessoais, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. O clientelismo é uma relação, bilateral, de trocas.

hegemonia política, a coerção era exercida, por exemplo, com a ameaça de demissões e de retaliações de diversas naturezas.

Portanto, dentro da fazenda, havia um tipo de dominação que combinava a coerção por meio de mandonismo para dirigir a fazenda, com o consenso obtido como aceitação e conformação do trabalhador rural por meio de relacionamento pessoal direto.

Várias manifestações dos entrevistados refletem essa realidade:

Os moradores das fazendas, geralmente tinham grande respeito pelos patrões e estes decidiam tudo, sob aconselhamento ou ordem. A vontade política era a do dono. (ENTREVISTADO C)

O coronel era padrinho de todos os casamentos e também dos filhos nascidos. [...] O capataz da Fazenda Taboco era padrinho do [filho do coronel Zelito]. Esse tipo de relação de apadrinhamento e parentesco criava a dependência política. (ENTREVISTADO J)

As relações de apadrinhamento, intimidade com o pessoal da fazenda acabou quando [um dos seus sucessores], um dia, comentou com o capataz que não gostava disso, de forma que nunca foi convidado para padrinho. (ENTREVISTADO H)

O coronel Zelito tinha muitos afilhados. Na cidade, dava muito dinheiro para as pessoas, ordem para comprar na Casa Rosa. (ENTREVISTADO H)

A força do coronel Trindade vinha mais de favores e amizades. Fazia 'assistência social' que o Estado não oferecia. [...] O Hospital de Aquidauana foi construído com recursos do Zelito (2/3) e do coronel Trindade (1/3). (ENTREVISTADO I)

O coronel Trindade tinha relação permanente com os eleitores, não apenas nas eleições. Mantinha relações de amizade, às vezes emprestava dinheiro e não cobrava. (ENTREVISTADO I)

O coronel Zelito também emprestava muito. As pessoas assinavam promissórias, ficavam todas numa gaveta. Um dia, perguntado ao coronel porque ele fazia aquilo, se sabia que nunca ia receber. O coronel respondeu que o sujeito fica sempre com o rabo preso, na minha mão, ele sempre vai lembrar que me deve e que eu posso cobrar. Essa técnica funcionava! (ENTREVISTADO H)

Os coronéis tinham maioria porque eles socorriam as pessoas e na eleição todo mundo ficava debaixo das asas deles. (ENTREVISTADO F)

De uma maneira geral, pode-se dizer que os “coronéis” faziam alguns sacrifícios de natureza econômica e mesmo social, às necessidades das classes subalternas, para destas se tornarem credores, como forma de conseguir sua adesão. Os coronéis, no geral, cultivavam relações pessoais diretas com a população, reforçando seu poder de sedução eleitoral.

4 PODER E DESENVOLVIMENTO EM AQUIDAUANA

O objetivo deste capítulo é refletir a respeito da natureza do poder e sua correlação com o desenvolvimento de Aquidauana no período democrático entre 1945 e 1965.

São trabalhados conceitos relacionados ao poder, ao local e ao desenvolvimento, num olhar retrospectivo sobre o passado vivido pela população de Aquidauana, para em seguida se rever seus novos significados em contextos mais contemporâneos. Sem a devida contextualização, tais conceitos tornam-se estéreis e limitados. É nesse sentido que, embora o objeto desse estudo esteja no passado, baseia-se em conceitos utilizados no presente, tensionados por visões relacionadas a novos contextos.

A “leitura moderna” não tem capacidade de fornecer elementos válidos de análise se não se recorrer ao entendimento do conceito anterior. O conceito de “poder local”, segundo Carneiro e Oliveira (2011) é levado ao debate político naquilo que tem de mais genérico. Também o “desenvolvimento local”, segundo Franco (2002) é concepção antiga, que vem sendo dotada de nova qualidade, com visões e concepções desenvolvidas a partir do final da década de 80 do século passado e que, de um modo geral, continuam sendo reelaboradas.

O conceito de “local”, formulado com a contribuição de diferentes áreas do conhecimento (geografia, antropologia, sociologia, história, entre outras) tem ganhado novos significados num contexto mais recente da globalização. Para Santos (1994, p.15), “a aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também acrescentou novos itens à história”. Essa nova realidade tem contribuído para o repensar do conceito sobre o “local”, que, desse modo, ganha novos significados.

Assim, o conhecimento toma necessariamente o caráter de um processo infinito, que se constitui não apenas da simples adição quantitativa de novos conhecimentos, e sim de transformações qualitativas dadas por sua reinserção histórica constante em novos contextos. O conhecimento efetivo é fruto de processo histórico em sua totalidade, razão pela qual a variabilidade da visão histórica é uma necessidade (SCHAFF, 1987).

É preciso lembrar, portanto, de acordo com Prado Júnior (1969), que os “conceitos nunca se apresentam como elementos isolados e estáticos, mas com um conjunto [...] dotado de um dinamismo ininterrupto que modifica constantemente”.

4.1 PODER E PODER LOCAL

Dentro de uma formulação mais genérica, “poder” representa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Se tomarmos esse significado no campo da vida social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o “poder” torna-se mais preciso e seu espaço conceitual; refere-se, principalmente, à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. O homem, assim, é não só sujeito, mas objeto do poder na vida social e o “poder” pode ser caracterizado como uma relação essencial da vida em sociedade, tal como a conhecemos até hoje (STOPPINO, 1992).

As visões sobre o poder variaram no tempo e de acordo à situação e cultura dos territórios vivenciados pelos pensadores, cada qual ao seu tempo. Se Platão identificou o poder na capacidade de raciocínio dos filósofos como forma de sanar injustiças, Aristóteles, ao vivenciar novos mundos, atribuiu esse poder político racional e ético a uma constituição.

Se no Renascimento, Maquiavel apontou a necessidade do poder político absoluto ao soberano para articular os feudos na construção de um Estado único, Jean Bodin, que conheceu o Estado constituído, viu no poder soberano do monarca sobre um território físico e demarcado, com autonomia internacional, a forma de garantir a unidade e coesão social num Estado (GRUPPI, 1980).

Hobbes, que pôde vivenciar o papel do contrato na luta competitiva acirrada do mercantilismo inglês, concebeu o contrato no âmbito do Estado como fonte de legitimação do poder. De outro lado, seu contemporâneo Rousseau, originário de uma democrática sociedade local suíça, questionou a oposição que o contrato social estabelecia entre o Estado e a sociedade civil, propondo a concepção democrático-burguesa de igualdade diante da lei. Os alemães Kant e Hegel, com base em suas próprias experiências, atribuíram os direitos de liberdade e igualdade dos indivíduos, assim como o poder político, à soberania do povo, embora ambos atribíssem à Constituição de Estado a forma de garanti-los. A Kant isso apareceria como um poder de vigilância e a Hegel, numa dialética histórica estabelecida entre sociedade civil e Estado, via Constituição como o espírito da razão universal (GRUPPI, 1980).

As concepções de Hegel acabaram sendo reinterpretadas por Marx, na vigência da exploração de força de trabalho do sistema capitalista industrial inglês. Viu as condições materiais como efetiva definidora do Estado e que as funções exercidas por este não passavam de uma forma de fazer valer os interesses de uma classe dominante, real detentora do poder político. Seu contemporâneo Engels reafirmou suas ideias, concebeu um Estado nascido na sociedade, em um contexto de classes sociais de interesses colidentes, colocando-se apenas aparentemente acima delas na garantia da ordem (PEREIRA e LE BOURLEGAT, 2012).

Por fim, para Gramsci, que vivenciou o fascismo italiano no período da Segunda Revolução Industrial, o poder das classes hegemônicas não se constituía no controle da economia, mas por meio de estruturas políticas e culturais complexas, quando obtinha do restante da sociedade o consenso para seu projeto de sociedade. Este autor é a principal referência para este trabalho e suas formulações foram desenvolvidas e serviram de base para a análise do poder político do coronelismo em Aquidauana (1945-1965), no terceiro capítulo deste trabalho.

Bobbio⁵⁷ *apud* Silva (2009) apresenta uma análise sobre os “meios” de que usa o poder e os “efeitos” destes decorrentes. O critério do meio permite uma

⁵⁷ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, São Paulo, 1985.

tipologia fundada nos poderes sociais: o econômico (da riqueza), o ideológico (saber) e o político (da força). Definido o poder político como aquele sustentado pela força, os demais se apresentam como se segue: O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. As três formas de poder contribuem para manter sociedades desiguais, produzindo ricos e pobres, sábios e ignorantes e fortes e fracos.

Apresentada a noção de poder e sua gênese, para o objetivo deste trabalho é importante tratar da noção de “poder local”.

Em uma primeira aproximação, a noção de “poder local” é encontrada na literatura como simples descrição de como se organizava o poder em determinada localidade. Assim, a expressão foi muito usada para descrever a afirmação da força dos “coronéis” nos pequenos municípios do interior do país. De fato, o “coronelismo” ainda que fosse um “sistema” organizador da vida política nacional, conforme aponta Leal (1997), se manifestava localmente, especialmente nas pequenas cidades ruralizadas do interior brasileiro. Portanto atuava num reduzido cenário do governo local.

Para Santin (2007, p.324), “a noção histórica de Poder Local no Brasil está vinculada ao coronelismo, patrimonialismo e personalismo no exercício do poder político”. Também para Vainer⁵⁸ *apud* Silva (2009) “o localismo e o municipalismo quase sempre estiveram associados ao mandonismo local e ao coronelismo”, situação que só começou a mudar no final dos anos 70 do século passado.

⁵⁸ VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas**: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, ano XV, n.2, ago.-dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan.-jul. 2002, p.13-32.

Outra ideia associada tradicionalmente ao “poder local” no Brasil é a da escala municipal. Embora o conceito de “local” seja mais amplo, visto como espaço socialmente construído, com identidade cultural, com sentimento de “pertencimento”, portanto, podendo se referir a territórios mais ou menos amplos que os municípios (condomínio, rua, bairro, cidade, região).

No Brasil, o conceito de “poder local” na escala municipal foi institucionalizado desde a Carta Magna de 1824, quando os municípios foram transformados em unidades básicas da administração. As câmaras das cidades e vilas tornaram-se os únicos órgãos administrativos de representação popular, tradição mantida nas constituições republicanas.

Essa primeira aproximação da noção de poder local tem sido crescentemente enriquecida, disso decorrendo uma “resignificação” que coloca o “poder local” em outro patamar conceitual.

Com base na noção de “poder” e de “local”, pode-se pensar na noção de “poder local”, agora amparada na ideia de que a conjugação dos dois conceitos cria uma qualidade nova que supera dialeticamente a simples soma de cada um deles. Desse modo, o “poder local” não é simplesmente o “poder” no “local”, mas um conceito novo que responde e explica novos contextos surgidos na dinâmica da vida social. As primeiras formulações foram sendo tensionadas pelo surgimento, na sociedade, de mudanças de paradigmas que refletem novas relações humanas em organizações cada vez mais complexas.

Para os autores ligados a essa corrente de redefinição do conceito, a nova concepção de poder local vem emergindo no contexto de experiências vividas de processos de autogestão em territórios de alguns países europeus, muitas vezes em momentos especiais de rupturas políticas. Algumas referências são clássicas como a Itália no pós-guerra e Portugal após a Revolução dos Cravos (abril de 1974).

O caso italiano, relatado na literatura por Guareschi⁵⁹, quando este descreve a vida em Brescello, uma aldeia da Emilia Romagna, no vale do Pó, após a

⁵⁹ Giovanni Guareschi era um escritor comunista, autor de várias obras sobre esse tema como, entre outras, *Don Camilo e seu pequeno mundo*, *Don Camilo e o seu rebanho*, *O regresso de Don Camilo*; *Don Camilo em Moscovo*, *Don Camilo e os cabeludos*.

derrota dos fascistas, é esclarecedor nesse sentido. Narra a descida das montanhas dos *partisans*, comunistas, que de imediato ocupam a prefeitura com o prefeito “operário” Peppone. De outro lado, os democrata-cristãos são liderados pelo pároco Don Camilo que se assegura da posse da Igreja local. Trata-se, de acordo com a abordagem gramsciana, de um momento de vazio de poder, situação criada no fim da guerra, que cria oportunidade a uma “guerra de posições” na construção de uma nova hegemonia política. Esse processo se dá com base no reforço das relações com a sociedade local, marcadamente católica.

O poder local representou, segundo Fernandes (1992), uma das maiores conquistas do processo de consolidação da democracia em Portugal após a Revolução de Abril de 1974. Chama a atenção, entretanto, para o processo de mudanças pelo qual ele passou com a institucionalização da revolução. No início, o poder local era caracterizado pela mobilização das populações e por seu despertar para a participação política por meio da democracia direta. A soberania não era delegada. Os cidadãos participavam diretamente no governo da comunidade, a exemplo da *polis* grega⁶⁰. Essa estrutura, baseada no forte poder das “assembleias” inicialmente respondeu às necessidades de base e à melhoria das suas condições de vida da população. Mas numa segunda fase, segundo esse autor, houve diminuição do empenho ideológico e partidário e arrefeceu o entusiasmo criado pela Revolução. A necessidade de resolução de alguns problemas imediatos e inadiáveis de caráter estrutural conduziu ao fortalecimento dos órgãos executivos (juntas de freguesia e câmaras municipais). Também conduziu à mudança de presidente de câmara para a de formação de quadros com maior capacidade de gestão e com maior caráter técnico-programático.

Já no Brasil, o processo de participação popular no poder, mediante a criação de conselhos, ainda é incipiente. Para Rodrigues (2010), as experiências de criação de mecanismos de participação popular na tomada de decisões são recentes e cita como pioneiras, no final da década de 1970, as administrações de Lajes (SC), Boa Esperança (RS) e Piracicaba (SP).

⁶⁰ Em Portugal, os órgãos do poder local foram consagrados na Constituição desde 1976. As assembleias de freguesia e as assembleias municipais são os órgãos deliberativos e as câmaras municipais e as juntas de freguesia são os órgãos executivos. Disponível em: <<http://www.portautarquico.pt/portautarquico/Section.aspx>>. Acesso em: 6 out. 2012.

O “poder local” no Brasil passou por fases críticas em termos sociais e institucionais (SPINK, 2001). Até poucos anos, poder local, município e cidadania apresentavam significados distintos, para não dizer dissociados. O primeiro se referia à oligarquia de mando; o segundo a um território físico e o terceiro a um jogo simbólico de ter, mas não ter – caracterizado pela obrigação de voto para os letrados e por uma prática de desigualdades e exclusão no dia-a-dia patrimonialista. Tratava-se de uma conjuntura em que governar e ser governado aparecia como duas categorias separadas e socialmente determinadas (SPINK, 2000). A Constituição Federal de 1988, independentemente de sua falta de efetividade operacional em muitos campos, sinalizou um claro desejo de reconfiguração desses elementos. Busca-se cada vez mais um poder local pelo menos parcialmente enraizado num município institucional – e não simplesmente territorial – e uma cidadania cada vez mais ativa. Os interesses oligárquicos continuam a disputar os espaços de significação e poder. Pelo menos aceitam perdê-lo de tempos em tempos, reconhecendo assim – mesmo que de forma embrionária – as regras iniciais de uma prática democrática. Conclui assinalando que a construção do poder local é um processo contínuo e sócio-histórico de disputa, conquista e ressignificação.

A grande discussão que se dá hoje em torno do “poder local” é exatamente essa de sua ressignificação no contexto da complexidade da sociedade contemporânea e de aceleração do seu processo de mudança no mundo globalizado.

A ressignificação do “poder local”, segundo Carneiro e Oliveira (2010), se dá nesse novo contexto de atores políticos nos padrões de governança democrática. Nesse caso, procura-se entender como essa nova condição pode impulsionar a revisão do “poder local” nas relações tradicionais de dominação e subordinação. De acordo Fisher⁶¹ *apud* Silva (2009, p.70), nessas novas condições dadas pela globalização, o “poder local” aparece como um

[...] conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto.

⁶¹ FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4, 1992, p.105-113.

Para Dowbor (1999), o poder local supõe criação de capacidade de autotransformação econômica e social, no município ou região. Está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas.

Com base nas atuais discussões a respeito de poder e do poder local, pode-se inferir que esses conceitos vêm se transformando, em um processo dialético de autossuperação contínua, consideradas as atuais bandeiras de transformação dos paradigmas da organização política da sociedade.

4.2 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O “desenvolvimento”, quando analisado por sua etimologia, tem seu significado vinculado à associação dos termos “des + envolvimento”, que quer dizer “sair do envolvimento”, ou se, de algo em que esteja envolvido. É a ideia de se desenrolar de algo.

4.2.1 Concepção de desenvolvimento na racionalidade moderna

Na racionalidade moderna do pensamento positivista, o termo “desenvolvimento” ganhou a conotação de crescimento, aumento, incremento, ou ainda passou a ser visto como sinônimo de amadurecimento, avanço, prosperidade.

Os conceitos clássicos de desenvolvimento, dessa época, segundo Levy e Joyal (2011), foram formulados, principalmente nas grandes universidades norte-americanas, numa visão linear de “progresso”, construída com base no avesso de sua própria imagem, ou seja, no que se entendia por “subdesenvolvimento”. Foi concebido numa visão instrumental, ou seja, baseado num processo dotado de meios operacionais (instrumentais) para transferir a receita do progresso em benefício dos países subdesenvolvidos (LEVY e JOYAL, 2011).

A ideia de países subdesenvolvidos ficou vinculada à concepção de atraso, numa curva de evolução de progresso, em relação aos países industriais. Para Fontan e Freire (2011), estudos como os de Rostow levaram à crença da necessidade de uma série de etapas a serem percorridas pelas sociedades tradicionais rumo ao estágio superior dos países industriais. Essa visão contribuiu

para se criar uma representação linear e universalizante do processo de evolução social e reduziu a complexidade do desenvolvimento à dimensão apenas econômica.

Buscando fundamentar essa discussão sobre desenvolvimento no referencial teórico do materialismo dialético, remete-se à análise da “lei da negação da negação” já desenvolvida no primeiro capítulo. Em qualquer esfera da realidade, seja material ou social, ocorre constantemente o processo de esgotamento do velho, e o aparecimento do novo. A substituição do velho pelo novo é o desenvolvimento

Essa é a abordagem de desenvolvimento defendida por Kumpfer (2012), para quem a essência do pensamento desenvolvimentista não pode se reduzir a uma simples noção de crescimento da renda total ou da renda *per capita*. O pensamento desenvolvimentista, nesse caso, se organiza em torno da ideia-força de que desenvolvimento implica em crescimento com mudança estrutural. Para esse autor, ao longo do tempo, a mudança estrutural vai sendo dotada de novos contornos, sendo ela a essência do processo de desenvolvimento. Na visão desenvolvimentista anterior, o processo de crescimento que levava à mudança estrutural relacionava-se ao aumento do peso da atividade industrial e, dentro dela, uma expansão dos segmentos mais capazes de incorporar o progresso técnico. Mais recentemente na chamada “era do conhecimento”, as ideias associadas à mudança estrutural têm incorporado a dimensão imaterial ou intangível para se entender a realidade em movimento, como também tem valorizado a sustentabilidade e a eco-eficiência. De um modo geral, se passou a diferenciar a noção de crescimento econômico como mera expansão do produto interno bruto (total ou *per capita*), da noção de desenvolvimento, que exige a mudança estrutural e retira a realidade vivida de sua condição de subdesenvolvimento.

4.2.2 Desenvolvimento local

Para se entender a emergência do conceito de desenvolvimento local, é preciso remontar à análise do processo de desenvolvimento até os anos 1970. Até então, o modelo de desenvolvimento surgido no pós-guerra – o fordismo – parecia solidamente implantado e inabalável, fundado no tripé: abundância de recursos

naturais (e energéticos), aumento da produtividade do trabalho e presença do Estado de Bem-Estar (ou estado desenvolvimentista, no Brasil).

No fundamental, o fordismo se diferencia da fase anterior do capitalismo pela extraordinária expansão do consumo da população, ampliando os mercados e a demanda por produtos das novas indústrias. Por conta disso, convive com um conflito entre os interesses privados das empresas – busca de baixos salários para aumentar a lucratividade – e os interesses coletivos – necessitando de alguma forma de distribuição de riqueza para elevação da demanda e do consumo de massa (BUARQUE, 1999).

Na década de 1970, este modelo de desenvolvimento começa a declinar num esgotamento dos seus postulados centrais. Os abalos da crise do petróleo sinalizaram a limitação dos recursos naturais, paralelamente a um estancamento do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho. Deveu-se, em grande parte, à rigidez dos sistemas de regulação, à deterioração financeira do Estado de Bem-Estar Social e à incapacidade desse modelo promover a equidade social. No Brasil essa deterioração se manifestou na falência do sistema centralizado de promoção da modernização e da industrialização, com a aceleração do endividamento público e externo.

Do interior do fordismo em crise, emergem novos processos e inovações que conduzem ao novo paradigma de desenvolvimento tensionado pela aceleração da revolução tecnológica e organizacional, com seus desdobramentos políticos e sociais. Um novo paradigma se afirma, demandando novas concepções e percepções que tornam viáveis novas propostas de organização da economia e da sociedade. O desenvolvimento sustentável surge e se afirma como uma proposta diferenciada e viável, não mais como utopia, diante dos avanços científicos, tecnológicos e organizacionais. Caracteriza-se como transição do paradigma da sociedade industrial para a futura sociedade da informação e do conhecimento (BUARQUE, 1999).

No início da década de 1980, diante da crise da dívida externa, passou-se a considerar que o excessivo intervencionismo do Estado, as formas burocráticas de gestão, o desperdício e a ineficácia na utilização dos recursos do setor público

constituíam os principais fatores da incapacidade deste de manter o crescimento econômico e assegurar o bem-estar à maioria da população. A rigidez institucional do Estado freava o dinamismo e as mudanças necessárias (LEVY e JOYAL, 2011).

A contradição entre os novos paradigmas produtivos, encetados pela revolução científica e tecnológica, e a forma de organização dos Estados nacionais se tornou patente, tanto no ocidente capitalista como nos países do socialismo real. A descrição e análise sobre os problemas enfrentados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na década de 1980, quando o líder soviético Mikhail Gorbachev passou a optar pela política de “perestroika”⁶², não deixa dúvida de que o processo esgotamento do paradigma da revolução industrial era universal. A mudança se impunha como necessária e inevitável.

Na segunda metade dos anos 70 do século passado, a URSS começou a perder impulso, mediante insucessos econômicos frequentes e a multiplicação de problemas não solúveis. O desenvolvimento sócio econômico começava a ser freado, em um momento em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social. “Uma enorme roda de uma potente máquina entrava em ação, porém a energia gerada se perdia nos canais transmissores ou o acionamento deles era frouxo” (GORBATCHEV, 1987, p.17). Um país que antes estivera alcançando rapidamente as nações mais avançadas do mundo começava a perder posição (GORBATCHEV, 1987). A política de crescimento do produto bruto, principalmente da indústria pesada, passou a ser tarefa de máxima prioridade e um fim em si mesma, fazendo com que grande parte da riqueza nacional se tornasse capital ocioso. Os projetos, considerados caros, nunca atingiam elevados padrões científicos ou tecnológicos. Foi dada prioridade ao fator quantitativo, conduzindo ao aumento do uso de recursos naturais e energia. A URSS, maior produtor mundial de aço, matérias-primas, combustíveis e energia, apresentava escassez de recursos por causa do uso ineficiente ou ao desperdício. Deixou-se de utilizar o potencial do socialismo em sua totalidade para satisfazer às exigências crescentes de habitação, alimentos (qualidade e, algumas vezes quantidade), transporte, assistência médica, educação e outros problemas que

⁶² O processo de mudança proposto na URSS por Gorbachov assentava-se em três pilares: a *glasnost* (democratização), a *perestroika* (reestruturação produtiva) e a *uskoreníe* (aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico).

surgiram no curso do desenvolvimento social. Infelizmente, isso não é tudo. Iniciou-se uma gradual erosão dos valores ideológicos e morais do nosso povo (GORBATCHEV, 1987).

No ocidente capitalista as reformas efetuadas mediante pressupostos neoliberais solaparam a legitimidade do Estado-Nação. Na URSS as tentativas de autorreforma, representada pela “perestroika” conduziram ao desmoronamento do Estado centralizador.

No ocidente, sob patrocínio do Banco Mundial, desenvolveu-se o discurso sobre a “boa governança”, conceito mais amplo que o conceito de governo. Esta visão leva em conta não apenas as instituições formais do Estado como *locus* do poder político, mas também tudo que se engloba sob o domínio público ou que provém da sociedade. Os objetivos visados por essa governança são a reforma do Estado, a descentralização, a consolidação da sociedade civil, a democracia e a promoção do mercado. Apontou-se para uma maior proximidade entre poderes e atores, para mais celeridade e flexibilidade nas decisões públicas e para um maior controle local sobre os resultados das escolhas pública (LEVY e JOYAL, 2011).

Mas, também, as bases da sociedade começaram a questionar a relação Estado-Sociedade, ao mesmo tempo em que as tentativas de explicar o processo social alicerçado na “base econômica” da sociedade começam a revelar sua inconsistência. Nos anos 1990 intensificaram-se os questionamentos ao velho paradigma científico, baseado em modelos de causalidade unívoca e padrões de relações lineares, que encaram o desenvolvimento social como resultado do crescimento econômico. Foi o advento das teorias da complexidade e das teorias do capital social. Começou-se a perceber que sem acumular determinado “estoque” de capital social, as sociedades teriam grande dificuldade para se expandir economicamente e atingir a chamada “prosperidade” e o bem-estar.

Foi nesse novo contexto, mediante ideias surgidas ainda dentro do paradigma anterior, que emergiram os debates a respeito da concepção de “desenvolvimento econômico local”, que acabou se afirmando como “desenvolvimento local”, numa nova perspectiva fundada na concepção de capital social (FRANCO, 2002).

O desenvolvimento local, segundo Caldas e Martins (2007), tornou-se um conceito controverso e pouco consensual, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais torna-se uma tarefa, no mínimo difícil.

Na caracterização da realidade que se coloca nos novos contextos da globalização e exigem novos desafios, Aragão (2011) aponta as novas abordagens teóricas e novas estratégias alternativas, como: i) desenvolvimento comunitário (ONU); ii) desenvolvimento centrado na satisfação das necessidades básicas (OIT); iii) outro desenvolvimento (ABONG); iv) desenvolvimento sustentável (Comissão Brundtland – ONU); v) desenvolvimento fundamentado na base; vi) desenvolvimento centrado nas pessoas; vii) desenvolvimento local endógeno; viii) desenvolvimento humano (PNUD); ix) desenvolvimento territorial (MDA). Essas alternativas, com maior ou menor ênfase, comprometem-se em integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, girando, portanto, em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto complexo, mais do que procurar encontrar consensos conceituais e metodológicos não existentes, parece adequado tentar sistematizar um conjunto de “ideias-força” que permeiam as formulações sobre o desenvolvimento local.

i. Protagonismo local:

- Desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ no sentido de ela mesma, incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar o aproveitamento dos potenciais próprios e de insumos externos, visando à busca de soluções para os seus problemas, necessidades e aspirações (ÁVILA, 2006).
- A escala territorial em que se constroem as relações vivenciais ainda se mostra como a mais propícia para se promoverem inovações na

sustentabilidade humana, capazes de ampliar seu grau de autonomia (LE BOURLEGAT, 2011).

ii. Sustentabilidade sistêmica

- Para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2012).
- É preciso uma junção mais equilibrada dos fatores de produção – menos capital, mais conhecimento – uma organização do território mais harmoniosa, um espaço privilegiado reservado à atividade criativa dos homens, a eliminação do desperdício formado pela ociosidade forçada dos desempregados e subempregados e a busca da harmonia com a natureza (SACHS, 1990).
- A elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais; a eficiência e o crescimento econômico constituem pré-requisitos fundamentais; a conservação ambiental é um condicionante sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras (BUARQUE, 1999).

iii. Nova governança

- O governo não é um simples provedor de recursos ou serviços, mas fundamentalmente um representante da cidade, de suas necessidades e desafios. A ele cabe tudo o que preocupa a cidadania e por isso ele assume o papel de estruturador da capacidade de organização e ação da cidade (ESTEVE, 2009).
- Os APLs e SPLs podem ser definidos pelo território que ocupam, muitas vezes, mas não necessariamente, limitado a alguns municípios, e pela rede de relações que existe entre os seus membros. Essa rede pode ser caracterizada como um sistema de governança, que permite o

relacionamento entre os diferentes atores do setor produtivo e entre os atores do setor produtivo e as organizações de apoio, tais como universidades, associações, bancos, entidades públicas (VILPOUX e OLIVEIRA, 2010).

iv. Cultura de cooperação sistêmica

- A cooperação e a cooperatividade sistêmica são elementos sem os quais a competição e a competitividade sistêmica levam ao crescimento concentrador e, portanto a crescimento sem desenvolvimento (FRANCO, 2002).
- O capital social é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Existe uma estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações (MARTELETO e SILVA, 2004).

v. Integração no sistema mundo

- A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização (SANTOS, 1999, p,16).
- Neste jogo entre o local e o global não se trata apenas de uma globalização homogeneizadora, que padroniza as desigualdades, e de localismos diferenciadores que resistem, promovendo a heterogeneização. Sabemos que condições originalmente locais podem se tornar globais e que a própria globalização pode recriar ou reinventar o local (HAESBAERT, 1999).

4.3 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM AQUIDAUNA

O desenvolvimento em Aquidauana, para ser compreendido no período focado pela pesquisa (1945-1965), houve necessidade de se retroagir às origens de sua fundação, considerada seminal para o desencadeamento do processo dominante na etapa analisada.

4.3.1 O impulso fundador

A história da fundação de Aquidauana é disputada por pelo menos duas versões⁶³. Quem são os verdadeiros fundadores da cidade? Esta disputa se dá dentro de uma lógica que entende a história como relato das realizações dos grandes homens. Entretanto, essas disputas entre forças oligárquicas locais têm mero caráter doméstico, passando ao largo de questões mais relevantes como as que explicam o processo de captação dessa região pela economia capitalista que tinha São Paulo como polo, em disputa com a economia platina, que já dominava a vida na região do Pantanal (NEVES, 2007).

A ata da fundação do povoado, que se transformou na referência “oficial”, relata a eleição de cinco membros para compor a Comissão Diretora encarregada de organizar as providências iniciais para implantação núcleo. O major Theodoro Rondon, os coronéis Augusto Mascarenhas, Estevão Alves Correa, João de Almeida Castro e Manoel Antônio de Barros foram, nesse caso, as pessoas escolhidas, consideradas e festejadas oficialmente como as fundadoras do povoado (CASTRO, 1913).

No entanto, segundo Neves (2007), é incorreta a sobrevalorização desses líderes quando se reporta ao conjunto de 60 a 65 pessoas que participaram da reunião de fundação e/ou da aquisição dos lotes para a formação do povoado. Para

⁶³ Segundo a autora, essa disputa, pela ideia da criação do povoado presente nos relatos orais, se transformou em uma briga de família envolvendo os Alves Ribeiro (José Alves Ribeiro, o Coronel Jeje) e os Alves Corrêa (os irmãos Francisco e Estevão Alves Correa, este último presente na Comissão Diretora criada no ato da fundação).

a autora todas essas pessoas podem ser consideradas fundadoras de Aquidauana⁶⁴.

Outra referência importante para caracterização da fundação como um ato coletivo mais amplo pode ser vista no documento de registro de posse da área do povoado na Intendência de Miranda, citado pela mesma autora:

Registro da posse denominada “Aquidauna” – o Major João Augusto da Costa Leite, intendente do Município de Miranda – Faço saber aos que o presente título virem, que, Havendo os Cidadãos, Capitão Augusto Mascarenhas; Tenente-Coronel Estevão Alves Corrêa, Capitão João de Almeida Castro, Capitão Manoel Antonio de Barros e Tenente Theodoro Rondon, Membros da Diretoria eleita pela *Sociedade Fundadora do Povoado de nossa Senhora da Conceição do Alto Aquidauana*, me foi requerido ⁶⁵[...] (NEVES, 2007, p.89)⁶⁶

O mito dos cinco fundadores, sempre reproduzido na história oficial e festejado nos atos cívicos da cidade, segundo Castro (2002), revela mecanismos de representações sociais que contribuem para a crença no direito “natural” ao poder por parte de determinados grupos sociais que traçam o futuro da coletividade. Para Neves (2007), em Aquidauana esse suposto direito é atribuído aos herdeiros ou simpatizantes políticos dos “fundadores” da cidade, na definição de projetos, caminhos e prioridades para o conjunto da sociedade. A esses líderes é atribuída uma função “civilizadora” de ocupação dos “sertões selvagens” que eram mera “terra de índio”. Aponta ainda que por essa via predomina a construção de uma história sem tensões, conflitos, contradições e confrontos que permeiam o processo histórico, no qual as relações sociais são construídas de modo vertical e hierarquizado, como reflexo da sua base estrutural.

Nas entrevistas feitas a moradores locais é possível averiguar que a valorização dos fundadores se dá em Aquidauna de forma polêmica:

Não existe culto dos fundadores, não; pelo contrário, até são pouco valorizados porque não eram os “coronéis” poderosos da cidade. Até pelo contrário, não se dá o valor que eles deveriam ter. (ENTREVISTADO P)

⁶⁴ Entre esses “fundadores” já se encontravam o Coronel Jeje (representado pelo filho José Alves Ribeiro, Zelito) e Antônio I. Trindade (pai do Coronel Antônio Trindade), cujos filhos vão ser importantes lideranças políticas no período entre 1945 e 1965.

⁶⁵ Grifo do autor.

⁶⁶ A autora cita o registro de posse do terreno na Intendência de Miranda.

Foram bem aceitos os cinco como fundadores porque eles tinham representatividade, pois foram eleitos pela comunidade para dirigir a Sociedade Fundadora, por isso são reverenciados até hoje. (ENTREVISTADO S)

No plano da discussão da natureza do desenvolvimento do povoado, um dos interesses da pesquisa foi indagar a respeito da internalização⁶⁷ do processo capitalista nessa região. Nesse aspecto, destaquem-se as afirmações de Neves (2007) sobre o papel econômico exercido pelo Pantanal, onde se inseria Aquidauana, de abastecedor em mercadorias para São Paulo, ocupando situação de polo regional no atendimento a esse território capitalista em formação. No entanto, conforme lembra a autora, o capitalismo paulista, construído com a exportação de café, ainda não contava com força organizadora suficiente para modificar radicalmente as áreas sob a sua influência. Nesse sentido, para ela, os conceitos de “classe” e de “luta de classes” nem sempre se revelaram os mais adequados para interpretação da realidade social de Aquidauana da época.

Nesse aspecto, é importante lembrar que para a construção da hegemonia de uma determinada classe social, conforme afirmava Gramsci (1978, p.17), é necessário que essa tenha “um contato sentimental e ideológico com [...] as multidões e, numa certa medida, simpatia e compreensão de suas necessidades e exigências”. Essa formulação orienta a interpretação do caso aquidauanense, sobre uma hegemonia dos fazendeiros construída na condução do processo histórico de fundação da cidade, em certa medida, incorporando os interesses dos segmentos subalternos, para conseguir a necessária legitimação⁶⁸.

Faz-se necessário, então, identificar melhor, socialmente, esse agrupamento de pessoas que participou da fundação do povoado e dos primeiros tempos da sua organização. Essa matéria parece ser ainda um campo aberto para a pesquisa acadêmica, já que os próprios memorialistas que sistematizaram informações orais não fornecem também muitos elementos. De todo modo, Neves

⁶⁷ A preocupação com essa temática se ampara na ideia de que o desenvolvimento é um processo interno, de autotransformação do objeto, no caso, do povoado de Aquidauana. Os fatores exógenos, mesmo que importantes e determinantes, precisam ser internalizados para provocar esse automovimento do objeto.

⁶⁸ Não se refere às comunidades indígenas, cujas terras já tinham sido incorporadas pela “civilização” do latifúndio e que ficaram “esquecidas” na história oficial.

(2007), se reporta a esse grupo de fundadores, como de alguma forma, vinculado a propriedades rurais.

Não se pode, pela documentação existente, garantir que todos os fundadores fossem proprietários de terras, contudo, a maioria o era, tanto que eles são genericamente designados como fazendeiros, sertanistas, criadores, etc. o que indica vinculações a propriedades rurais em geral e a pecuária, em particular. (NEVES, 2007, p.103)

Também Castro (1913, p.1) se refere a eles como “fazendeiros e pessoas residentes na vila de Miranda”, informação essa que se encontra também na clássica obra “Álbum Graphico, do Estado de Matto-Grosso” (1914). No entanto, Robba (1992), ao apresentar o perfil biográfico dos cinco fundadores, aponta como fazendeiros apenas três deles: Estevão Alves Correia, Augusto Ferreira Mascarenhas e Manuel Antônio Paes de Barros. João de Almeida Castro é identificado como comerciante, que acabou ocupando várias funções públicas, tais como juiz de paz, agente dos correios, delegado de polícia, juiz de direito e professor. Teodoro Rondon, citado como “idealizador da vila”, também foi identificado como sertanista e primeiro professor do povoado.

É preciso considerar que a pequena vila, logo após a fundação, teve o poder de atrair muitas pessoas. Não só estas, portanto, ajudaram a construir o processo de desenvolvimento, como diversas camadas sociais que se distribuíam em vários tipos de ocupações e categorias profissionais em Aquidauana, no início do século XX. O dinamismo do crescimento de Aquidauana nesse período pode ser avaliado por meio da descrição dos empreendimentos e pelo comentário acerca da variedade de atividades profissionais existentes, feito por Castro (1913), levando essa cidade a superar aquela de Campo Grande:

Para julgar o desenvolvimento rápido e progressivo desta Vila, basta considerar que, fundada apenas a 20 anos, possui já os seguintes dados estatísticos: 200 casas de construção de alvenaria de tijolos, todas de boa aparência, além de outras de menor importância. Acham-se em construção, algumas prestes a concluir, mais de 30 casas. Existem 45 casas comerciais, sendo 8 de primeira classe, 12 de segunda e 25 de terceira. Há 11 carpintarias, 5 marcenarias, 5 olarias, 15 oficinas pedreiro, 3 empreiteiras de obras, 2 escritórios de advocacia, 2 agrimensores, 4 alfaiatarias, 3 barbearias, 1 oficina de ferreiro, 1 de funileiro, uma a vapor para a confecção de pão e massas alimentícias, torrefação de café. Há ainda a citar, 1 fábrica de telas de arame, 1 de gazona, 2 colchoarias, 2 hotéis, oito 8

restaurantes, 6 bilhares, 3 açougues, 1 cinematógrafo, duas farmácias, dois médicos e 1 cirurgião dentista. (CASTRO, 1913, p.1)

O que me chama atenção é a quantidade de gente com profissões variadas que participaram da fundação e vieram depois nos primeiros anos. Isso daí deu uma característica mais arejada para Aquidauana. Aquidauana era muito mais nova que Campo Grande e saiu disparada na frente. (ENTREVISTADO J)

A significativa presença de recém-chegados à cidade dessa época também foi sinalizado por Robba (1992), que ainda se refere à presença de imigrantes de diversas nacionalidades. Estes últimos foram identificados, inclusive entre os subscritores da lista de compra dos terrenos e da ata de fundação. Na realidade, no momento da fundação da cidade, muitos desses imigrantes habitavam as cidades de Miranda e Nioaque. Os italianos se dedicavam a várias atividades, como o comércio, a cerâmica, a serralheria, a construção, a navegação, a música, alguns já havendo se transformados em fazendeiros. Os árabes eram conhecidos, inicialmente, no exercício do comércio ambulante de tecidos e armarinhos e, posteriormente, em seus próprios estabelecimentos na cidade. Os primeiros japoneses chegaram por volta de 1909, no primeiro navio de imigração que aportou no Brasil e ao se instalarem em Aquidauana, passaram a se dedicar à horticultura. Posteriormente estabeleceram-se na venda de secos e molhados, bares, tinturaria e fotografia. Mas Robba (1992) cita também a presença de imigrantes gregos, portugueses, paraguaios, nórdicos, espanhóis franceses e alemães.

A implantação da estrada de ferro na cidade, cuja construção começou em 1908, também trouxe impactos a Aquidauana, de acordo com Robba (1992), em termos de diversificação de serviços. Em 10 de setembro de 1911, quando chegou à cidade a primeira locomotiva, foram implantadas as oficinas da companhia, o escritório da administração, casa de residência do engenheiro-chefe, hospital, almoxarifado e casas de operários. É preciso lembrar que esse novo contingente de pessoas também passou a integrar a vida econômica e social de Aquidauana.

Interessante observar ainda que na percepção da maioria dos entrevistados, a fundação e a implantação de Aquidauana não teriam sido resultantes de um simples projeto de “um grupo de fazendeiros”, mas dele faziam parte outros segmentos sociais e econômicos; portanto, essa fundação é vista com fruto de um projeto social mais amplo:

Tinha gente que não era fazendeiro, por exemplo, o Jango de Castro, o Manoel Antônio Paes de Barros e o Theodoro Rondon. Fazendeiro era o Estevão Alves Correa, tinha muita gente que não era fazendeiro. (ENTREVISTADO J)

Entre os fundadores, 3 eram fazendeiros esses tinham o poder do dinheiro e bancavam muita coisa, os outros dois não. Referencia aos dois não fazendeiros: Jango e Theodoro Rondon. (ENTREVISTADO O)

Tinha gente da construção civil, marceneiros, ofícios necessários na vida urbana. (ENTREVISTADO J)

Não vejo a fundação como um projeto dos fazendeiros, acho que era mais um projeto comercial. Miranda era muito afetada pelas enchentes e foi procurado um porto mais alto, localizado no ponto mais longe que podia ir a navegação. Foi mais uma motivação geográfica. (ENTREVISTADO N)

Na fundação tinha proprietários rurais pequenos também, peões, uma maioria de gente simples querendo fundar a cidade. (ENTREVISTADO P)

As entrevistas, como se pode constatar, aludem à existência, nos primórdios da construção do povoado, de uma sociedade já um tanto complexa, com diversidade de interesses e de relações sociais.

Diante da potencialidade comercial já apresentada pelo lugar e das dificuldades de comunicação, a efetivação da existência humana teria sido buscada por meio da autossuficiência (NEVES, 2007), tanto no nível das fazendas como do núcleo urbano, condição que possibilitava alto nível de interação social e econômica.

Nas fazendas se pôde identificar esse esforço local de autonomização por meio de uma das entrevistas, ao se referir à Fazenda Taboco daquela época:

Na Fazenda Taboco, na época do Coronel Zelito existiam: guarda livros, talabarteiro (artesão do couro), carpinteiros, oleiros (olaria), operadores de máquinas, aguadeiros (traziam água do rio para a casa dos peões), peões (casados tinham própria casa, solteiros moravam no galpão). Nos retiros tinha normalmente um encarregado e dois peões. Bastante gente, com a família toda dava umas 150 a 250 pessoas. (ENTREVISTADO J)

No núcleo urbano, segundo Neves (2007) a autossuficiência existente passou a se restringir, na medida em que passou a ocorrer a ampliação das comunicações com outros povoados. Os elos comunicativos, evidentemente,

facilitaram a intensificação do comércio e de outras conexões. Contudo, seus organizadores tiveram sempre a preocupação de dotar o povoado com recursos e instituições que lhe garantissem vida própria. Nesse caso, além das instituições jurídicas e administrativas, pode-se assinalar a criação de escolas.

Outro fator de agregação da vida social de Aquidauana, durante sua fase inicial, era a Igreja Católica (NEVES, 2007), em que, embora, o regime republicano ter formalizado a separação entre a Igreja e o Estado, essas ligações estiveram presentes desde o momento da fundação. O povoado e a capela foram obras do mesmo grupo de pessoas e, por isso, terem as suas respectivas administrações frequentemente confundidas. A construção da capela ficou a cargo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que era constituída, basicamente, pelos fundadores do povoado, especialmente daqueles que assumiram a sua administração.

Aspecto importante, ainda a analisar, é a natureza do poder dominante no período inicial do povoado. Entre a fundação de Aquidauana, em 1892, e a sua institucionalização como município, em 1906 (com a posse em 1907 do intendente João Gomes de Oliveira e do presidente da Câmara Municipal Estevão Alves Correa) – ou seja, durante os 14 anos iniciais –, o povoado foi regido por regras próprias, estabelecidas no convívio social. Adicionalmente, nesse período, já regido pela Constituição republicana de 1891, apesar de aparecer a figura do executivo, na pessoa do “intendente”, ainda predominava o forte poder das Câmaras Municipais, herança da Constituição de 1824, que lhes atribuíra “o governo econômico e municipal da [...] cidades e vilas” (LEAL, 1997, p.138-9). As Câmaras eram estruturas colegiadas, mais amplas, portanto, de legitimidade maior que a “intendência”.

Segundo foi encontrado nas referências existentes, nem mesmo as acesas disputas político-partidárias tinham um caráter desagregador da comunidade. Oliveira (1977) descreveu, em matéria jornalística, o quadro político existente na cidade. O Partido Conservador era chefiado pelo coronel João de Almeida Castro, conhecido como Jango de Castro. Do outro lado, o Partido Republicano Mato-grossense era chefiado pelo coronel José Alves de Ribeiro, conhecido como “coronel” Jeje. Segundo o autor, a política em Aquidauana nunca foi modelar, mas estava muito acima da que prevalecia nos municípios vizinhos na

mesma época. Os chefes políticos locais eram “progressistas” e amparavam sempre as pessoas que queriam se estabelecer na cidade.

Da análise dessas ultimas referências, da institucionalidade e do contexto histórico local, pode-se reconhecer, neste período, um poder mais compartilhado, mesmo na presença do coronelismo vigente. Existem vários elementos que permitem considerar uma aproximação da estrutura de poder existente com o que se definiu como “poder local”.

Ao contrário da maioria das cidades brasileiras que se desenvolviam, nessa época, a partir de pequenos aglomerados espontâneos, em Aquidauana se verificava a intencionalidade de um planejamento, suposto por um conjunto de medidas anteriores tomadas pela população, durante a fundação do povoado (NEVES, 2007). Tais medidas ficaram registradas em documentos, tanto de caráter oficial como privado, denotando um projeto unificador, oriundo das vontades coletivas (NEVES, 2007).

Assim, o início do século XX para a Aquidauana não fora importante simplesmente pelo contexto em que esta se inseria, mas também e, sobretudo, pelo princípio ativo da produção de um grupo movido por suas aspirações (OLIVEIRA NETO, CARVALHO e ARAÚJO, s.d.). Nesse processo coletivo estatuíram suas ambições, dominaram os imaginários, construíram sua própria história e homogeneizaram uma multiplicidade de fatores.

Esse tipo singular de produção do povoado urbano, baseado em espírito de cooperação organizada, foi destacado por vários entrevistados:

Comemoram o aniversário na fundação e não na emancipação. Só em 1911, passou a ter intendência. Faziam um “parlamentarismo” como prega hoje o PSDB. Era eleita a câmara e o presidente tinha a função de intendente. (ENTREVISTADO P)

Olha a cabeça deles, naquela época tinham o espírito do desenvolvimento. A terra era pública. O município era proprietário. Quem podia comprar, comprava, quem não podia recebia por doação. Era um espírito de cooperação muito forte. Você vinha e recebia. Por isso havia organização: em alguns lugares os nordestinos, em outros os garimpeiros. Era uma doação “meio de balcão”, do “jeito coronelista”, mas era. (ENTREVISTADO P)

Depois desvirtuou. Antes doavam lotes, depois começaram a doar quadras. A ideia dos fundadores foi desvirtuada, acabou indo por água abaixo. (ENTREVISTADO P)

Houve muito problema fundiário, só regularizado depois de 64. Como as terras eram públicas, nessa época pagaram laudêmio⁶⁹ ao município. (ENTREVISTADO P)

As condições dadas durante a fundação e estruturação inicial do povoado de Aquidauana, como se pode verificar, permitem reconhecer uma série de elementos que fazem parte da ideia-força num processo de “desenvolvimento local”, tais como protagonismo, cultura de cooperação e solidariedade (capital social), desenvolvimento integrado, governança.

Tal processo teria sido o principal responsável pela construção de um espírito de identidade entre as pessoas que se mobilizaram para inicialmente esse desafio. Mas também entre as outras que foram se agregando ao longo dos primeiros anos. No conjunto, forjaram uma “comunidade definida” e auto-organizada com alto grau de solidariedade. O desenvolvimento se deu com a potencialização das capacidades, competências e habilidades existentes, na busca da solução dos problemas locais.

O impulso endógeno na deflagração do processo inicial de desenvolvimento de Aquidauana, bem como em sua trajetória posterior, foi apontado por vários dos entrevistados, entre eles Leonardo:

Ela se tornou uma cidade fascinante, atraindo pessoas qualificadas e ilustres **[cita vários exemplos]**. [...] A maneira como Aquidauana foi fundada marcou durante muito tempo a sua vida social. Tal como a colonização americana, as pessoas vieram para morar e construir sua cidade. *Os fundadores não ficavam esperando o governo fazer.* [Cita como exemplo a instalação do sistema de abastecimento de água, viabilizado por bônus comprado pela população e inaugurado em 1939]. (ENTREVISTADO LEONARDO)

É preciso ressaltar que na percepção de desenvolvimento endógeno e protagonista, detectada por meio das entrevistas, não se identifica a participações dos indígenas locais. Esses povos, no período da fundação, ao que os documentos

⁶⁹ Laudêmio: Pensão ou prêmio que o foreiro paga direto ao senhorio quando há alienação do respectivo prédio por parte do enfiteuta (FERREIRA, 1983, p.823, s.d). Aplica-se esse instituto quando algum detentor de posse transfere a terceiros, um imóvel cuja propriedade original é pública.

indicam, já estavam excluídos desse processo social, ou entrando nele apenas marginalmente, como força de trabalho explorada nas fazendas. Essas comunidades, portanto, não existiram na história oficial da fundação, vivendo como atores invisíveis. Segundo Russi⁷⁰ *apud* Neves (1997), na época da fundação de Aquidauna, os índios já estavam “neutralizados”. Supõe-se nessa afirmação que eles já tivessem sido eliminados ou já haviam se submetido ao jugo dos brancos.

4.3.2 O desenvolvimento entre 1945 e 1965

O pequeno povoado constituído por cerca de 60 a 65 pessoas em 1892 apresentava, em 1945, cerca de 21.000 habitantes, período em que foi se estruturando como cidade. Segundo a cronologia de Robba (1992), em 1896 recebeu a instalação da agência dos Correios; em 1898, foi criado o seu distrito policial; em 1903, foi inaugurada a estação telegráfica (elevada a condição Distrito Telegráfico com jurisdição sobre todo o sul do estado ao sul do rio São Lourenço, em 1911); em 1906, foi institucionalizado como município; em 1910, é elevada à categoria de comarca; em 1911, recebe a primeira locomotiva da estrada de ferro (inaugurada em 1914); em 1918, é elevada à categoria de cidade; em 1926, é inaugurada a ponte sobre rio Aquidauana, o que passa a ligar as duas partes da cidade; em 1928, começa a funcionar a distribuição de energia elétrica; em 1939, foi criada a Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, responsável pelo hospital da cidade (desde 1908 funcionava o hospital da estrada de ferro, que também atendia à população); em 1940, recebe a instalação do Banco do Brasil; em 1941 foi fundada a Loja Maçônica Marechal Deodoro da Fonseca, e em 1944 é fundada a Associação Comercial.

Aquidauana, no período estabelecido entre sua fundação e 1945 já conseguia se constituir como uma cidade plena no aspecto institucional, dotada de infraestrutura básica e com uma sociedade civil já minimamente consolidada.

A partir de 1945 ocorrem mudanças profundas no país, impulsionadas pelo novo contexto mundial criado com o final da Segunda Guerra Mundial. Essas

⁷⁰ RUSSI, Gerson Carlos. **Subsídios para o estudo de uma região: Aquidauana**, mimeografado, 1975.

modificações ocorreram especialmente na economia e na esfera político-institucional e se irradiava para todo território nacional.

4.3.2.1 Novo contexto mundial e nacional

No final da Segunda Guerra, os EUA apareciam como a economia industrial mais inovadora e consolidada do mundo, acompanhada de uma forte acumulação de capital. Iniciava-se, segundo Rangel (1985), o novo ciclo de expansão da economia capitalista, de hegemonia estadunidense, baseado na “linha de montagem” fordista. Nesse momento, o Brasil procurou-se ajustar à nova ordem, como periferia do sistema, dando continuidade à construção do edifício industrial iniciado na fase anterior, com a produção voltada ao comércio exterior.

Esse processo de industrialização tardia em relação aos chamados países desenvolvidos, de cunho desenvolvimentista, tinha caráter nacionalista e ideologia anti-imperialista. Punha-se em prática um processo de substituição de importações que se dava por meio da redução da abertura da economia (RANGEL, 1985). Tratava-se, portanto, do momento brasileiro caracterizado como nacional-desenvolvimentista ou de capitalismo tardio.

4.3.2.2 Mato Grosso no novo contexto da economia nacional e internacional

Os esforços no então estado de Mato Grosso foram no sentido do estreitamento do vínculo com a metrópole industrial paulista, num esforço de implantação de obras de infraestrutura viária e de energia elétrica, empreendidas, especialmente durante o governo de Fernando Correa da Costa (LE BOURLEGAT, 2000). Em 1951, esse governador propôs a criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), com o objetivo de estudar as potencialidades do estado, visando o planejamento do desenvolvimento integrado para a bacia Paraná-Paraguai, com enfoque nos setores de transportes, energia elétrica, combustíveis e população.

Em Mato Grosso, as décadas de 50 e 60 do século XX foram caracterizadas pelo avanço da fronteira pioneira, por meio de um processo de colonização, conduzido por colonizadoras privadas, que atraíram principalmente

migrantes nordestinos, paranaenses e gaúchos (LE BOURLEGAT, 2000). A autora, conforme se pôde observar, se fundamentou no conceito de “fronteira pioneira” do pesquisador inglês Joe Foweraker, entendida no movimento expansivo de ocupação de novas terras no território nacional visando o atendimento ao mercado de exportação, que passou a ocorrer desde 1930. Nesse caso, a fronteira expressava as especificidades da atividade econômica voltada para a economia nacional, desenvolvida em terras antes inexploradas, sendo impulsionada pelas forças e contradições dessa economia capitalista em formação, liderada por São Paulo. Para Foweraker (1982), a ocupação da terra na fronteira teria conhecido três estádios. O primeiro estágio teria sido identificado pela atividade extrativa voltada ao mercado, no qual ainda predominavam relações servis (não-capitalistas). O segundo estágio que chama de pré-capitalista, teria sido caracterizado pela intensificação das atividades extrativas, dirigida por empresas colonizadoras (processo de compra das terras). O terceiro estágio teria sido marcado pela atividade agrícola, que acabou sendo progressivamente capitalizada e atraiu imenso fluxo migratório.

O setor pecuário foi sendo novamente reativado, segundo Le Bourlegat (2000), com incentivo do governo federal aos latifúndios invernistas. Surgiram linhas de financiamento, de modo que pudessem enfrentar o mercado competitivo nacional e internacional. Resultou na ampliação das áreas de engorda no planalto, nas terras correspondentes ao atual Mato Grosso do Sul, com introdução do gado zebu para cruzamento com o gado pantaneiro, com vistas ao gado com peso mais elevado em idade precoce.

4.3.2.3 Desenvolvimento de Aquidauana no novo contexto regional, nacional e internacional.

As grandes mudanças dadas pelo novo contexto atingem Aquidauana, na entrada do Pantanal do sul de Mato Grosso. O impacto foi visível e pode ser apreciado, por exemplo, no crescimento demográfico do município (**Figura 10**).

A população sofreu um incremento muito baixo entre 1940 e 1950, quando o município era atingido pela “frente pioneira”, originária do leste e sudoeste do estado. Passou de 20.949 habitantes para atingir apenas 21.258 habitantes, com um discreto êxodo rural. No período entre 1950 a 1970, no entanto, esse cenário

mudou significativamente a taxa de crescimento. Nessa situação do pós-guerra, a população mais que dobrou em 20 anos, atingindo 44.000 habitantes em 1970. Identificou-se nesse período crescimento contínuo na população das zonas rural e urbana.

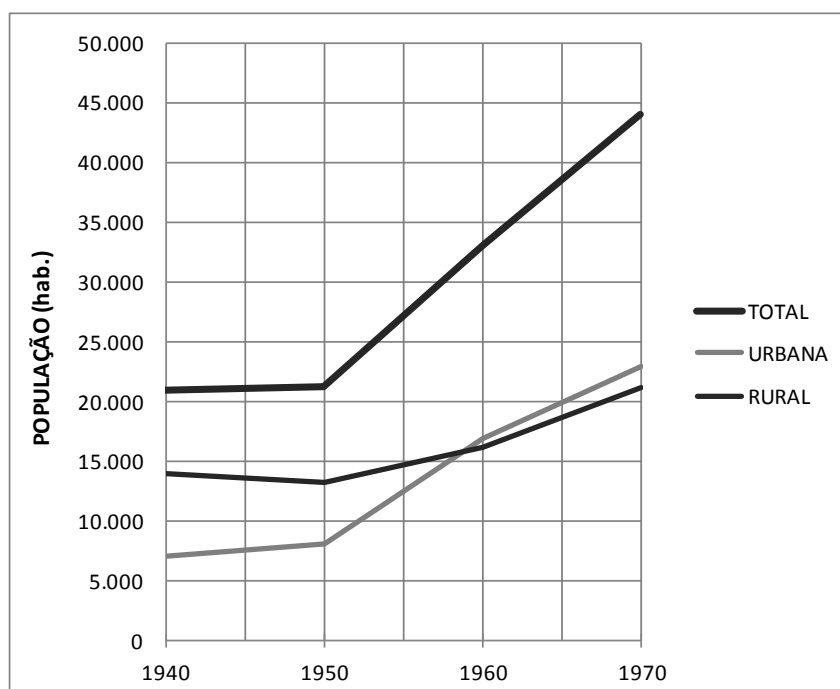


Figura 10 - Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os censos de 1940 a 1980

Fonte: IBGE

(1) População de 1970: computada a soma de Aquidauana e Anastácio

Na década seguinte (1960), é que a população conheceu um processo de predominância urbana. Uma das explicações para esse fenômeno do crescimento foi apontada por Michels e Oliveira (1997) como resposta a uma conjuntura nacional de incorporação dos espaços regionais, no programa Vargas da “Marcha para o Oeste”, agora numa economia muito mais integrada e comandada pelo centro industrial dinâmico de São Paulo, estreitamente vinculado ao sistema capitalista internacional. Salientam que a maioria das cidades apresentou mais que o dobro do crescimento entre 1950 e 1970 (MICHELS e OLIVEIRA, 1997). Para eles, o movimento exógeno na Bacia do Alto Paraguai foi fundamental para o processo de ocupação e desenvolvimento da região como um todo. Sem desprezo pelas relações internas, muito menos do meio geográfico, eles insistem no reconhecimento do conjunto de fatores externos na dinamização dos lugares dessa bacia.

É preciso lembrar que nos primeiros anos da década de 1950, encerrava-se mais um “ciclo de cheias” na região dos Pantanais, colocando avantajadas condições de crescimento do rebanho bovino no período subsequente (MICHELS e OLIVEIRA, 1997). Em 1947 foi implantado em Campo Grande o primeiro frigorífico e a primeira grande indústria da cidade, o Frigorífico Mato-grossense S/A (FRIMA), dando início aos abates em 1947 e 1948 (MICHELS *et al.*, 2007). A implantação do frigorífico possibilitou a engorda e o abate de bois dentro do próprio estado, pois, até então, toda a produção era abatida em São Paulo. Antes do FRIMA eram engordadas 20 mil cabeças de gado, e em 1951 eram mais de 50 mil cabeças em engorda.

Esse conjunto de fatores do crescimento da pecuária repercutiu em Aquidauana que, em 1950, já possuía um rebanho de 342.312 cabeças de gado, tendo passado, em 1953, para 418 mil cabeças.

Influenciada pela política da “Marcha para o Oeste”, a colonização privada implantou, nesse período, a Colônia Cipó no município, formada por nordestinos, que vieram se somar a um expressivo número de conterrâneos que já povoavam desde a década de 1940 a Colônia Pulador. Eles vieram para a prática mineradora associada à agricultura.

A dinâmica desse período aparece em vários depoimentos dos entrevistados:

Nessa época veio muito nordestino. (ENTREVISTADO P)

Nos anos 50 começou a sair gado em pé. Ia para o FRIMA, para São Paulo, Araçatuba. (ENTREVISTADO J)

Na década de 50 desenvolveu-se muito a Charqueada Rio Negro, que inclusive se transformou em Frigorífico. (ENTREVISTADO S)

Além do dinamismo em seu crescimento, Aquidauana foi reforçando o seu papel de centro regional (MICHELS e OLIVEIRA, 1997). Assinalam que em 1950 Aquidauana, uma cidade três vezes menor que Corumbá, possuía uma rede comercial e de serviços equiparada àquela outra. Contava com 294 comércios varejistas e 27 atacadistas, nove médicos, oito dentistas, sete farmacêuticos, dois hospitais com mais de 100 leitos, três agências bancárias e 15 estabelecimentos

industriais. Aquidauana centralizava as operações de crédito, o atendimento médico, o ensino de segundo grau e o comércio distribuidor nas cidades de Miranda, Jardim, Guia Lopes, Nioaque e Bonito. Desempenhava, ainda, o papel de entreposto intermodal: ferroviário (Corumbá – Bauru), rodoviário (Aquidauana – Porto Murtinho e Campo Grande – Corumbá) e fluvial (rio Aquidauana, sete meses ao ano), tendo-se consolidado como centro comercial intrarregional.

Aquidauana era um centro regional do sudoeste. O pessoal descia do trem, do avião aqui. Tinha também o atendimento hospitalar. As casas de comércio, Casa Candia, Casa Bom Gosto, até perderam a oportunidade de virar bancos. Tinha a navegação. O porto de Anastácio abastecia as fazendas. Até hoje se encontram motores e máquinas alemãs e inglesas nas fazendas. As agências bancárias também centralizavam, tinha a Agência Fazendária. As grandes lojas ficavam em Aquidauana e colocavam vendedores no sudoeste. (ENTREVISTADO P)

Acrescenta-se às informações dos referidos autores, o fato de também a cidade, nesse período, contar com linhas aéreas de três companhias que faziam voos regulares conectando Corumbá a São Paulo, passando por Aquidauana e Araçatuba. Essa forma de comunicação reforçava o papel de Aquidauana como entroncamento multimodal e polo regional da antiga região sudoeste.

A cidade passou a receber voos comerciais a partir do início dos anos 50. A primeira foi da Cruzeiro, depois entraram a Nacional e a Real. Essas linhas acabaram por volta de 1965, quando os antigos DC3 foram substituídos pelos Convairs, de maior capacidade. A linha era Corumbá – Aquidauana – Campo Grande – Araçatuba – São Paulo (ENTREVISTADO N)

Aquidauana nessa época tornou-se base para o transporte de aeronaves de pequeno porte. Estas eram consideradas um meio importante para vencer as distâncias entre as cidades e as fazendas, principalmente nos períodos de alagamento do Pantanal. Em 18 de agosto de 1951 foi criado o Aeroclube de Aquidauana, que existe até os dias atuais. A cidade se transformou em centro de formação de pilotos, situação que perdura atualmente, agora sob o controle da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). “O Aeroclube é considerado uma base estratégica, por estar localizado perto do Pantanal. Além da função de formar pilotos, tem um papel logístico importante na época das cheias, por exemplo”, diz um dos seus dirigentes (PLACÊNCIO, 2012).

Considerando o fluxo de comércios e serviços existente na década de 1950, Michels e Oliveira (1997) observam que na hierarquia urbana regional da Bacia do Alto Paraguai, Campo Grande ocupava a posição de “metrópole quase completa”, enquanto Aquidauana, Coxim, Corumbá e Bela Vista exerciam função de “cidades regionais” e Miranda, Nioaque, Jardim, Guia Lopes, Bonito e Porto Murtinho de “cidades locais”. O papel desempenhado por Aquidauana, nessa regionalização ajuda a entender a importância da cidade, bem como as condições que levaram ao seu crescimento populacional (**Figura 11**).

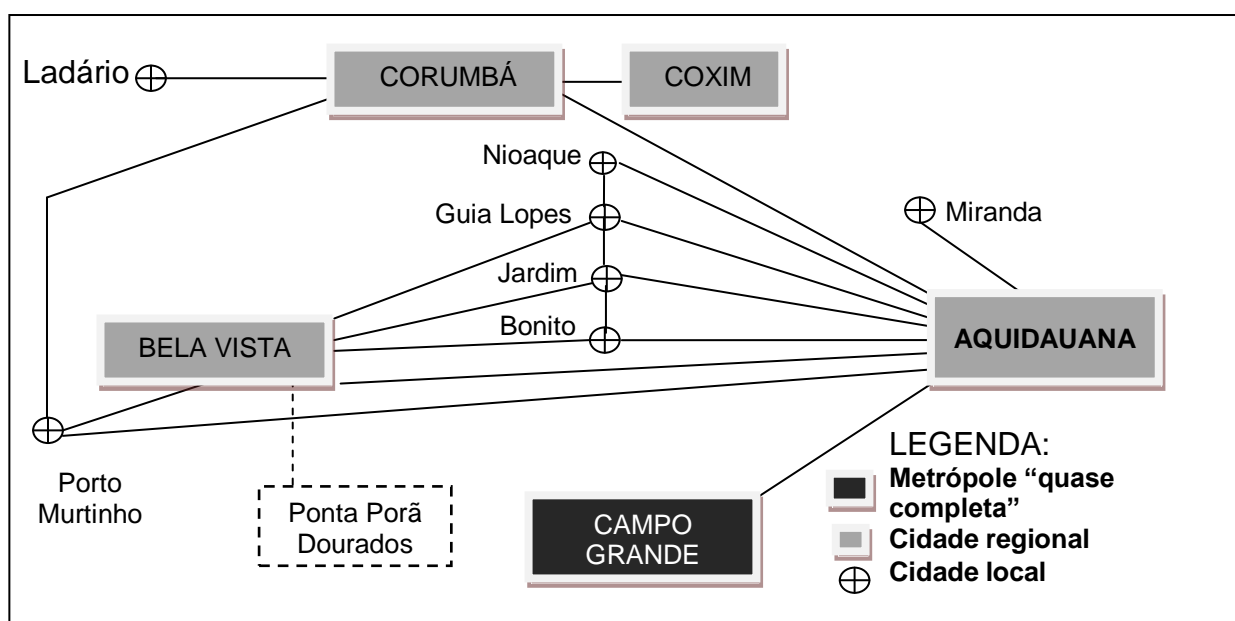


FIGURA 11 - Rede urbana econômico-social da BAP-MS, na década de 50.

Fonte: O autor, desenvolvida com base em Michels e Oliveira (1997, p.742).

Na esfera político-institucional também ocorreram várias mudanças no país, que acabaram por impactar o desenvolvimento de Aquidauana, entre 1945 e 1965, decorrentes do fim da ditadura Vargas. A mais importante foi a nova Constituição (1946), que definia novas relações entre as esferas de governo e a criação de novos partidos políticos, provocando rearranjos das forças políticas locais, ainda influenciadas pelo sistema do coronelismo.

A Constituição de 1946 pouco avançou no fortalecimento dos municípios. O texto constitucional limitou a autonomia municipal à eleição de prefeitos e vereadores e à administração própria no que concerne ao seu peculiar interesse, a ser definido nas constituições estaduais. O peculiar interesse do município foi

entendido especialmente pela decretação e arrecadação de tributos da sua competência, aplicação de suas rendas e organização dos serviços públicos locais, ou seja, questões apenas do âmbito administrativo municipal (BRASIL, 1946, art. 28). Ao mesmo tempo, a Constituição de 1946, permitiu aos estados a criação de órgãos especiais para prestar “assistência técnica” aos municípios (BRASIL, 1946, art. 24), além de permitir aos constituintes estaduais decidir sobre a forma de fiscalização das contas municipais. Estas acabaram propiciando a criação dos Tribunais de Contas dos Estados. Ao final, tais órgãos de “assistência técnica” e os Tribunais de Contas acabaram por exercer ações de tutela sobre os municípios.

Criticando a limitação da autonomia dos municípios, Leal (1997) lembrava que autonomia administrativa e autonomia política são conceitos inseparáveis. Para ele, havia dois caminhos para amesquinhar o município: (1) pelo exercício autônomo de atribuições mínimas; (2) pelo exercício tutelado de amplas atribuições. Desse modo, conforme esse autor, o federalismo republicano, tal como se implantou, sufocou as expectativas e esforços pelo municipalismo e “o preço pago foi o sistemático amesquinhaamento do município, apesar da abundante literatura ‘louvaminheira’, que não bastou para amenizar o seu infortúnio” (LEAL, 1997, p.126).

Para Leal (1997), os municípios, sempre com recursos financeiros insuficientes, não tinham condições de realizar serviços públicos adequados, ficando dependentes da intermediação dos “coronéis”:

Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. [...] o Estado – que, por sua vez, dispunha de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem – tinha que dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas conseqüências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista. (LEAL, 1995, p.65-66)

O processo de dominação coronelista sobre a política municipal foi objeto de tratamento no segundo e terceiro capítulos. Na continuidade do trabalho procurou-se interpretar, na escala local, o papel das diversas administrações

municipais de Aquidauana e as suas contribuições para o processo de desenvolvimento entre 1945 e 1965.

O primeiro prefeito desse período foi Delfino Alves Correa, eleito pela UDN. Exerceu seu mandato no período de 1947-1950, durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD) e do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD). Serra (2010), autor de uma pequena biografia sobre o prefeito, o apresenta como um homem reto, polímato e poliglota. Formado em medicina, odontologia, agronomia e, já com idade avançada, estudou ainda até o 2º ano de direito, curso que não foi concluído devido a problemas de saúde. Como médico fez especialização na França e na Alemanha.

Não foi possível apurar suas relações com os “coronéis”, especialmente com os do PSD, aos quais, pela lógica do coronelismo deveriam fazer a interlocução do município com o estado e com o governo federal, mas seu biógrafo Serra (2010) relata um episódio, embora ocorrido um pouco antes do seu mandato, que revela a natureza franca e sua coragem, moral e física.

Em ofício datado de 11 de julho de 1939, Filinto Muller, o então todo-poderoso chefe de Polícia Civil do Distrito Federal, à época do Governo Getúlio Vargas, solicitou informações ao Dr. Delfino “em qualquer dos capítulos que o SIPS (Serviço de Inquérito Políticos Sociais) desdobra seus estudos.” Entre as indagações, figurava a seguinte: “sob que aspecto o povo, nas suas diversas classes, recebeu o Estado Novo com mais entusiasmos?” E a resposta do Dr. Delfino, num dos trechos do seu longo relatório: “por esses fatos e outros muitos pode-se afirmar que aqui ainda vigora a politiqueria e que o Brasil novo só existe em notícias dos folhetos de propaganda.” E no ofício, que encaminhou o relatório, revelou com franqueza: “se o povo não reclama é devido ao pavor que tem das autoridades.” (SERRA, 2010, p.4)

O mesmo autor, analisando o seu desempenho no mandato de prefeito assinalou:

Profundamente honesto, econômico e trabalhador, não possuía, no entanto, capacidade e audácia administrativa, tanto assim que não encarou com decisão no sentido de resolver os grandes problemas de infra-estrutura do município [...]. Não deixou uma grande obra que atestasse para a posteridade sua passagem pela prefeitura. Como médico que era – bom e caridoso –, preocupou-se mais com os problemas da área de saúde. (SERRA, 2010, p.4)

Vários entrevistados destacaram aspectos singulares da personalidade de Delfino:

“Dr.Delfino” era muito inteligente, muito adiantado para a época (ENTREVISTADO P).

Delfino era uma figura especial, marcante, estudou na Europa, se vestia sempre de terno branco e ia a pé para a Prefeitura com guarda sol. (ENTREVISTADO S)

Em termos demográficos, a população ficou estagnada durante esse período de governo.

O segundo prefeito, no período estudado, foi Moisés de Albuquerque, eleito pelo PSD, que exerceu seu mandato entre 1951 e 1954. Durante esse período, Getúlio Vargas (PSD) exerceu a Presidência da República e o governador do estado foi Fernando Correa da Costa (UDN). No nível de desenvolvimento da pesquisa poucas referências foram encontradas sobre essa administração. Nesse período surgem como resultado do protagonismo da sociedade civil o Rotary Clube e a Rádio Difusora de Aquidauana, que passa a ter grande influência sobre a opinião pública da cidade.

O prefeito Moisés de Albuquerque assumiu o mandato diante da recusa do vencedor do pleito, Dr. Estácio Muniz, de tomar posse, por se sentir ultrajado por ter obtido uma vitória muito apertada.

Dr. Muniz atendia no hospital e era muito respeitado como médico. Como ganhou a eleição por muito pouco, não quis assumir; assumiu o Vice Moisés Albuquerque. (ENTREVISTADO J)

Vários depoimentos destacam criticamente a administração nesse período:

Pesquisando sobre o Moisés na Câmara, tudo que achei sobre ele demonstrava que tinha sido uma administração desastrosa. Essa imagem negativa foi a que ficou na opinião pública. (ENTREVISTADO P)

Apesar desse fraco desempenho da administração local, é exatamente nesse período que o município começa a aumentar rapidamente a população, o que deve ser atribuído ao ambiente interno propício, criado pela política nacional-desenvolvimento de Vargas e pela modernização da infraestrutura regional do

governo de Fernando Correa da Costa. Foi um período fortalecimento de Aquidauana como centro regional, conforme já referido anteriormente.

Em 1955, assumiu a prefeitura Fernando Luis Alves Ribeiro (conhecido como Tico), eleito pela UDN, herdeiro político do “coronel” Zelito. Enfim, o poder “extralegal” do sistema coronelista se institucionaliza como poder legal. A administração Tico Ribeiro vai conviver, na maior parte do mandato, com o poder do PSD, com Juscelino Kubitschek na presidência da República e João Ponce de Arruda no governo estadual.

Este é o período foi considerado o mais rico da história político-administrativa do município. Várias iniciativas do poder público e da sociedade local passam a destacar Aquidauana como um dos municípios mais dinâmicos do Estado. Em termos de infraestrutura, as ruas começaram a ser pavimentadas e a receber a rede de coleta de esgoto; foi construído o aeroporto municipal e instalado o primeiro sistema de telefonia automática do estado O cinema local (Cine Glória) inaugurou também primeira máquina automática e a primeira tela panorâmica do estado (*cinemascope*). No plano da organização da sociedade civil, foi fundado o Lions Clube e a Associação Rural, atual Sindicato Rural de Aquidauana. Todo esse dinamismo existente na cidade chamou a atenção nacional e “Aquidauana classifica-se em primeiro lugar entre os municípios de maior progresso do País” (ROBBA, 1992, p. 143)⁷¹. Toda essa exposição nacional veio a reforçar o poder de atração da cidade de pessoas das mais variadas qualificações, de varias outras regiões do estado e do país.

Vários depoimentos enriquecem a descrição desse período de mudanças na cidade, que produziram uma imagem desenvolvimentista.

Obras, quem começou a fazer foi o Tico, antes dele era um areião.
(ENTREVISTADO F)

Tico mudou muito a cidade, fez o calçamento, e o esgoto.
(ENTREVISTADO G)

⁷¹ Existem muitas controvérsias nas entrevistas sobre essa classificação. Alguns se referem ao primeiro lugar, outros se referem a ter ficado entre os cinco municípios de maior desenvolvimento. Alguns citam como fonte a revista “O Cruzeiro”, outros se referem à revista “Brasil Oeste”. Não foi possível esclarecer esse ponto

A Revista “O Cruzeiro” colocou Aquidauana como o município mais desenvolvido do País. Lajota, telefone automático e cinemascope. (ENTREVISTADO S)

Tico deu uma boa melhoria na cidade. Ele era veterinário, uma pessoa capaz. Aquidauana esteve no auge, foi muito bom, ficou em 1º lugar. (ENTREVISTADO A)

Tico deu visibilidade, fez um governo de visibilidade, isso atraiu muita gente, muitos médicos vieram para cá. (ENTREVISTADO P)

Eu me formei no Rio e todo mundo comentava sobre Aquidauana. Não tive dúvida, fui para lá. Vários outros médicos [cita] fizeram o mesmo. (ENTREVISTADO Q)

A cidade tinha um ar de classe média, que não tinha em Campo Grande. Tinha os ferroviários que se colocavam na sociedade como pessoas de valor, que trabalhavam, tinham emprego, eram reconhecidos. Ser ferroviário era “coisa pra burro”. (ENTREVISTADO J)

A cidade tinha um clima próprio para a inovação. Sem recursos para asfaltar tudo, encontraram a solução da lajota⁷², com uns italianos de São Paulo. Eles vieram, montaram a fábrica, fizeram o calçamento e a fábrica depois ficou para a prefeitura. (ENTREVISTADO O)

O Tico dividiu a pavimentação em tres partes. A parte junto às calcadas eram pagas pelos proprietários e o terço central a Prefeitura ficou responsável, em muitos casos, plantou grama para calçar depois. (ENTREVISTADO M)

Muitos entrevistados ajudaram a construir uma imagem do estilo político de Fernando Luís Alves Ribeiro como um administrador competente, mas voluntarioso e mandonista:

A primeira administração do “Tico”, onde ocorreu grande desenvolvimento da cidade, se deu, na maior parte do tempo, como oposição ao governo João Ponce. Os recursos foram gerados internamente: tenho a impressão que naquela época não se ouvia falar de recursos federais para as Prefeituras, acho que eram recursos próprios. Quando o governo federal tinha alguma coisa, ele fazia ali, não vinha recursos para as prefeituras. (ENTREVISTADO J)

As relações com o poder estadual não traziam dinheiro diretamente para as prefeituras. Quando havia obras federais ou estaduais eram executadas diretamente por esses entes. (ENTREVISTADO J)

Os recursos para o Tico vieram da implantação da cobrança de impostos, o que não era tradição. Houve muita gritaria, mas taxou todo mundo e o município teve dinheiro para fazer as coisas. (ENTREVISTADO J)

⁷² A “lajota” usada no calçamento de Aquidauana era um pequeno bloco de formato hexagonal, feito com concreto leve, que se ajustava sem rejuntamento.

Tico era cobrador de impostos, bom gestor, não aliviava ninguém, ele sabia que era com essa arrecadação que iria fazer as coisas. (ENTREVISTADO O).

Tico tinha o estilo de fazer tudo rápido. Os italianos fizeram o calçamento rápido como o Tico gostava, tanto é que o esgoto ficou sem tubular, correndo na rua, para resolver depois. Era “meio doido”. (ENTREVISTADO O)

Tico era uma boa pessoa, mas tinha uma personalidade “muito forte!”. Uma vez, o arquiteto da prefeitura fez um projeto caprichado de uma escola, tinha duas fachadas bonitas uma na frente e outra no fundo. As salas de aula ficavam protegidas do sol. Ele gostou da fachada do fundo e mandou virar, não quis nem saber! (ENTREVISTADO N)

Fernando Luis Alves Ribeiro termina o seu mandato consagrado como grande administrador e, desenvolvendo uma campanha em quase todos os municípios do Estado, é eleito deputado federal. Segundo vários dos entrevistados, Tico Ribeiro tinha planos mais ambiciosos.

O projeto político-eleitoral do Tico era, a partir do sucesso da sua gestão como prefeito de Aquidauana, [...] disputar o governo de Mato Grosso em 1960. Com este objetivo, candidatou-se a deputado federal em 1958, fazendo campanha “de governador”, pois visitou todos os municípios do estado, sem respeitar as áreas de influência dos demais candidatos. A expressiva votação que recebeu não foi, entretanto, suficiente para romper o sólido domínio que o seu tio, Fernando Correa da Costa, senador e ex-governador do estado, tinha sobre a UDN. Fernando se impôs como candidato, abafando as possibilidades de ascensão de novas lideranças da UDN, tais como, além do Tico, Wilson Barbosa Martins no sul, e Garcia Neto no norte. Amargurado, Tico deixou de lado a pretensão de poder no plano estadual, recolhendo-se ao seu reduto de origem, Aquidauana, de onde não mais saiu. (ENTREVISTADO R)

O Tico tinha se preparado para ser governador, quando saiu deputado, fez campanha no estado todo. Aí veio a tal Ação Democrática⁷³ tentando mexer na política. Daí o candidato só poderia ser o Fernando, porque, outra alternativa seria pior. Era um nome que a ADEMAT não podia dizer não. Tico se sentiu traído. (ENTREVISTADO J)

Entre 1959 e 1962, administrou Aquidauana o professor Antônio Salústio Areias, eleito pelo PSP. Sucedendo uma gestão realizadora, o novo prefeito recebeu

⁷³ ADEMAT (Ação Democrática Mato-Grossense, grupo ligado ideologicamente à UDN (União Democrática Nacional) de Mato Grosso, tinha como objetivo criar fatos políticos e econômicos que colaborassem, de alguma forma, com o projeto de golpe de estado que vinha sendo costurado desde a década de 1950, por alguns políticos, militares, religiosos e empresários recalcitrantes (SILVA, 2004).

uma cidade com uma infraestrutura física implantada na zona central. No seu período Aquidauana continuou seu crescimento populacional atingindo cerca de 32.000 habitantes, quando passa a ter uma população urbana maior do que a população rural (**Figura 10**). Os depoimentos de entrevistados apontam um redirecionamento da administração para o atendimento das necessidades dos bairros (onde tinha mais força política), para atuação na área social e, principalmente para a organização administrativa.

Areias atendia os bairros e distritos. Era uma administração da periferia para o centro. Melhorou a infraestrutura dos distritos de Taunay, Piraputanga. [...] O “eleitorado da lajota” era da UDN, o do PSP e o do PTB era dos bairros. Quando chegavam os votos do Bairro Alto a gente tirava a diferença. (ENTREVISTADO M)

Areias, também, fez muita coisa, fez rede de esgoto, arrumou a rede de água, e tirou os postes da rua. (ENTREVISTADO G)

Quanto ao Areias, o que tem de registro importante é a organização da prefeitura. Diferente do Tico, que pensava que podia fazer tudo e depois se arrumava, ele moldou a administração, fez legislação, bem do estilo de professor dele. Atuou muito na parte social. (ENTREVISTADO P)

Nesse período começou a se fortalecer no município o PTB, que, coligado ao PSD, irá disputar a sua sucessão, conforme já tratado no segundo capítulo, deste trabalho. O poder político local começa a ser disputado entre um grupo mais à esquerda, formado basicamente por novas lideranças e a política tradicional dos “coronéis” do município.

Em 1962, após disputa renhida com Eloy Toledo (PTB), retorna ao governo municipal Fernando Luís Alves Ribeiro, o Tico, eleito pela UDN, exercendo o seu mandato até 1966⁷⁴. Durante o seu governo, em 1965, é separado de Aquidauana o município de Anastácio, situado à margem esquerda do rio. Vários entrevistados ajudam a compor o quadro político e administrativo do segundo mandato de Tico Ribeiro:

O *slogan* da segunda campanha do Tico foi: “prefeito como o Tico, só Tico mesmo.” (ENTREVISTADO T)

⁷⁴ Fernando Luís Alves Ribeiro irá exercer um terceiro mandato entre 1989 a 1992.

Como a primeira administração do Tico tinha sido muito boa, ele não conseguiu igualar no segundo mandato. Chamava pro governo gente do partido adversário, causava muita briga. (ENTREVISTADO P)

Tico se sentia traído na eleição de 1955, por Fernando Correa da Costa, seu tio. Isso marcou, com certo desânimo, a segunda administração. Escolheu um vice “pé de boi”, o Zeca de Castro e praticamente deixou tudo na mão dele. (ENTREVISTADO J)

Essa foi a trajetória das cinco administrações municipais de Aquidauana no período de 1945 a 1965. Nesse período, o município mais que dobrou sua população, tornou-se urbano e implantou uma infraestrutura compatível com as suas necessidades básicas. Sua sociedade civil se desenvolveu e sua estrutura social e política se tornaram mais complexas.

Aquidauana, como se pôde depreender, as forças internas deflagradas por ocasião de sua fundação e estruturação, com o protagonismo e solidariedade da base da sociedade local, tiveram importante impacto na trajetória de seu desenvolvimento, no período 1945-1965. O poder local, construído como hegemonia da classe dos coronéis, não se chocou com esse processo, diante das especificidades vivenciadas por todos, numa situação de relativo isolamento que exigia autonomização municipal (no campo e na cidade). Esse processo foi sinergizado, quando as forças de origem externa passaram a predominar, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e até 1965 e os fluxos de circulação foram sendo, aos poucos, estabelecidos no contato com o Sudeste do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se colocar, novamente, a grande questão que norteou todo o processo da pesquisa, ou seja, se teria existido em Aquidauana, entre 1945 e 1965, um sistema coronelista, qual seria a sua singularidade e sua forma de poder e quais as implicações sobre a natureza do desenvolvimento do município, cabem algumas considerações.

Em realidade, o objetivo teve como preocupação compreender a natureza do sistema de poder, as formas de dominação utilizadas e seus efeitos no processo de desenvolvimento no município entre 1945 a 1965 e, nesse caso, verificar se as relações entre as lideranças locais com a sociedade civil e a sociedade política tinham características de um “sistema coronelista”.

O caminho para a leitura e interpretação da realidade estudada, iluminado pelas categorias conceituais eleitas para esse fim, como se pôde verificar, foi a busca do apoio de documentos, bibliografia e por meio da fala de pessoas que, de alguma forma, vivenciaram esses acontecimentos. Destaque-se que, focado nesse período, achou-se conveniente analisar alguns antecedentes históricos, que pela sua significância e pela importância dos seus desdobramentos, acabaram sendo incorporados, com relativo destaque, no trabalho. É o caso do período inicial de fundação e implantação do povoado.

Em primeira instância, o trabalho permitiu confirmar que Aquidauana, de fato, conviveu com um sistema coronelista entre 1945 e 1965, mas com especificidades que puderam ser explicitadas no contexto histórico e do território em que o mesmo se manifestou à época.

De um lado, as relações entre as lideranças coronelísticas locais, assim como dessas com a sociedade civil e sociedade política, tiveram, de fato, natureza conservadora por se basearem e estabilizarem relações de dependência e dominação. Foi confirmada a existência de relações entre lideranças “mandonistas”, sociedade civil e sociedade política que refletiram o modelo conceitual do coronelismo. Não só as relações entre os coronéis e a sociedade civil local basearam-se no controle direto de seus dependentes econômicos, como também no clientelismo estabelecido na relação com a população local. Também se demonstrou que as relações entre coronéis e a sociedade política (local, estadual ou federal) baseavam-se na troca de interesses recíprocos articulados em torno do sistema eleitoral vigente.

De outro, Aquidauana, de maneira diversa da tradicional história de implantação das vilas e povoados no Brasil, foi resultado de um projeto previamente definido para ocupação de uma região estratégica, voltada à expansão e articulação econômica da região no processo de desenvolvimento nacional. Essas condições concorreram para as especificidades desse coronelismo em Aquidauana. Fundada em 1892, Aquidauana conviveu, já nos primeiros anos da sua implantação, com a restauração republicana do “coronelismo”. Em certa medida, o impulso fundador foi resultante de uma convergência econômica, social e política mais ampla, que ainda se constitui em um tema desafiador para novas pesquisas.

Destaque-se que a natureza peculiar do processo de fundação impôs alguns limites às práticas coronelistas locais. No aspecto econômico-social, a atividade pecuária, base econômica da região, na qual se assentava o poder dos “coronéis” latifundiários, já se articulava com outros segmentos dinâmicos da economia como do grande e do pequeno comércio, de serviços correlatos (profissões, ofícios e outros), de funcionalismo público, já presentes nas cidades de Miranda, principalmente, mas também em Nioaque. A terra comprada, ampliada depois com doação, para a instalação do povoado ficou sendo de propriedade “pública”. Mesmo que vendida a um pequeno grupo num primeiro momento, essa terra urbana acabou sendo doada, nos anos seguintes, a pessoas que lá chegaram atraídas pelo desafio da oportunidade empreendedora.

No aspecto político-institucional, o fato dessa classe de coronéis terem se originado da “Sociedade Fundadora”, pode ser questionado, pois, com base no que foi possível verificar, nem todos fundadores poderiam ser enquadrados nessa categoria. Dois deles nem propriedade fundiária possuíam. Pôde-se verificar, no entanto, que os “coronéis” cujas descendências viriam a exercer a típica liderança mandonista nas décadas seguintes, já se encontravam na área rural da região, mas tiveram participação secundária na fundação e na estruturação inicial do povoado.

O momento da fundação e da estruturação inicial da vila revelou que havia, de fato, um movimento de protagonismo endógeno, dando origem a uma unidade grupal articulada em torno de um projeto construtor, mas que refletia uma identidade coletiva e uma estrutura compartilhada de poder na condução do dinamismo social e econômico. Todas essas características sinalizam para a existência de um processo com fortes sinais do que se pode classificar, segundo se entende hoje, como “desenvolvimento local”, conduzido por uma estrutura de “poder local”.

No período focado inicial pelo presente estudo (1945), o contexto nacional era o da redemocratização do país, institucionalizada pela Constituição de 1946. Segundo os principais autores analisados, nesse período os municípios tiveram alguns ganhos institucionais, mas continuaram, ainda, sob forte tutela dos governos estaduais e federal, condições que favoreceram a reorganização do coronelismo. Em nível regional, Aquidauana sofreu grande impacto das políticas praticadas, impulsionadas pelo processo de desenvolvimento nacional. O resultado foi a dinamização da economia local, fato que implicou em ampliação do setor de comércio e serviços urbanos. É preciso lembrar, no entanto, que fundamentalmente a estrutura produtiva continuava centrada na pecuária extensiva praticada em grande propriedade. Mas, não só a agricultura – como também o comércio e os serviços – obteve ganhos nesse contexto. Revelou-se um momento de desenvolvimento das forças produtivas locais, sem que isso fosse traduzido em significativas mudanças de relações sociais, caracterizando, então, um processo de “modernização conservadora” e de poder oligárquico. Nesse processo, como se pôde constatar, o anterior povoado experimentou forte crescimento populacional,

diversificou sua estrutura social, melhorou sua infraestrutura urbana e de serviços públicos e fortaleceu a sua condição de centro regional.

O “coronelismo” manifestado nesse período teve como sustentação a atividade econômica desenvolvida na grande propriedade rural e no sistema de poder político inaugurado em 1945, com a nova estrutura partidária e eleitoral. Ele se manifestou inicialmente, com grande força, mas experimentou ao longo do período estudado, um processo de transição, a ponto de ser ameaçado na última disputa eleitoral ocorrida em 1962. A ampliação da complexidade da estrutura social, associada ao processo de radicalização da política nacional, que também se refletia internamente, em grande parte, esteve por trás dessa primeira confrontação.

Os resultados do trabalho permitiram induzir que, como durante o período estudado (1945 a 1965) o coronelismo convivera com o processo democrático institucionalizado, para manter sua hegemonia, se viu coagido a não fazer uso do poder como força de coerção. Nesse sentido, se pôde confirmar e interpretar a hipótese colocada no início da pesquisa, de que o poder dos coronéis, no período democrático entre 1945 e 1965, se baseou muito mais na construção de relações de dependência e de consenso do que no uso direto ou potencial da força. Essas formas de dominação existentes, como se pôde verificar, privilegiavam a cooptação político-social dos grupos sociais subalternos.

Desse modo, a legitimidade da classe dos coronéis, enquanto direção política foi construída em Aquidauana, no período focado (1945-1965), por uma forma de domínio, fortalecida por meio de seus “intelectuais” e dos instrumentos formadores de opinião pública, numa visão de mundo imposta dessa classe a seus subalternos. Portanto, confirmando outra hipótese do trabalho, a base de legitimação do coronelismo pela sociedade civil decorreu, em grande parte por influência na cultura, fundada no controle dos instrumentos ideológicos da sociedade. Nesse caso de hegemonia, predominou a força de persuasão sobre aquela de coerção da classe dirigente na conquista das consciências, de modo a transformar o submetido numa “criatura domesticada”. Nesse caso, os interesses das bases populares tinham supostamente que ser levadas em conta pelos coronéis, em certa medida, mesmo que significasse fazer alguns sacrifícios de seu interesse econômico, como se pôde verificar em um dos casos relatados. Era esse comportamento, associado a um

contato sentimental e ideológico com as classes subalternas que, de fato, garantia maior consenso à força de legitimação coronelista no funcionamento de uma sociedade já mais complexa e de natureza desigual. Nessa forma de manutenção do poder não predominou a força que diz não, mas preferencialmente se utilizou daquela que permeia, produz materialidade em infraestrutura, induz ao prazer, mesmo a algumas formas de saber e a determinados discursos.

As entrevistas realizadas trouxeram importantes subsídios à compreensão desse processo. No entanto, se tem consciência de que, por retratarem a percepção e as representações construídas no vivido, certamente são susceptíveis a tais reproduções ideológicas, assim como a imprecisões próprias do subjetivismo. No entanto, pode-se considerar um dos aportes mais significativos desse trabalho, pois se trata da forma como os indivíduos que ali viveram compreenderam sua realidade, elemento que ainda pode suscitar muitas provocações e indagações e conduzir novas pesquisas, o que seria desejável.

Por certo, muitas lacunas e imprecisões existem ainda no trabalho. O que se apresenta nada mais é do que a simples leitura calcada em aportes da teoria e metodologia da ciência, possivelmente marcada por insuficiências, mas olhada por uma ótica nada neutra e nada insuspeita.

REFERÊNCIAS

ALBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. S.C. Ayala e F. Simon. Corumbá- Hamburgo, 1914.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929. **Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro**, In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, 1984. n.61 p.5-82

_____. A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá (1857-1929): A propósito das determinações econômicas do Casario do Porto. In: Corrêa, Valmir Batista (org.). **Casario do Porto de Corumbá. Patrimônio histórico a ser preservado.** Campo Grande: Fundação de Cultura de MS/ Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: Hucitec/ Ipesp, 1995.

ARAGÃO, Gilton Alves. **Desigualdade na Bahia:** uma análise estrutural dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais da desigualdade no Estado da Bahia no período 1946 – 2006. Salvador, BA, 2011. 196 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, Salvador.

ARRUDA, Gilmar. **Heródoto.** In: Vários autores. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, Ciclo da erva-mate. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura do sub/desenvolvimento e desenvolvimento local.** Sobral, Edições UVA, 2006.

BANDEIRA, L. A. Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata.** 2º ed.. São Paulo/ Brasília: Globo/UNB, 1995.

BARBOSA, E. da Silva. **Sindicalismo no Sul de Mato Grosso:** 1920/1980. Campo Grande: Editora Uniderp, 2005.

BARBOSA, Maria Lúcia V. **América Latina: em busca do paraíso perdido**. São Paulo: Saraiva, 1995.

BARREIRA, Cesar. **Trilhas e atalhos do poder: Conflitos Sociais no Sertão**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República** – de 1930 a 1960, v. 3, 3ª Edição. São Paulo: Fulgor Limitada, 1968.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BITTAR, Marisa. **Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**, v.1. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de TOMAZ, F. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946** - v. 1 Dissertação de Mestrado. Brasília: Centro de Documentação e Informação do Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 2ª ed. Recife, 1999.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D'Almeida. **Visões do desenvolvimento econômico local a partir do Brasil**. El Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social, Málaga, v.1, n. 2 dez. 2007. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/oidles/02/Caldas.htm>. Acessado em 25 out. 2012

CAMPOS, Fausto Vieira. **Retrato de Mato Grosso**. São Paulo: Brasil Oeste Ed. Ltda, 1969.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. **Organização Urbana**. In: Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste. IBGE, Rio de Janeiro, 1989.

CARNEIRO, Demétrio e OLIVEIRA, José Carneiro da Cunha. **Pacto federativo e localização regional**. Revista Política Democrática Nº 28, Fundação Astrojildo Pereira, Brasília, 2011.

CARR, E. H. **What is history?** 2006, Disponível em:
<http://library.universalhistory.net/wp-content/uploads/2011/05/What-is-history.pdf> .
 Acessado em: 10 out. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. Dados, Rio de Janeiro: vol. 40, no. 2, 1997. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 26.09.2011.

CASTRO, Iara. Quelho de. **Vigiar e construir a história**: memórias, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002. Mimeo.

CASTRO, João de Almeida Castro. **Aquidauna**. Cópia xerográfica do documento catalogado sob nº 65 na Seção de Obras Raras da Biblioteca do CEUA, Aquidauana, 1913

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas FGV. **Partido Social Democrata**. Disponível em
 <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_social_democratico>.
 Acesso em 09 já. 2012

CHEPETULIN, Alexandre. **Dialética Materialista**: categorias e leis da dialética. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982

CORREA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense**. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1955.

_____. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969

_____. **Matto-Grosso**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1922.

CORREIA, Valmir. Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943**. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

_____. **O trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis**. Revista Intermeio, Campo Grande, n. 1, p.53-72, 1995.

COSTA, Ana Paula P. **Organização militar, poder local e autoridade nas conquistas**: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do império português. In Revista Tema Livre , ano VI - edição nº12 - Niterói, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., Coleção Fontes do Pensamento Político, vol. 2, 1981

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV - Fundação Getulio Vargas encontrado em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_social_democratico. acesso em 09 jan.2012.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**, 1998. Disponível em www.dowbor.org/08podlocal.doc. Acessado em 07 out. 2012

DUTRA, C. A. dos S. **O território Ofaié e o conceito de poder e violência em Mato Grosso do Sul**. Revista História Unisinos, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 146-158, mai./ago. 2011.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

ESTEVE, Josep M^a Pascual. **Governança democrática**: construção coletiva do desenvolvimento das cidades. FAP/UFJF, Belo Horizonte, 2009.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 4^a edição. São Paulo: Globo, 2008.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Coronelismo, clientelismo e a política de direita**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 1 maio 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=675&PHPSESSID=099cbc670a7e8a6c998a4f532aaf76c9>>. Acesso em 28/10/2011.

FERNANDES, Antônio Teixeira. **Poder local e democracia**. Fundação Calouse Gulbekian, Lisboa, 1992. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6651.pdf>. Acessado em 06 out. 2012

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FIGUEIREDO, Alvanir. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**. 339 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1968 .

_____. **O Extremo Sul de Mato Grosso**. In, I ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, Guia de Excursões, julho de 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução MACHADO, R. São Paulo: Graal, 2011.

POWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GARCIA, A. S. **Hegemonia, imperialismo e capitalismo no pós-guerra**. Especial par ao blog Gramsci e o Brasil, mar. 2010. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1211>>. Acessado em: 30 out. 2011.

GORBATCHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas ideias para o meu país e o mundo. Best Seller, São Paulo, 1987.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **O Poder Local e o Coronelismo no Estado do Paraná 1880-1930**; 234p. Dissertação de Mestrado em Sociologia: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Retrospectiva das Eleições de Matto Grosso de 1945 a 1985** – Cuiabá-MT, 1986.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução COUTINHO, Carlos. Nelson. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Literatura e Vida Nacional**. Tradução COUTINHO, Carlos. Nelson. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução GAZZANEO, Luiz. Mário. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução COUTINHO, Carlos. Nelson. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul**: história dos municípios. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico, 1992.

_____. **Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica.** Campo Grande: UCDB, 1999.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **Região, Diversidade Territorial e Globalização.** In: GEOgraphia/UFFI, Ano. 1, no 1, p.15-39; Rio de Janeiro, 1999.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

FONTAN, Jean-Marc; VIEIRA, Paulo Freire. **Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”** In: O papel da universidade no desenvolvimento local. APED, Florianópolis, 2011.

KAHN, Eric; KOSING, Alfred. **A filosofia marxista leninista.** Avante, Lisboa, 1983.

KUPFER David. **Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural.** IHU-online, São Leopoldo, Ed. 392, 14 mai. 2012. Entrevista concedida a Graziela Wolfart. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4426&secao=392. Acessado em 24 out. 2012.

LAMOUNIER, Bolívar. **Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República – Uma interpretação.** In: Boris Fausto (org) História Geral da Civilização Brasileira.Tomo III. Brasil República. V. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil,1997.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais.** São Paulo: UNESP, 2000. Tese de doutorado.

_____. **Desenvolvimento local na abordagem territorial do atual sistema-mundo.** O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses p.117-121. APED, Florianópolis, 2011

LEAL, Victor. Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** Nova Fronteira, 3ª Edição, p.p. 440, Rio de Janeiro, 1997

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD, Dourados, 2009.

LEVY, Charmain; JOYAL, André. **Desenvolvimento local: histórico dos conceitos de desenvolvimento e governança local.** In: O papel da universidade no

desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses p. 81-106. APED, Florianópolis, 2011.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo: Ibrasa, 1980.

MAMIGONIAN, Armen. **Notas sobre os Frigoríficos do Brasil Central Pecuário**. In Boletim Paulista de Geografia, São Paulo (51) p. 7-14, 1976.

MAMIGONIAN, Armen. **Industrialização brasileira**. São Paulo: USP, 1989. (Mimeo.)

_____. **Inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e Gênese de Corumbá**. In **Geosul** (1). P.39-58, 1986.

MANTOVANI, F. R. **Pau na Máquina**: comunicação e debate no setor ferroviário. In: VII Seminário de Estudos do Trabalho: Trabalho, Educação e Sustentabilidade, 2010, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>> Acesso em: 07/04/2012.

MARQUES, A. **Matto-Grosso**: seus recursos naturais, seu futuro econômico. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1923.

MARTELETO, Regina Maria; OLIVEIRA e SILVA, Antonio Braz de. **Redes e capital social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez, 2004

MARTINS Jr, Carlos. **Casa Candia do Município de Anastácio/MS**: uma reflexão sobre o patrimônio edificado e documental. In I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 18 a 22 de maio de 2009.

MARTINS, Demóstenes. **História de Mato Grosso**. Campo Grande: s/ed., 1980.

MARTINS. José de Souza. **O cativo da terra**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica de economia política. Civilização Brasileira, ed. 5, v.1, Rio de Janeiro, 1980.

MICHELS, Ido Luiz e OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (coord.). **Estudos Regionais e Urbanos** – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP/Projeto Pantanal/ PNMA, Vol II, Tomo V-B. Brasília, 1997.

MIKUSKA, G. L. **Fé e missão**: história da província redentorista de Campo Grande, 1929-1989. 1 ed. Curitiba: Redentorista, 2009.

MOISÉS, J. A. Democratização e cultura política de massas no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 26, p. 5-51, ago. 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200002>>. Acesso em: 25/10/2001.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

NEVES, Joana. **Um porto para o Pantanal**: A Fundação de Aquidauana: Civilização e Dependência. Campo Grande, MS. Editora UFMS, 2007

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Relatos Políticos** (entrevistas: memória divisionista – MT), pp.356, Rio de Janeiro: Mariela, 2001

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Eliane. **Vida oral de Elídio Teles de Oliveira**, Biblioteca do CEUA, monografia de conclusão de curso de história (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana- MS, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Luis Alexandre. **Aquidauana de Outrora**. Correio do Estado, Campo Grande, 20 set. 1977.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de; CARVALHO, Thiago Rodrigues; ARAÚJO, Ana Gabriela de Jesus. **Aquidauana, a rede urbana, e o Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil**. s.d. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/13.pdf>. . Acessado em 23.10.2012

OLIVEIRA, Vitor. Wagner Neto. de; ALVES, Walter Assis. A. **Um trem descarrilado**: Ações grevistas na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Revista História Social, Campinas, n.12, p.115-119. 2006.

PAULO NETTO, José *et al.* **PCB 1922-1982: memória fotográfica.** Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1982

PEDROSSIAN, PEDRO. **Memórias: o pescador de sonhos.** Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.

PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Construção do conceito de poder político no estado moderno ocidental.** Campo Grande, 2012. Submetido a publicação

PEREIRA, José Veríssimo da C. **O poaeiro.** In; Vário autores. Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PIMENTA, Eli. **A Igreja na sociedade modernas segundo Gramsci.** Perspectivas, São Paulo, v. 7, p. 59-73, 1984. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1824/1492>>. Acesso em: 15 out. 2012.

PLACÊNCIO, Aníbal. **Aeroclube de Aquidauana - 61 anos de história,** Jornal o Pantaneiro, Aquidauna, 15 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.opantaneiro.com.br/noticias/aquidauana/aeroclube-de-aquidauana-61-anos-de-historia>. Acessado em 17out. 2012.

PNUD. **O que é desenvolvimento humano.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>. Acessado em 27 out. 2012

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento.** 5ª Ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1969.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Mandonismo local na vida política brasileira.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX).** In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Ed. UFGD. Dourados. 2008

_____. **Revisitando um velho modelo:** contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul”. In: InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.14, n.27, p.128-156, jan./jun. 2008).

_____. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX.** Bauru: Edusc, 2004.

RANGEL, Ignácio de Mourão. **A história da dualidade brasileira.** In Revista de Economia Política, vol 1, nº 4, p.5-33, outubro-dezembro de 1981.

_____. **Economia: milagre e anti-milagre.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de F. **Campo Grande: O homem e a terra.** Campo Grande: s/ed. 1993.

ROBBA, C. **Aquidauana ontem e hoje.** Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

RODRIGUES, Melânia Mendonça. **Transmutações de mecanismos de participação popular: de espaço público a organismo governamental.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 153-168, set.2010. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3404>. Acessado em 06.out.2012.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil(1888-1891).** 2ª edição, pp.364. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

SACHS, Ygnacy. **Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir: o caso do Brasil.** Revista de economia política, São Paulo, v.10, n.1(37), p. 111-132, jan-mar 1990.

SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo.** O fim de século e globalização, SANTOS et al.(orgs), Hucitec, ed. 2, São Paulo, 1993.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** In: Território n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

SERRA. Heliophar de Almeida. **Biografia do Dr. Delfino Alves Correa,** patrono da cadeira aquidauanense na Academia de Letras Municipais do Brasil. O Pantaneiro, Aquidauana, 14 a 20 de agosto de 2010.

SILVA, Eronildo Barbosa da. **O golpe de 1964 no sul de Mato Grosso**. Jornal Primeira hora, Campo Grande, publicado em 02 abr. 2004.

SILVA, Márcia da. **Estado e poder local**: ensaio teórico sobre estudos no Brasil. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 841, 30 de septiembre de 2009. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-841.htm>>. Acessado em 02.10.2002.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BAURU, MS E MT. **Histórico do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil**. Disponível em: <http://www.sindferroviariosbauru.com.br/historico_2.php>. Acessado em: 07/04/2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Vargas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

SPINK, Peter. **O Lugar do lugar na análise organizacional**. – Revista de Administração Contemporânea - RAC, Edição Especial 2001, p.11-34. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3404>. Acessado em 07.10.2012

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

SOUSA, João Morais. **Discussão em torno do conceito de coronelismo**: *Da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local*. Cadernos de Estudos de Sociologia v. 11, n.2, p. 321-335. Recife, 1995

STACONNE, Giuseppi. **Gramsci 100 anos**: Revolução e Política. Petrópolis, Vozes Ltda., 1991.

_____. **Gramsci**: Bloco Histórico e Hegemonia. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987, mimeo.

STIOPPINO, Mário. **Poder**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). 4ª Ed. Dicionário de Política,. Editora Universidade de Brasília, 1992

THALHEIMER, August. **Introdução ao Materialismo Dialético**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

VALVERDE, Orlando. **Fundamentos Geográficos do Planejamento do Município de Corumbá**. In Boletim Campo-Grandense de Geografia (1). p. 1-10. Campo Grande, 1986.

WEINGARTNER, Alisolet A. dos Santos. **Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul: 1889-1930**. Porto Alegre: Est, 1995.

VILPOUX, Olivier F; e OLIVEIRA Euler José de. **Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 85-111, jan./abr. 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE - A

MODELO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA SOBRE O CORONELISMO EM AQUIDAUANA - MS

Nome:.....

Telefones:..... **e-mail:**.....

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1. Quais os principais “chefes” políticos existentes nesse período?
2. O que conhece da história desses chefes políticos? Fazendeiros, outras profissões?
3. Havia grupos políticos estáveis? Quais os principais? Quais os alinhamentos?
4. O relacionamento dos chefes políticos locais com os estaduais e federais traziam benefícios para a cidade?

RELAÇÕES ECONÔMICAS

1. Havia muitos trabalhadores morando dentro das fazendas? Que tipo de atividades?
2. Qual a natureza das relações econômicas dentro das fazendas? Colonos? Parceiros? Empregados diretos?
3. Havia armazém da fazenda (caderneta)? Compras para os moradores?
4. Havia relações econômicas entre os grandes fazendeiros e os pequenos produtores do município?
5. Que relações econômicas existiam entre os fazendeiros e as grandes casas comerciais?

RELAÇÕES SOCIAIS

1. Qual a natureza das relações sociais dentro das fazendas? Havia relações pessoais diretas? Relações de apadrinhamento? Parentesco? Proximidade pessoal? Fianças?

2. Como eram vistos os chefes políticos pelos moradores das fazendas e pelos moradores da cidade?
3. Havia relações de proteção dos chefes políticos em relação aos seus seguidores?
4. Havia perseguição aos adversários? De que natureza?

RELAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

1. Como se comportava a imprensa diante dos chefes políticos? Alinhamento? Havia oposição?
2. A Igreja influenciava nas relações entre chefes políticos e a população? Havia independência ou alinhamento?
3. Havia influência da educação na relação entre os chefes políticos e a população? Comportamento das diretoras indicadas politicamente? Escolas nas fazendas?
4. Existiam grupos independentes politicamente? De que natureza?

PROCESSO ELEITORAL

1. Como os chefes políticos conseguiam votos dos eleitores? Havia trocas de favores entre os eleitores e os chefes políticos? De que natureza? Diferenças entre a zona rural e urbana?
2. Havia constrangimento pessoal para votar em candidatos indicados pelos chefes políticos? Quais as formas de constrangimentos? Havia perseguição aos eleitores dos adversários?
3. Os chefes políticos pediam votos para todos os níveis de eleição (chapa fechada) ou eram seletivos apenas para alguns cargos?
4. Como funcionava o aliciamento de eleitores no dia das eleições? Transporte, alimentação, doações?
5. O aliciamento do voto era feito diretamente pelo chefe político ou havia intermediação de cabos eleitorais? Qual o papel desempenhado pelos cabos eleitorais?